

Marcos Alexandre dos Santos Ferraz

Jornalismo nos Sindicatos:
Da prática à abstração da ação sindical

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Mestrado em Sociologia das Organizações, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Pereira de Araújo

Curitiba

2000



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ata referente à sessão pública de defesa de dissertação para obtenção de título de Mestre, a que se submeteu o aluno **MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS FERRAZ**. Aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil, no Ed. D.Pedro I, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, às 14:00 horas, na sala 900 - 9º andar, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora constituída pelos seguintes Professores Doutores: Antônio Fausto Neto-(UNISINOS/RS), Dimas Floriani-(UFPR) e Silvia Maria Pereira de Araújo-orientadora (UFPR), designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada "Jornalismo nos Sindicatos: da prática à abstração da ação sindical", apresentada por Marcos Alexandre dos Santos Ferraz. A sessão teve início com a apresentação oral do aluno sobre o assunto desenvolvido, tendo a Professora Doutora Silvia Maria Pereira de Araújo, na presidência dos trabalhos, concedido a palavra a cada um dos examinadores, para sua argüição. Em seguida, o aluno apresentou sua defesa. Na seqüência, a Professora Doutora Silvia Maria Pereira de Araújo, retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato, atribuindo-lhe os seguintes conceitos: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto, conceito ..A....; Prof. Dr. Dimas Floriani, conceito ...A... e a Profª Drª Silvia Mª Pereira de Araújo (orientadora), conceito ...A.... Em seguida a Senhora Presidente declarou ..aprovar.., conceito finalA....., o aluno Marcos Alexandre dos Santos Ferraz, que recebeu o **Título de Mestre em Sociologia**, área de concentração **Sociologia das Organizações**. Encerrada a sessão, eu, Sueli Helena Andolfato de Sales, secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Prof. Dr. Antônio Fausto Neto Antônio Fausto Neto

Prof. Dr. Dimas Floriani Dimas Floriani

Profª Drª Silvia Mª Pereira de Araújo (orientadora) Silvia Mª Pereira de Araújo

Marcos Alexandre dos Santos Ferraz Marcos Alexandre dos Santos Ferraz

À Biqueira de Aço que, durante 12 anos, enfrentou o desafio da comunicação sindical, sempre desconfiando do sedutor processo de abstração da ação

AGRADECIMENTOS

À Andréa Barbosa Gouveia, companheira imprescindível, a Carlos, Iraci, vó Maria, Ado, Ana Cláudia, Marcelo e Rodrigo, pelo amor que nem a distância apaga, à Carla, por este mesmo amor e pela tradução do *abstract*. À Cicélia Pincer, pela interlocução e pela revisão, tanto de editoração como intelectual. Ao José Renato, pela Macro do Word. À Ana Luisa Fayet Sallas, pelo pontapé em minha curiosidade acadêmica.

Enfim, à professora Silvia Maria Pereira de Araújo, orientadora dessa pesquisa, pela enorme paciência com o meio jeito atabalhado de fazer ciência.

Sumário

| | |
|---|------------|
| Resumo | vi |
| <i>Abstract</i> | vii |
| | |
| 1. Introdução | 08 |
| | |
| 2. O Jornalismo na Modernidade | 19 |
| 2.1 A ação tipificada | 24 |
| 2.2 A separação tempo-espaço | 26 |
| 2.3 Confiança e legitimação | 31 |
| 2.4 Confiabilidade da notícia | 34 |
| 2.5 A ação jornalística | 41 |
| 2.6 Jornalismo e modernidade reflexiva | 45 |
| | |
| 3. A Ação Jornalística na Organização Sindical | 47 |
| 3.1 O Sinttel/PR | 52 |
| 3.2 A rotina do Sinttel/PR | 54 |
| 3.3 Instrumento de ação | 58 |
| 3.4 Confiabilidade da notícia sindical | 67 |

| | |
|--|-----------|
| 4. A Abstração da Ação Sindical | 73 |
| 4.1 Uma nova ação – do confronto à negociação | 75 |
| 4.2 A imprensa sindical e a abstração da ação | 78 |
| 4.3 A transformação das forças internas | 80 |
| 4.4 O evento como conquista da opinião pública | 85 |
| 4.5 A abstração da ação sindical | 90 |
| | |
| 5. Conclusões | 93 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 98 |

RESUMO

A dissertação estuda a imprensa sindical de trabalhadores no Brasil, entre os anos de 1987 e 1999, através da ação e dos veículos de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná – Sinttel/PR. Focaliza a convergência entre duas formas distintas de ação: uma, a jornalística – com origem nas organizações capitalistas de imprensa – com um padrão monológico de ação, e outra, a sindical, com um padrão dialógico de ação coletiva. A partir da tradição de uma sociologia inspirada em Max Weber, investiga-se como a ação jornalística, em condições de modernidade, ao construir um discurso que faz coincidir singularidade e universalidade, promove um processo de abstração da ação social. Na seqüência, ao encontrar-se com a prática dialógica da organização sindical, esta ação se transforma, adquirindo um caráter implicativo que lhe era ausente. Assim, constitui-se em ação jornalística diferenciada daquela que lhe deu origem. Paralelamente, a ação sindical, também, não continua sendo a mesma. O encontro com a ação jornalística produz transformações que vão desde a alteração do tempo da ação sindical até a mudança nas formas de legitimar o poder dentro da organização e o aparecimento de uma nova ação voltada para a opinião pública. Com essas transformações a ação sindical protagoniza um processo de abstração da ação, porque passa a ser separada dos atores que lhe deram origem. Ainda que este processo de abstração da ação sindical não ocorra no mesmo nível da imprensa comercial – já que nesta as notícias são objetos de consumo, enquanto na imprensa sindical são pontos de partida para novas ações –, é suficiente para que trabalhadores e dirigentes sindicais se preocupem com a possibilidade de um afastamento do padrão dialógico de ação coletiva que constitui a base de sustentação da organização sindical.

ABSTRACT

The dissertation studies Workers Trade Union Press in Brazil, between 1987 and 1999, through the action and the communication means of Telecommunications Workers Trade Union of state of Paraná . It focus on the convergence between two different ways of action: on one hand, the journalistic one - arising from the capitalist organizations of press with a monological model of action, on the other hand, the trade union one, with a dialogical model of collective action. From the tradition of a sociology inspired in Max Weber, it is investigated how the journalistic action, in modern conditions, building a speech which promotes the coincidence of singularity and universality, bring about a process of abstraction of social action. In the sequence, meeting the dialogical practice of the trade union organization, this action transforms itself, acquiring an implying character which was absent until then. Therefore it establishes in a journalistic action which differs from that one which gave rise to it. In parallel, the trade union action also doesn't go on being the same. The encounter with the journalistic action produces transformations which go since the time alteration of the trade union action until the change in the ways of legitimating the power in the organization and the publication of a new action turned to the public opinion. With these transformations the trade union action takes part in a process of abstraction of the action, because it becomes separate from the actors who gave rise to it. Even if this process of abstraction of the trade union action doesn't occur in the same level of the commercial press - since in this one the news are consumer goods, while in the trade union press, they are departure to new actions - it's enough for the workers and trade union leaders to worry about the possibility of a removal of the dialogical model of collective action which establishes the sustainment basis of the trade union organization.

1. INTRODUÇÃO

Sem investigação concreta, a sociologia não está longe de ser um discurso filosófico ou político arbitrário. Por outro lado, sem problemática teórica a sociologia é considerada apenas como enquete e degenera em vulgar pesquisa de opinião ou em pesquisa administrativa totalmente permeada pelo empiricismo e pela ideologia a curto prazo dos utilizadores da pesquisa. (THIOLENT, 1981, p.21).

A década de 90, em oposição ao final dos anos 70 e à década de 80, significou para o sindicalismo brasileiro um período de poucas conquistas e de diminuição da participação massiva dos trabalhadores em atos, greves e passeatas. Contribuíram para este fenômeno a diminuição da importância do emprego industrial – base da organização da CUT e da Força Sindical, as duas maiores centrais sindicais do país –, a política de privatização desencadeada pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, a política econômica recessiva, o desemprego estrutural e a terceirização de diversos setores produtivos, dentre outros fatores. Sindicalistas e trabalhadores viram-se diante da necessidade de inventar uma nova lógica de ação sindical.

Neste contexto de transformação da organização sindical, um personagem, que entrou em cena na virada das décadas de 70 e 80, ganha espaço: o profissional de comunicação – seja jornalista, publicitário, chargista ou diagramador. Ao considerar que as ações jornalística e sindical, ainda que inseridas em um contexto exterior, só podem ser construídas pelos atores sociais que lhe conferem sentidos, essa dissertação busca compreender como a ação do jornalista – uma ação de caráter monológico devido a sua ênfase na informação –, em concorrência com a ação dos demais atores sindicais – ação de caráter dialógico devido às condições de classe da organização sindical –, se cristaliza em ação jornalística sindical e participa do processo que forja novas estratégias e possibilidades de ação sindical.

Pretende-se, portanto, um recorte de abordagem que traz a ação jornalística para o centro da ação sindical, com o objetivo de compreender os seus desdobramentos junto ao modelo de ação da organização. Ao reconhecer na sociologia um ponto de inflexão entre a investigação empírica e a problematização teórica, esta opção de construção do objeto justifica-se como recurso válido para elaborar um modelo explicativo da realidade, no qual se

compreende que os meios de comunicação – jornais, revistas, panfletos – e a coerção exercida sobre os indivíduos, pelo ator social organização ou pelo contexto onde este ator social se insere, são resultados de um conjunto de ações sociais.

Apesar de ter se concretizado em fins dos anos 70 e início da década de 80, em sua expressão mais conhecida que é a Imprensa Sindical, a ação jornalística dos sindicatos só se torna objeto de conhecimento em meados da década de 80 e início dos anos 90. Onze paradigmas explicativos foram propostos para a imprensa sindical, durante este período: 1) constitui um objeto de estudo, 2) é um meio *sui generis* de comunicação, 3) é uma comunicação institucional, 4) é veículo de ação organizativa, 5) configura uma modalidade de comunicação de classe, 6) tem e faz história, 7) é instituinte de novos padrões jornalísticos, 8) espelha conjunturas e por elas é condicionada, 9) é produzida por profissionais da comunicação, 10) nutre-se do próprio meio para o qual se destina, 11) tem seu próprio discurso (ARAÚJO, 1991, p.24). Apesar de vir se constituindo em objeto de um número crescente de estudos – tanto na área da comunicação quanto da própria sociologia –, a imprensa sindical, na maioria das vezes, é tematizada a partir de sua história e de seu discurso ou através de manuais que tentam ensinar como fazer imprensa nos sindicatos.

Pode-se dizer, portanto, que nem todos aqueles paradigmas foram explorados. Pouco conhecimento se produziu em relação às imbricações da imprensa sindical e da ação dos sindicatos, assim como sobre as relações sociais que se desligam do contato face a face e passam a ser mediadas por um veículo de comunicação massivo, nestas organizações. Não obstante, desde que Benjamin, em 1936, publicou *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*, tem-se consciência de que as técnicas tanto de reprodução como de produção alteram as formas de percepção e ação dos homens para com os outros homens e os objetos que os cercam.

Na tentativa de enfrentar tal desafio, esta dissertação sugere uma construção do objeto imprensa sindical, que privilegie a ação como unidade mínima de análise, combinando-a com a relação social. Não há novidade teórica nesta forma de abordagem, já que esta é a proposta de uma vertente clássica da sociologia – a sociologia de inspiração weberiana. Contudo, há a possibilidade de produção de novo conhecimento em relação à imprensa sindical, mesmo que em um primeiro momento a proposta de trabalho pareça modesta.

A hipótese que guia esta incursão sobre a realidade da imprensa sindical compõe-se de dois eixos. O primeiro postula que a ação jornalística sindical resultante do encontro entre a

ação jornalística tradicional¹ – de base monológica – e a organização sindical – com um padrão dialógico de ação coletiva – é uma modalidade diferente da ação jornalística que lhe deu origem. Este primeiro eixo nada mais é que o desdobramento de dois daqueles paradigmas explicativos propostos para a imprensa sindical: um meio *sui generis* de comunicação e instituinte de novos padrões jornalísticos (ARAÚJO, 1991). O segundo eixo postula que este encontro resulta em uma nova ação sindical, concretizada no e pelo veículo de comunicação, que passa por um processo de abstração, separando-a do ator social do qual se origina.

A abstração da ação pode parecer um processo paradoxal. Afinal, por trás da ação encontra-se o sentido que somente os sujeitos são capazes de conferir (WEBER, 1994). Ou mais que o sentido, a ação consiste em uma conduta humana concebida antecipadamente, ou seja, baseada em um projeto (SCHUTZ, 1974). O conceito de ação, portanto, procura recolocar o sujeito como responsável pela construção da realidade, enquanto, em sentido contrário, a abstração da ação implica na sua retirada da cena social.

O paradoxo, entretanto, é apenas aparente. A retirada de cena do sujeito não significa a sua eliminação e tampouco a sua substituição por qualquer entidade ou fenômeno extra-social. Trata-se, apenas do seu encobrimento. Ou seja, é a institucionalização da ação em um ato tipificado. O paradoxo se desfaz por ser a prática jornalística uma ação complexa que contém uma manifestação dupla. Ao mesmo tempo em que é concreta por ser uma ação praticada por atores identificáveis, ela abstrai a ação quando publiciza os acontecimentos já congelados, sem atores, conferindo valores simbólicos que não estavam presentes inicialmente na ação.

A abstração da ação une, assim, o plano microssociológico da ação com teorias macrossociológicas que focalizam a modernidade como um fenômeno de desencadeamento de relações sociais. É o encontro da ação com sistemas abstratos (GIDDENS, 1991). União que se concretiza na compreensão de que os meios de comunicação massivos – jornais e boletins sindicais – atuam como mediadores de relações sociais entre sindicalistas, trabalhadores e outros atores sociais, construindo a realidade do espaço sindical.

¹ O que está se chamando aqui de ação jornalística tradicional e que durante o decorrer do trabalho poderá também aparecer como ação do jornalismo comercial, ação jornalística genérica ou ação jornalística dos grandes jornais é a ação desenvolvida por atores sociais – os jornalistas – dentro de três bases referenciais: a organização burocrática das empresas jornalísticas, o valor-notícia e a construção da notícia enquanto um produto a ser apresentado de forma compreensiva ao público (HALL et al., 1993). Este assunto será explorado no primeiro capítulo.

Para enfrentar tal problemática reúnem-se quatro perspectivas teóricas: em primeiro lugar, como não poderia ser diferente, uma perspectiva acionista de inspiração weberiana, com incursões pelas reflexões de Schutz, Berger e Luckmann. Os problemas suscitados pelo advento da modernidade são analisados a partir dos trabalhos de Giddens e Habermas. Somam-se a estas duas perspectivas, autores especificamente da área da comunicação e do jornalismo, onde se destacam: Rodrigues, que focaliza o problema comunicacional na modernidade a partir de um referencial habermasiano, Tuchman e Rodrigo Alsina, que debatem o jornalismo como construtor da realidade social em sintonia com Berger e Luckmann. E por fim, Offe que teoriza sobre as organizações sindicais, a partir de uma dupla lógica de ação coletiva: a monológica e a dialógica.

Mas, se um quadro teórico definido e não conflitante é um início seguro para a investigação científica, pois é capaz de orientar o olhar do pesquisador para a construção do objeto, por si só não garante um eficaz questionamento da realidade. Limitar-se a um referencial teórico, sem se aventurar no real, seria sucumbir ao discurso filosófico arbitrário, como observa Thiollent. É preciso, também, um levantamento empírico fidedigno à realidade e não um levantamento ingênuo que possa confundir dados coletados na realidade com explicação sociológica. Enfim, uma investigação realizada em sintonia com a problemática propriamente sociológica e sob vigilância constante do pesquisador (THIOLLENT, 1981). Ou seja, uma observação do real que só é realizada após o pesquisador se equipar com um instrumental que possibilite um olhar orientado para detectar os dados que respondam ao questionamento que suscita a pesquisa. Os instrumentos de pesquisa, portanto, são definidos dentro de um referencial metodológico a partir do qual o pesquisador deve se armar, pois armar-se metodologicamente

equivale a traçar o mapa de reconhecimento de um campo de estudo, contratar guias para incursões no real, cujas evidências não podem confundir o investigador, que as toma como ponto de partida, mas considera o próprio mundo das aparências como parte integrante do tecido não-explicito da essência da ação-interação que os homens estabelecem entre si para viver e sobreviver material e ideologicamente. (ARAÚJO, 1991, p.264).

Pelo fato de o recorte proposto colocar a ação jornalística como centro de atenção do pesquisador, o primeiro problema que se impôs diz respeito à diversidade dos sindicatos e à quantidade de variáveis que afetam o campo sindical – perfil da categoria, estrutura física e financeira do sindicato, variação no nível de emprego da categoria representada, tendências

políticas e outras. Fez-se necessário isolar a observação sobre um sindicato, para que estas diversas variáveis pudessem ser controláveis. Não se trata, porém, de um estudo de caso. Ao contrário, assim como Habermas concebe a “esfera pública burguesa” como uma categoria típica de época, mas que pode se prestar, posteriormente, a comparações explicativas, buscou-se, nos dados de uma realidade empírica localizável, um substrato para formular um modelo explicativo que possa ancorar outras reflexões. Dentre os diversos sindicatos do Paraná, a escolha recaiu sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná². Algumas características destes sindicato condicionaram tal escolha.

Em primeiro lugar, o Sinttel/PR encontra-se entre os cinco maiores sindicatos do estado do Paraná, com uma estrutura física e financeira que lhe possibilita um investimento em diversos meios de comunicação. Sua imprensa, desde meados da década de 80, é reconhecida pela categoria como um dos principais pontos de sua ação sindical³. Paralelamente a um contínuo investimento em comunicação, o mesmo grupo político – denominado Biqueira de Aço – esteve a frente do sindicato durante 12 anos, de 1987 a 1999, período privilegiado pela análise desta pesquisa.

12 de março de 1987. Um grupo formado, em sua maioria, por técnicos, cabistas e instaladores tomava posse, no auditório do Sesc da Esquina, na direção do Sinttel/PR. Daí o nome da chapa: Biqueira de Aço. Muito mais que uma vitória incontestável, aquele dia marcou uma mudança de rumo. O Sinttel seria, agora, embalado pelos ventos que tinham começado a soprar nas greves de 78, no ABC paulista. (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).

Esta continuidade de um mesmo grupo político contribui para minimizar a variável política sobre a ação sindical, fundamental para a construção do objeto aqui empreendida⁴. Some-se a esta continuidade a prática de arquivar o material impresso e em vídeo produzido

² Nesta pesquisa o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná será denominado simplesmente como Sinttel/PR.

³ Pesquisa de opinião realizada pela empresa Datamídia, em abril de 1996, apontou que 91% da categoria conhecia e recebia regularmente os veículos de comunicação do Sindicato, assim como 82% os aprovavam.

⁴ É preciso anotar que a privatização do Sistema Telebrás, no dia 29 de julho de 1998, criou um novo contexto social e político para a atuação dos Sindicatos de Trabalhadores em Telecomunicações de todo o país. Este quadro se encontra fora desta pesquisa. Em primeiro lugar a observação de campo já havia sido finalizada por ocasião da privatização. Junte-se a esta limitação temporal de coleta de dados, o recorte proposto pelo trabalho, que, embora não ignore as diversas transformações na ação sindical que ocorreram e ainda ocorrem em função da privatização, privilegia a ação jornalística em detrimento da conjuntura política e econômica, ainda que reconheça uma interlocução entre ambas.

pelo sindicato, o que facilitou o acesso aos diversos registros da ação sindical empreendida nestes anos.

O segundo desafio instala-se na procura de uma metodologia de observação. Este desafio foi enfrentado pela reunião de um conjunto de técnicas de investigação que se complementaram. Técnicas que durante o desenrolar da pesquisa tiveram que ser alteradas em função de transformações da realidade, nas quais o pesquisador se viu diretamente envolvido⁵. Este conjunto de técnicas se pautou pela escolha de um instrumental de pesquisa qualitativo, em coerência com a perspectiva teórica do trabalho. Em um primeiro momento a opção seria pela realização de entrevistas não-diretivas com diretores e jornalistas do Sinttel/PR, já que, segundo Thiollent (1981), este tipo de entrevista transforma-se em bom instrumento de pesquisa quando se procura investigar os fenômenos que ocorrem na intersecção dos processos sociais e da subjetividade individual, caso de uma pesquisa – como a que se realizou nesta dissertação – que se desenvolve tendo como referência os conceitos de comunicação e de ação.

Entretanto, durante o período de levantamento empírico, esta opção se viu prejudicada quando o pesquisador foi contratado como jornalista do sindicato. Considerando que uma das críticas à técnica da entrevista não diretiva consiste no fato de uma situação artificial poder induzir a uma fala artificial (THIOLLENT, 1981), esta técnica foi abandonada para não se correr o risco das entrevistas refletirem apenas o diálogo que o jornalista/pesquisador travava com os diretores no dia a dia da entidade e não mais o pensamento e a efetiva ação destes.

Com o novo local privilegiado de observação, onde o pesquisador se colocou, as entrevistas foram substituídas pelo registro de ações e conflitos dos atores do meio sindical, focalizando, em especial, a rotina construída, por eles, no cotidiano. A construção de rotinas, para Berger e Luckmann (1987), é o primeiro passo para uma tipificação da ação. Por sua vez, *en lugar de existir como formulaciones sujetas a una revisión y reconstitución continuas, la tipificaciones pueden producir maneras rígidas de tratar con el mundo* (TUCHMAN, 1983, p.71). Assim, centrando a observação nas rotinas – em detrimento de outros padrões de ação isolados – buscou-se encontrar a ação jornalística e a nova ação sindical que tendem a se

⁵ Em meio à pesquisa, o pesquisador se viu contratado como jornalista do Sinttel/PR, transformando-se assim em seu próprio objeto de pesquisa.

institucionalizar. Ou seja, que tendem a perdurar nestas condições sociais e culturais que caracterizam o sindicalismo brasileiro.

Para complementar tal observação, conjugam-se duas outras técnicas de pesquisa: uma entrevista estruturada com o dirigente e jornalista Vito Giannotti e a análise de jornais, boletins e revistas publicadas pelo Sinttel/PR, no período considerado nesta dissertação, 1987-1999. Vito Giannotti é ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e da CUT São Paulo e jornalista sindical formado na experiência empírica dos jornais sindicais. Autor de livros sobre imprensa sindical, transformou-se no principal ideólogo do jornalismo sindical cutista. Especializou-se na realização de cursos de formação para jornalistas e diretores de imprensa dos Sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores. A entrevista, realizada durante o período de coleta de dados, foi orientada no sentido de testar observações já realizadas junto ao Sinttel/PR, verificando em que medida alguns fenômenos ali observados se repetiam em outros sindicatos brasileiros. Ao mesmo tempo possibilitou que o olhar do pesquisador fosse reorientado, quando o fenômeno se demonstrava muito particular, evitando a supervalorização de aspectos individuais da comunicação do Sinttel/PR. Assim, a entrevista estruturada serviu como um balizamento para a reflexão do pesquisador e para a formulação de novos questionamentos. Em nenhum momento, entretanto, tomou-se os dados e reflexões coletadas na entrevista com Giannotti como explicação sociológica.

A partir da compreensão do discurso como produção de sentidos (POSSENTI, 1988), a análise de jornais, boletins e revistas do Sinttel/PR é empreendida com o objetivo de procurar sinais de diferentes formas de ação sindical desenvolvidas pelo grupo Biqueira de Aço, durante o período que estiveram a frente do sindicato. Trabalha-se, portanto, o jornal e os outros veículos de comunicação como um ato impresso⁶, ou seja, a cristalização da ação de diversos atores sociais. Isto se torna possível porque *os sistemas de signos são tomados no*

⁶ Schutz considera que um ato é uma ação já realizada. Para maiores detalhes desta diferenciação e das implicações que dela decorrem, ver o segundo capítulo desta dissertação ou ainda SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974. Ou LUCKMANN, Thomas. *Teoría de la acción social*. Barcelona: Paidós, 1996.

jogo das formações discursivas que são reflexos e condições das práticas sociais (ORLANDI, 1996, p.111)⁷.

Autores como Pêcheux, Orlandi e Possenti alertam para a necessidade de associar o discurso a suas condições – tanto individual quanto coletiva – de produção e a sua inscrição em um complexo institucional. Há, portanto, sujeitos localizados socialmente e inseridos em uma estratégia de comunicação conferindo sentidos ao discurso. Ressalte-se, contudo, que não se pretende realizar, aqui, uma análise de discurso propriamente dita. Ou seja, não se trata de buscar *corpus* tipologicamente mais marcado, ou, a partir de uma seleção de textos, procurar-se analisar formalmente o processo de formação discursiva, as condições de produção e as formações ideológicas – tríade básica da AD – próprias do Sinttel/PR. A AD coloca-se, então, neste trabalho, como uma espécie de horizonte teórico metodológico, cuja concepção de discurso orienta a abordagem da produção jornalística do sindicato, no período considerado.

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, [o discurso] é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudado fora da sociedade uma vez que os processos que o constituem são histórico-sociais (BRANDÃO, 1994, p.12). O sentido não se encontra, assim, em nenhuma ponta do processo comunicativo. Ele está no espaço lingüístico-textual e sócio-histórico em que está inserido. Há, portanto, um pressuposto e um subentendido em todo processo discursivo.

Deste modo, a união da análise dos jornais como ato impresso, como mediador de sentido, com a observação da prática e da rotina dos atores que produzem o discurso desta imprensa é pertinente para revelar esse processo de abstração da ação que esconde o sujeito. Esconde, porque mascara, o sentido pretendido através de um meio que se faz mediador da nova ação. Ação que sofreu um processo de abstração porque já pode se apresentar diretamente como ato ou como acontecimento, porque este através da mediação se transformou em acontecimento puramente discursivo, ou seja, meta-acontecimento (RODRIGUES, 1990).

⁷ Ainda que a análise de discurso não trabalhe com um conceito de cristalização da ação, a sua preocupação com as condições de produção do discurso permite esta aproximação.

Une-se, por fim, a uma formulação teórica consistente e não contraditória e a uma observação da realidade, a necessidade de uma exposição clara e coerente do pensamento do pesquisador. Para isso, faz-se uso não só de descrições de rotinas e conflitos observados junto ao Sinttel/PR, como trechos da entrevista com Vito Giannotti e citações literais de alguns textos de jornais, boletins e revistas do sindicato. No entanto, a referência explícita ao material coletado empiricamente tem a função simplesmente de exemplificar e ilustrar o debate. A explicação, propriamente sociológica, resulta sempre do encontro deste material com o exercício lógico-racional-criativo do pesquisador. Substituir a explicação pelo exemplo seria desenvolver um raciocínio puramente tautológico que pouco contribui para a compreensão da realidade social.

Para Rodrigues (1990) a compreensão da multiplicidade de modalidades de inscrição dos processos comunicacionais na sociedade contemporânea não pode desconsiderar as transformações ocorridas com a viragem da modernidade. Assim, no primeiro capítulo desta dissertação, debate-se o jornalismo como uma ação social que se desenvolve e se fortalece em condições de modernidade. Antes mesmo de focalizar a imprensa sindical, trabalha-se, buscando tipificar, idealmente, a ação jornalística como ação capaz de separar tempo-espço, localizando-a no centro das relações sociais desencaixadas de Giddens. A compreensão deste processo de desencaixe articula-se a partir dos mecanismos que geram confiança e legitimam esta ação. Na seqüência, verifica-se a relação da ação jornalística com a reflexividade da modernidade que possibilita o aparecimento dos meta-acontecimentos.

Após traçar um tipo que corresponde à ação jornalística e conhecer as suas relações com a modernidade, parte-se para as decorrências do encontro desta ação monológica-informativa com a organização sindical. Uma vez que toda relação social só se constitui enquanto uma relação dialética, nem a ação jornalística e tampouco a ação sindical se conservam as mesmas após este encontro: o confronto entre a prática informativa da primeira e a necessidade de se legitimar pela participação dos trabalhadores da segunda resulta em uma dupla transformação.

O segundo capítulo investigará as transformações ocorridas com a ação jornalística. Toda ação se desenvolve dentro de um conjunto de coerções que podem ser tanto organizacionais, como institucionais. É, portanto, buscando as coerções exercidas pela organização sindical, assim como aquelas que derivam de um fazer jornalismo

institucionalizado pela técnica, que se compreende a ação jornalística sindical. Procura-se, então, encontrar uma rotina de trabalho construída no cotidiano por jornalistas e dirigentes sindicais. Esta rotina não só revela pressupostos típicos do fazer jornalismo, que o ator jornalista traz de sua experiência técnica-profissional, como os limites impostos pela estrutura sindical e pelas necessidades dos trabalhadores. A rotina constitui-se como a progenitora de uma nova ação jornalística. Ação que nasce substituindo o valor-notícia da notoriedade que caracteriza a ação jornalística de grande imprensa pelo valor-notícia da implicação de um fato no cotidiano do trabalhador.

Desta rotina, a pesquisa procura identificar as características que constituem a ação jornalística sindical. Ainda que separando tempo-espço, a partir do congelamento do ato impresso, esta ação se constitui enquanto instrumento de uma outra ação, a sindical propriamente dita. Cada notícia, cada boletim ou jornal é, portanto, instrumento que busca instaurar a ação de trabalhadores. Assim, os seus mecanismos de confiabilidade e legitimação dependem menos do produto – jornal, boletim, revista – do que da coerência da atuação dos dirigentes e dos resultados obtidos pela organização. Outras características dessa ação jornalística sindical é o crescimento da importância da significação sobre a designação em seu discurso e a impossibilidade de identificar, de forma imediata, o singular e o universal.

O terceiro capítulo identifica uma nova ação sindical. Unindo-se às dificuldades de mobilização vividas pelo sindicalismo brasileiro na década de 90, a comunicação sindical empurra a ação sindical tradicional – a greve, a passeata, a paralisação, o confronto – para um processo de abstração. O acontecimento cede espaço para o meta-acontecimento, ou seja, se faz discurso voltado para a opinião pública através da visibilidade universal que os jornais são capazes de conferir. Assim, no momento em que se retrai a ação do trabalhador que se encontra na base do sindicato – em função de diversos fatores que não cabem aqui mencionar –, dirigentes e jornalistas sindicais descobrem a força da mobilização de uma opinião pública através da realização do evento (CHAMPAGNE, 1996). Esta, no entanto, não é apenas uma ação tática sem conseqüências para a organização sindical. São transformados o tempo e o espaço da ação sindical, assim como a legitimação do poder dentro da estrutura sindical.

Este é o desafio desse trabalho: não mais explorar historicamente o nascimento e o desenvolvimento da imprensa sindical e tampouco tentar formular respostas para os seus problemas técnicos, mas compreender as transformações sociais geradas por esta imprensa.

Transformações que são difíceis de se identificar porque se processam no momento mesmo em que cada novo jornal, entre os infinitos que são produzidos pelos sindicatos brasileiros, é impresso. É diante deste desafio que o leitor se encontrará se persistir na leitura das próximas páginas.

2. O JORNALISMO NA MODERNIDADE

Embora tenha nascido como resposta às exigências do comércio mundial, que solicitava maiores e melhores informações econômicas – condições climáticas, resultado de colheitas, cotações de ações – no princípio da modernidade, o jornalismo assume, a partir de sua união à publicidade e às relações públicas uma posição central na civilização ocidental¹. Central, aqui, não significa um espaço preponderante e único, uma vez que a própria modernidade comporta diversos centros. A posição central reivindicada apenas pretende destacar que a problemática decorrente da prática jornalística é de fundamental importância a todos que buscam compreender as particularidades da contemporaneidade.

Particularidades que se encontram na mudança estrutural de um sistema baseado na produção de bens materiais para um outro relacionado com a circulação de informação. Mudança que Rodrigues (1990), sob inspiração habermasiana, identifica inicialmente nas transformações ocorridas no urbanismo da segunda metade do século XIX, caracterizada por: a) classificação e ordenamento das funções e necessidades sociais; b) separação espacial dos lugares destinados à satisfação destas necessidades e destas funções; c) estandardização e visibilidade dos protótipos dos edifícios destinados ao desempenho de cada uma das funções; d) desconcentração e segmentação do espaço habitado. Aliadas às reivindicações de reorganização política que a burguesia já havia expressado desde a revolução francesa, criam-se as condições necessárias para o aparecimento da nova esfera pública. É nesta nova esfera pública que Habermas coloca o jornalismo.

Em Habermas, o jornalismo está intimamente envolvido com este nascimento e o posterior desenvolvimento desta esfera pública burguesa². Inicialmente composto por uma opinião privada que nos debates em cafés e na imprensa se constituía legitimamente em opinião pública, o espaço público se transforma, posteriormente, em uma corte, onde se

¹ Sobre as relações entre jornalismo, publicidade e relações públicas e suas influências sobre as transformações na esfera pública, ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

² Idem, ib. Habermas compreende esfera pública burguesa como uma categoria típica de época, nascida em fins da Idade Média européia, que só pode ser focalizada historicamente, mas que se presta a comparações explicativas para outros períodos históricos.

encena ao público o prestígio, ao invés de nele desenvolver-se a crítica. De produtor da opinião, o público passa a consumidor. O jornalismo se insere neste processo de mudança estrutural, pois de mecanismo capaz de publicizar a crítica e os segredos do poder instituído – principalmente os segredos do Estado –, passa, devido à visibilidade universal que ele é capaz de conferir aos discursos, a instrumento de identificação de interesses privados com uma fictícia opinião pública.

Outrora, a "publicidade" teve de ser imposta contra a política do segredo praticada pelos monarcas: aquela "publicidade" procurava submeter a pessoa ou a questão ao julgamento público e tornava as decisões políticas sujeitas à revisão perante a instância da opinião pública. Hoje, pelo contrário, a publicidade se impõe com a ajuda de uma secreta política dos interesses: ela consegue prestígio público para uma pessoa ou uma questão e, através disso, torna-se altamente aclamável num clima de opinião não-pública. (HABERMAS, 1984, p.235).

Quando se fala, como os atuais especialistas em marketing político, em trabalhar ou fabricar a esfera pública é sinal de que ela, enquanto espaço do debate e da crítica, já não existe mais. A opinião pública tornou-se ficção frente ao funcionamento de um grande número de opiniões não-públicas. Opiniões que, às vezes, são opiniões puramente privadas e em outras ocasiões constituem-se como opiniões quase-públicas, pois antes de se lançarem ao grande público se constroem no debate de um pequeno grupo. São as opiniões desenvolvidas no debate interno de organizações sociais como os sindicatos. De qualquer modo, seja como opiniões não-públicas ou quase-públicas que se fazem públicas, é através da ação dos meios de comunicação, em suas mais diversas modalidades discursivas, que se processa a identificação de interesses particulares, com um suposto interesse público.

Já em autores de origem intelectual na análise fenomenológica, como Schutz, Berger e Luckmann⁴, ainda que o jornalismo não seja um objeto de estudo detalhado, a preocupação com a questão comunicacional, para o primeiro, e a linguagem, para os dois últimos, em um mundo cotidiano caracterizado, principalmente, pela intersubjetividade, aponta para a necessidade de uma reflexão sobre os processos comunicativos e suas implicações na forma

⁴ Ver: SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974. SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e Relações Sociais*: textos escolhidos de Alfred Schutz. [org. por Helmut R. Wagner]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. LUCKMANN, Thomas. *Teoría de la acción social*. Barcelona: Paidós, 1996.

como os indivíduos experimentam o mundo. Esta preocupação se apresenta nas formulações destes autores sempre como um pré-requisito para as relações interativas entre as pessoas que constituem o mundo intersubjetivo. Ainda que o sentido, para estes autores, seja, em última instância, uma conquista de uma ação individual dos atores, a relação com o mundo exterior só se faz através de atos comunicativos. O sentido da ação, para Schutz, Berger e Luckmann possui um caráter subjetivo porque está intrinsecamente ligado à biografia individual do sujeito. Por outro lado, o mundo se apresenta aos indivíduos sempre objetivado, o que só é possível através de processos comunicativos.

Para Schutz (1979), tanto objetos, falas, fatos ou eventos do mundo exterior são capazes de apresentar cogitações de um ator a outro que se apresente capacitado a apreender estas cogitações. Assim, a comunicação é um processo pelo qual diferentes atores, ao compartilhar um fluxo recíproco de experiências, envelhecem juntos. Berger e Luckmann, em relação a linguagem, trilham caminho similar ao de Schutz. Para estes dois autores a linguagem é uma forma de objetivação que faz “mais real” a minha subjetividade, pois permite que esta seja compartilhada com outros indivíduos. Esta estabilização da própria subjetividade promovida pela linguagem tem outra característica que é a de se conservar mesmo quando se destaca da relação face a face. O que a torna fundamental para a compreensão da vida cotidiana.

A realidade da vida cotidiana não é cheia unicamente de objetivações; é somente possível por causa delas. [...] As objetivações comuns da vida cotidiana são mantidas primordialmente pela significação lingüística. [...] A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana. (BERGER; LUCKMANN, 1987, p.54).

Entretanto, o trabalho destes três autores focaliza esta subjetividade em condições de inserção em um meio coletivo, ou seja, indivíduo e sociedade são indissociáveis. Schutz, Berger e Luckmann problematizam a questão comunicacional, fundamentalmente, em relacionamentos face a face, em condições, onde indivíduo, história e memória formam um sistema coerente. Faltam, portanto, os problemas decorrentes da separação entre indivíduo e sociedade advindas do irrompimento da modernidade, em sintonia com os meios de comunicação social e a consolidação da cultura do consumo. Neste trabalho, esta separação será tematizada a partir do desencaixe tempo-espacial produzido, dentre outros, pela

intermediação técnica da comunicação. É nesta perspectiva que a comunicação – travestida de informação – aparece no trabalho de Giddens⁵. Ainda que o sociólogo inglês,

combine uma atenção toda especial à informação com um completo desinteresse pelos condicionamentos reais sofridos por esta mesma informação. Pois a estrutura de propriedade dos meios de comunicação, sua vinculação com diferentes esferas do poder político e do poder econômico, os processos de produção da notícia ou mesmo a profunda dicotomia entre produtores e consumidores de informação: nada disso cativa a atenção de Giddens. (MIGUEL, 1999, p.198).

A importância que Giddens confere ao papel da informação na modernidade autoriza sua inclusão entre autores que se preocupam com a inserção do problema comunicacional no quadro das sociedades modernas. Ao caracterizar a modernidade pela separação tempo-espço e pela reflexividade, Giddens possibilita uma base para pensar o jornalismo e seu principal produto – a notícia.

Assim os trabalhos de Giddens, Luckmann, Berger e Schutz, ainda que não refletindo diretamente sobre o jornalismo, abordam algumas questões que – não totalmente ignoradas por Habermas – demonstram ser periféricas para este autor. Habermas, ao focalizar a estruturação de uma opinião pública, remete suas análises para um plano superestrutural. Com isso são deixadas de lado as transformações ocorridas na maneira com que o homem moderno experimenta e constrói o real. Ou seja, enquanto Habermas fala sobre o mundo vivido, Schutz, Berger e Luckmann estão preocupados com a forma como os sujeitos experimentam o mundo, conceito que reúne perspectivas tanto sociológicas, como antropológicas, psíquicas e afetivas. O jornalismo, focalizado em uma perspectiva fenomenológica, traz para o cotidiano de cada agente social um mundo distante e estranho. Pode-se dizer que o homem na modernidade experimenta o mundo de forma mais mediada que em outros períodos históricos. Não se pode afirmar que é de forma total, porque desde o seu nascimento o homem se coloca em um mundo social e o experimenta diretamente. Entretanto, os meios de comunicação também proporcionam uma experiência de mundo, a esse homem, a todo instante.

Os conceitos de desencaixe, sistemas abstratos e reflexividade, de Giddens e a importância que Schutz, Berger e Luckmann conferem à ação – assim como as suas interpretações de conceitos como atitude natural, tipificações, legitimação e institucionalização – sugerem caminhos para focalizar essas alterações que ocorrem nas

⁵ Ver: GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

relações entre um agente social e o seu mundo desencaixado em condições de modernidade, complementando a análise realizada por Habermas. Ainda que divergências teóricas possam e são facilmente encontradas entre estes cinco autores – Schutz, Berger, Luckmann, Giddens e Habermas – esta complementaridade aqui defendida é possível, pois todos – em maior ou menor grau – se encontram em uma sociologia compreensiva de origem weberiana. Mais que isto, as mudanças estruturais apontadas por Habermas podem ser associadas às transformações fenomenológicas encontradas no cotidiano, através de um processo de mediação que separa as relações.

Presencia-se na modernidade, assim, uma transformação da realidade que se dá tanto em nível estrutural, como em nível microsociológico. A primeira ocorre quando o espaço público – enquanto espaço para o exercício da crítica – é transformado em espaço de simulação, no qual interesses não-públicos são tomados como públicos. A segunda se observa nas mudanças das relações de sociabilidade que os indivíduos estabelecem entre si. No centro destas transformações, encontra-se o jornalismo – e outras formas de mediação da sociabilidade humana – como uma ação típica em promover esta separação tempo-espacial entre ação e os indivíduos que a produzem ou a consomem. O jornalismo não é, de forma alguma, causa desse fenômeno que separa a ação e os atores sociais, fenômeno que esta dissertação nomeará como um processo de abstração da ação social; mas apenas um exemplo típico. Os meios de comunicação, principalmente através do jornalismo, arrancam aos acontecimentos, a sua historicidade, porém aproximam a história aos indivíduos, fazendo-os participar de forma imediata (RODRIGO ALSINA, 1989, p.90). É este duplo movimento, de aparência e ausência da história promovido pelo jornalismo e outros mecanismos da modernidade, que se pretende caracterizar como um processo de abstração da ação social.

É importante salientar que esta abstração da ação é diferente de uma simples ação abstrata. Esta é uma ação planejada por um sujeito, mas ainda não executada. Ou seja, uma ação que já existe enquanto uma abstração, mas ainda não se objetivou. É o projeto de ação, do qual fala Schutz. Aquela, por sua vez, é um complexo processo de intermediações institucionalizadas que desencaixam as relações, separando tempo e espaço, e as reencaixam na forma de atos concretizados. Quando se fala em jornalismo, trata-se do processo que esconde todas as intermediações realizadas pelo jornalista e apresentam os fatos ocorridos no

passado, como se desenvolvessem, no mesmo instante, em que um leitor, telespectador, ouvinte ou internauta o consome.

2.1 A AÇÃO TIPIFICADA

Os conceitos de ação e ação social estão na base dos trabalhos de Giddens, Schutz, Berger e Luckmann e Habermas, apesar das diferentes abordagens de cada um destes autores. Estes dois conceitos constituem, portanto, o ponto de partida para essa análise que pretende compreender o jornalismo na modernidade dentro de um referencial que reúne a teoria da estruturação, a sociologia do conhecimento e a fenomenologia. Weber define ação como *um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo*. Na seqüência, o mesmo autor define ação social como *a ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu curso*. (WEBER, 1994, p.3)

Por se tratar de um comportamento dotado de sentido subjetivo referenciado a outro sujeito, a ação está na base de toda experiência que o homem realiza no mundo. A ação é a base da experiência, pois nesta se realiza o reconhecimento do mundo. Ou seja, o mundo é captado pelo agente que lhe confere significado. Estes significados são construídos socialmente, mas se concretizam de forma individual, pois se encontram condicionados pela situação biográfica do agente, como aponta Schutz (1974). Ou, nas palavras de Berger e Luckmann (1987), existe uma facticidade objetiva que é construída por uma atividade que expressa um significado subjetivo. Mais que simples base da experiência, em uma ação social, o agente é capaz de orientar a sua ação pelo sentido que outros irão conferir à mesma.

Sendo este sentido conferido por outros agentes sociais, também de caráter subjetivo, como é possível captá-lo para que as diversas interações sociais de uma sociedade possam ocorrer? Esse é o problema da intersubjetividade, do qual Schutz (1974) tanto se ocupou. Como o meu “aqui”, e o “ali” do outro, que são diferentes, podem ser intercambiáveis? No

caso do jornalismo, como o “aqui” e o “ali” de diferentes agentes se tornam intercambiáveis indiretamente através da mediação de um produto?

A intersubjetividade é possível para Schutz em função da atitude natural com que o homem se relaciona com o mundo e as tipificações que é capaz de construir. A atitude natural consiste no fato de que o homem, para Schutz, experimenta a organização social e a cultura historicamente construída como um mundo natural. Algo que se apresenta definido anteriormente à entrada do agente em cena. As tipificações são esquemas desenvolvidos pelo agente para captar o mundo dentro de um universo reconhecível. Nestes esquemas são realizadas classificações de determinados fenômenos, onde as características enumeradas são aquelas necessárias para a resolução de tarefas práticas ou de problemas da vida cotidiana.

Em situações face a face, estas tipificações podem ser constantemente questionadas pelo outro, já que nem sempre a tipificação que eu construí sobre o comportamento do outro coincidirá com o seu efetivo comportamento. Berger e Luckmann apontam que as tipificações são facilmente questionadas e mesmo totalmente negadas na situação face a face porque nesta, *o outro é apreendido por mim num vívido presente partilhado por nós dois* (BERGER; LUCKMANN, 1987, p.47). Entretanto, o mesmo não se pode dizer de uma relação mediada pelos meios de comunicação de massa, e, no caso específico, pelo jornalismo. Assim, ainda para estes dois autores *as tipificações tornam-se progressivamente anônimas à medida que se afastam da situação face a face* (BERGER; LUCKMANN, 1987, p.50). O que autoriza a formulação da hipótese de que em relações sociais separadas no tempo e no espaço – como as que são promovidas pelos meios de comunicação de massa – a ação desenvolvida pelos sujeitos envolvidos são tipificações estereotipadas, que muitas vezes ocultam os próprios sujeitos, ou sejam abstraem a ação.

Mas não se pode perder de vista que atrás de qualquer tipificação, como esquema capaz de conferir sentidos, esconde-se uma ação. Portanto, é a ação que se torna progressivamente anônima. Este anonimato é consequência do afastamento do meu “aqui” em relação ao “ali” do outro e da separação do “agora” desses dois agentes. Giddens coloca estas transformações que separam tempo e espaço como centro do seu debate sobre o dinamismo da modernidade. Para este autor, na modernidade as relações sociais se desprendem do “aqui” e do “agora” e se reorganizam através de mecanismos abstratos. Enquanto em sociedades pré-modernas as relações são estabelecidas predominantemente através do contato face a face,

onde os agentes podem ser facilmente identificados – e as tipificações são confirmadas ou alteradas frente à própria ação do outro –, na modernidade elas se estabelecem separando cada vez mais o tempo e o espaço e, conseqüentemente, os agentes.

2.2 A SEPARAÇÃO TEMPO-ESPAÇO

Em situações pré-modernas, os homens já dispunham de formas de mensurar e controlar o tempo: sua passagem estava condicionada ao movimento da lua, às estações do ano, às colheitas ou a outros eventos da natureza. O tempo era percebido ciclicamente e estava intimamente vinculado ao espaço. Para Elias, a percepção moderna do tempo é resultante de uma sucessão de eventos que possibilitou aos homens desenvolverem um poder de síntese através do acúmulo de diversas experiências: *a percepção do tempo exige centros de perspectiva - os seres humanos - capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos A, B, e C estejam presentes em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos* (ELIAS, 1998, p.33). O resultado deste acúmulo já aparece de forma significativa na história da humanidade ainda antes do início da era cristã, com a elaboração do calendário juliano, em 46 a.C. a pedido de Júlio César⁶. O tempo social começa a se libertar do tempo físico.

Entretanto, mesmo com o calendário, ainda na idade média, *o tempo era vivido como pleno, uno e indiviso. Esta plenitude da experiência do tempo traduz-se na referência do presente aos tempos originários fundadores, associados à própria origem cósmica do universo* (RODRIGUES, 1990, p.47). No século XIV, com o advento do relógio mecânico, há uma redução cronométrica do tempo a uma sucessão de batimentos uniformes que possibilita transformar a duração em pura potencialidade, aberta a qualquer projeto. O tempo social começa a se sobrepor ao tempo físico. A este processo Giddens chamará "*tempo vazio*" (GIDDENS, 1991).

⁶ A rotatividade dos responsáveis políticos nas funções oficiais durante o período republicano da Roma antiga exigia uma demarcação precisa das datas. Sobre este assunto ver: ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

A invenção do relógio mecânico e, posteriormente, o desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicações modernos não alteram simplesmente o meio de se calcular o tempo: a diminuição dos espaços em função do menor tempo necessário para percorrê-los possibilita novas formas de estruturar e vivenciar o cotidiano. Enquanto o calendário apenas estruturou o ano e, portanto, ainda dependia sensivelmente dos ciclos naturais, o relógio mecânico possibilitou um controle diário – segundo a segundo – da atividade humana. Um exemplo sobre a necessidade fisiológica de se alimentar, demonstra como o tempo se liberta gradualmente da imposição natural para conquistar uma relativa autonomia social (ELIAS, 1998, p.42). Em sociedades com uma estruturação social simples, o horário de alimentação segue as necessidades dos indivíduos. Portanto, um caçador pode caçar quando sente fome e parar quando se sente satisfeito. No momento em que a estruturação da sociedade torna-se mais complexa, o horário de se alimentar – ainda que respeite em certa medida os limites fisiológicos – segue uma padronização socialmente determinada, como por exemplo três refeições com horários relativamente rígidos. Com o relógio mecânico, o tempo pode ser racionalmente organizado para a produção. Do horário destinado ao trabalho até o horário do lazer, da educação, da alimentação e do amor, o tempo social se sobrepõe ao tempo físico.

A notícia é também uma forma de organizar o tempo social. Condicionada pelo tempo da produção, a notícia irradia o seu tempo e, em certa medida, o impõe ao tempo da política e ao tempo de outras atividades sociais. Durante o primeiro semestre de 1999, por exemplo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – sobre o sistema bancário brasileiro movimentou a política nacional. Entre as denúncias que surgiram durante as investigações, uma realizada pelo deputado Aluísio Mercadante sobre o vazamento de informações às vésperas da desvalorização do real poderia trazer complicações ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para diminuir a repercussão das denúncias, senadores da base de apoio à Presidência da República atuaram dentro da CPI para que o depoimento só ocorresse após às vinte horas. Tal atuação foi planejada a partir do conhecimento que políticos e seus assessores têm sobre o funcionamento dos jornais e o tempo necessário para a produção de uma notícia. Com o depoimento ocorrendo após às vinte horas evitou-se que o mesmo se transformasse em notícia para os jornais impressos do dia seguinte e para os telejornais do

horário nobre⁷. Esta reordenação de relações sociais, em função de uma separação da ação em relação ao seu próprio tempo e espaço de execução, constitui os mecanismos de desencaixes, dos quais fala Giddens. Para o autor inglês, os mecanismos de desencaixes são os responsáveis pelo dinamismo da modernidade. Estes mecanismos constituem-se em um sistema complexo de ações. Ou seja, um conjunto de ações que se relacionam formando uma cadeia de ações que em um *continuum* se sucedem separando os sujeitos. Há que se analisar, portanto, com certo cuidado o exemplo.

Mesmo com o risco de efetuar uma análise maniqueísta, será idealizado o exemplo dado como composto por apenas dois grupos homogêneos: um de apoio ao Governo e outro de oposição. Também será desconsiderado o fato desses grupos representarem interesses sociais mais amplos e diversificados. O que importa, nesse recorte, é focalizar o que se altera nas regras do jogo político travado entre estes dois grupos de agentes sociais e o papel que a notícia desempenha nesta relação.

O tempo da ação política é alterado. Sabe-se que um tempo da ação política já se encontra dentro de um tempo social e não apenas físico. Entretanto, este tempo social é regido por trâmites e decisões legitimadas pelas instituições políticas. O adiamento do depoimento do deputado opositor, ainda que seja uma ação política, só pode ser compreendido quando atenta-se para o fato de que os agentes políticos consideram, hoje, para suas decisões, a repercussão que as notícias podem ter junto ao público. Ou seja, jogam com a possibilidade de dar visibilidade ou não para suas decisões, como uma forma de coincidir seus interesses individuais ou partidários com um presumível interesse público.

A realidade sindical hoje também não é indiferente ao tempo da notícia. Não há passeata, entrevista coletiva, evento ou *release* preparado para a grande imprensa que não considerem o tempo de produção da notícia. Quando é preciso conquistar uma opinião pública, os sindicatos procuram na grande imprensa uma oportunidade de visibilidade. Pois, sabem que é a partir da publicização da ação que esta alcançará todo o seu potencial social junto ao público. De ação permeada de interesses privados passa – com a exposição que os meios de comunicação de massa lhe fornece – a adquirir um potencial para ser identificada

⁷ Sobre a relação entre notícia e tempo social ver TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

como ação coincidente com o interesse público. Contudo, na notícia se tem – não a ação – mas o ato cristalizado em um objeto.

Schutz (1974) e Luckmann (1996) diferenciam ação e ato. A primeira é um processo em execução, enquanto o segundo é o resultado final. *El término "acción" designará la conducta humana concebida de antemano por el actor, o sea, una conducta basada en un proyecto preconcebido. El término "acto" designará al resultado de este proceso en curso, vale decir, la acción cumplida.* (SCHUTZ, 1974, p.49).

Mas a notícia não é simplesmente um ato enquanto ação cumprida. A notícia é um ato cristalizado em um objeto – folha de papel, fita magnética, película cinematográfica – que é veiculado e publicizado. Ou seja, é um ato que é colocado à disposição de agentes que não estavam, inicialmente, presentes no local e no horário em que esta ação foi realizada. É aqui, retomando a denominação de Giddens, que as relações sociais se desencaixam do aqui e agora ou do face a face – para usar uma expressão de Berger e Luckmann – para se reordenarem em uma nova situação tempo-espacial.

Se, como aponta Elias, o tempo estava vinculado ao espaço nas sociedades pré-modernas, os mecanismos de desencaixes da modernidade separam-nos de forma desconhecida até então. Esta separação altera as relações sociais, nas palavras de Giddens, porque estas são abstraídas através do que o autor chama de sistemas abstratos. E para o sociólogo inglês existem dois tipos de sistemas abstratos: as fichas simbólicas e os sistemas peritos.

As fichas simbólicas são *meios de intercâmbio que podem ser "circulados" sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular* (GIDDENS, 1991, p.30). Enquanto os sistemas peritos são *sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social* (GIDDENS, 1991, p.35). Recorrendo-se aos exemplos desse autor, torna-se mais claro o que o mesmo quer dizer com estas definições. O exemplo típico de ficha simbólica para Giddens é o dinheiro. Com o dinheiro o valor do trabalho ou das mercadorias se desliga das situações particulares de produção ou transação comercial. As relações entre diferentes indivíduos passam a ser intermediadas sem que estes se encontrem efetivamente ou tampouco se conheçam. Mas, ao mesmo tempo, estas relações são em grande

parte ocultadas. É com o dinheiro que se esconderá a velha apropriação do trabalho excedente descrita por Marx.

Quanto ao sistema perito, o exemplo citado por Giddens é o de uma consulta médica. Quando vou ao médico, não confio no mesmo por ser ele um velho conhecido com quem estudei ou brinquei em minha infância. Tampouco já observei o seu trabalho junto a outros pacientes. Entretanto, confio em um sistema institucionalizado que me afirma ser aquele indivíduo, um médico e que possui o conhecimento necessário para me examinar, receitar remédios ou mesmo me operar. A idéia de confiança é importante quando se fala de sistema perito ou mesmo de ficha simbólica, entretanto este debate será feito a frente em um tópico específico. Por enquanto basta compreender como os sistemas abstratos separam tempo e espaço. Seja em uma ficha simbólica ou em um sistema perito, a relação social não se estabelece somente através do contato face a face. Ao contrário, mesmo quando o contato face a face ocorre, como em uma consulta médica, ele está sendo legitimado por uma rede de relações abstratas. Ou seja, mesmo em minha conversa com o meu médico, onde lhe falo sobre minhas dores de cabeça, minha dor de estômago ou os meus problemas de pele, esta se coloca em contato contínuo com diversas ações que ocorreram ou estão ocorrendo fora daquela sala onde acontece a consulta.

Aqui é necessário, para uma melhor sistematização, afastar-se da denominação de Giddens, retomando uma denominação já anunciada anteriormente. Giddens fala em sistema abstrato. Um sistema constitui-se como uma estrutura abstrata. Logo sistema abstrato torna-se redundante. O que está oculto não é um sistema, mas toda a ação social que está por trás deste. O que ocorre é uma abstração da ação social. Pode-se diferenciar assim ficha simbólica como uma ação que se apresenta já como um ato concluído e inscrito em um objeto, como é o caso do dinheiro ou da notícia. Enquanto o sistema perito é uma abstração de segundo grau, já que não se expressa em um objeto, mas em uma legitimação social, ou nas palavras de Berger e Luckmann, em uma institucionalização.

Neste sentido pode-se caracterizar a notícia como uma ficha simbólica e o jornalismo como um sistema perito. Ambos trazem em si a abstração de diversas ações, capazes de separar tempo e espaço. Entretanto, a primeira apresenta-se como um ato expresso – seja de palavras, fotos e desenhos em uma página de jornal, imagens em uma película ou sons em uma fita magnética ou mesmo em um disquete de computador. O jornalismo, por sua vez,

constitui-se como um sistema técnico legitimado socialmente, por ser realizado por profissionais reconhecidos e por se apresentar como uma linguagem e um modo de fazer definidos e institucionalizados.

2.3 CONFIANÇA E LEGITIMAÇÃO

Até o presente momento dois conceitos importantes para a dissertação que se constrói foram focalizados *en passant*. São eles: confiança e legitimação. Apesar das diferenças que cercam os trabalhos de Giddens e de Berger e Luckmann, os dois conceitos podem ser aproximados ao considerar a relação que possuem com o conceito de institucionalização. Começar-se-á por este terceiro conceito. Uma institucionalização *ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores* (BERGER; LUCKMANN, 1987, p.79). Esta tipificação, que possui uma história, é construída em um determinado aqui e agora, mas se desprende desta situação primeira para ser utilizada em novas situações, onde podem apresentar-se novos atores que somente entraram em cena após a tipificação ter sido construída. O exemplo dos dois naufragos esclarece melhor a questão⁸.

Dois naufragos de culturas distintas – mas equivalentes na força que possuíam para se impor uma à outra – encontram-se em uma ilha deserta. No primeiro momento qualquer cooperação entre os dois naufragos é inviável, já que uma ação desenvolvida por um não é dotada de sentido aos olhos do outro. Ou seja, há uma ação, mas não uma ação social – no sentido weberiano desses conceitos. Após alguns dias, os dois naufragos já serão capazes de compreender uma seqüência de ações do outro. Começa a se tornar possível identificar um sentido, anteriormente desconhecido, na ação do outro. Sendo obrigados a desenvolver ações conjuntas como, por exemplo, caçar, estes dois agentes sociais terão que, necessariamente, forjar um modelo de ação novo que incorpore aspectos tanto do modelo inicial de caça do primeiro como do segundo naufrago.

⁸ O exemplo dos dois naufragos em uma ilha está resumido neste trabalho. Para maiores detalhes sobre este assunto ver BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: vozes, 1987.

Nesse momento estes dois personagens terão construído uma nova forma tipificada de caçar que passam a compartilhar. Entretanto, aos dois agentes ainda são acessíveis os modelos iniciais de caça. Portanto, a nova tipificação não está totalmente institucionalizada. A institucionalização só se concretiza totalmente quando uma nova geração de agentes sociais entrar em cena. No exemplo de Berger e Luckmann, estes dois náufragos geram um filho. Aos olhos deste filho, os dois modelos iniciais de caça não existem – a não ser nas histórias e relatos dos dois náufragos. Somente o terceiro modelo se oferece ao jovem agente como possibilidade real de adquirir alimento. Aqui, portanto, se manifesta a atitude natural à qual Schutz se refere. É neste momento, em que a tipificação se apresenta despida de sua historicidade, que a institucionalização se concretiza plenamente.

Assim como a ação desenvolvida para efetuar uma caçada, diversas outras ações serão institucionalizadas. Mas, tendo uma biografia própria, cedo ou tarde, o mais novo agente desta sociedade, construirá problemas que o modelo tipificado de ação que lhe foi apresentado não será capaz de resolver. É através da necessidade de resolver novos problemas que qualquer ação tipificada está sujeita a transformações. Neste sentido, tem validade uma das hipóteses que orienta esta dissertação: as ações tipificadas de um jornalismo genérico são alteradas por problemas específicos da organização sindical. Entretanto, uma vez institucionalizada, uma ação não pode sofrer alterações a todo o momento, sob pena de não mais ser reconhecida por todos os membros da sociedade. Para evitar que cada agente procure modificar as ações que foram institucionalizadas é preciso que estas sejam legitimadas constantemente, tanto sociais como culturalmente. Ou seja, aceitas socialmente como o melhor padrão de ação para aquele momento histórico, naquela cultura.

A legitimação para Berger e Luckmann consiste em modos pelos quais as ações socialmente institucionalizadas podem ser explicadas e justificadas. Esta legitimação pode ser tanto metafísica, religiosa ou científica, como simplesmente o resultado da prática e do hábito cotidiano. Mas, como se estrutura e onde se encaixa o conceito de confiança de Giddens?

Tanto para explicar o funcionamento das fichas simbólicas como dos sistemas peritos, Giddens faz uso do conceito de confiança. Mais que isto, são as transformações no sistema de confiança que possibilitam as relações entre os agentes sociais em condições de modernidade. Confiança para Giddens é uma *crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na*

probidade ou amor de um outro, ou na correção de conhecimentos abstratos (conhecimento técnico) (GIDDENS, 1991, p.39). Ou seja, a confiança para Giddens é a certeza relativa que um agente pode ter de que uma determinada ação será realizada. Em uma sociedade pré-moderna um determinado agente confia que uma ação será realizada por conhecer diretamente o agente responsável por esta ação. Já em sociedades complexas esta confiança é transferida para a correção dos conhecimentos abstratos, ou seja, dos sistemas peritos e das fichas simbólicas. É, portanto, na transformação da confiança em pessoas para confiança em princípios que se encontra a chave da separação tempo-espacial da modernidade.

O conceito de confiança de Giddens – ao menos a confiança em tempos de modernidade –, e o conceito de legitimação de Berger e Luckmann se aproximam na medida em que ambos pressupõem uma força coercitiva, de matriz durkheimiana, do socialmente determinado sobre o individualmente significativo. Ao que Berger e Luckmann, seguindo os trabalhos de Schutz, denominam atitude natural frente a uma ação institucionalizada, Giddens chama fé em procedimentos corretos tecnicamente. De qualquer forma, há um mundo objetivo – instituição ou conhecimento abstrato – que se impõe sobre o indivíduo. A diferença entre esses dois conceitos está no fato de que a legitimação é o processo pelo qual um procedimento – seja fruto de um agente reconhecível ou de um sistema abstrato – torna-se digno da confiança ou da fé dos indivíduos. Ou seja, a legitimação se efetiva em um plano estrutural, enquanto a confiança em um plano pessoal.

Ao sugerir que a notícia seja focalizada como uma ficha simbólica e o jornalismo como um sistema perito, torna-se imperativo compreender os mecanismos de confiança e legitimação que envolvem este conjunto de ações sociais, inicialmente em sua versão comercial e posteriormente em sua modalidade sindical. Não é novidade, para pesquisadores da área da comunicação e das demais áreas afins, o fato de um indivíduo, ao ler um jornal, assistir um telejornal, ou escutar um noticiário radiofônico, colocar-se em uma situação de predisposição para acreditar nos fatos que lhe são transmitidos. O que não ocorre automaticamente na comunicação sindical. Também, desde os primeiros estudos funcionalistas norte-americanos já se conhece a capacidade de um indivíduo duvidar de uma mensagem quando esta se choca diretamente com suas crenças pessoais.

Estas duas questões – crença ou dúvida – estruturam-se em relação direta com o grau de institucionalização da ação social e da capacidade desta ação em resolver os problemas

práticos ou teóricos que o agente coloca a si mesmo durante a sua experiência biográfica. É por isso, que a confiança na grande imprensa e na imprensa sindical serão diferentes, pois os problemas que o indivíduo espera que cada uma delas possa resolver não são os mesmos. Entre outros, pode-se destacar três fatores que compõem uma situação de confiança de um agente frente à notícia e à prática jornalística: o gênero jornalístico, a inserção do compromisso com rosto e a objetividade da informação. Nos parágrafos que se seguem serão trabalhados, em relação a imprensa comercial, cada um desses fatores que, a partir de agora, serão denominados fatores de confiabilidade da notícia.

2.4 CONFIABILIDADE DA NOTÍCIA

Martín-Barbero⁹, seguindo os trabalhos de Wolf, compreende o gênero como uma estratégia de comunicabilidade. Para esse autor, o gênero estabelece um conjunto de regras e normas que criam um formato reconhecível social e culturalmente. Um formato só se torna reconhecível socialmente quando se apresenta institucionalmente definido. O gênero jornalístico é, portanto, o formato definido por regras que estabelecem as seis clássicas perguntas – o que, quem, quando, como, onde e por que – como eixo discursivo e que se estrutura em *lead*¹⁰ e *sub-lead* – a velha pirâmide invertida – a qual tem um conceito próprio de objetividade. O *lead* introduz o leitor, ouvinte ou telespectador em um mundo dos fatos e da narração verídica (TUCHMAN, 1983). Quando o indivíduo está diante do “era uma vez”, ele sabe que se depara com um conto de fadas. Da mesma maneira, quando este indivíduo percebe-se diante das seis perguntas, sabe se posicionar frente a um universo da veracidade. O

⁹ Sobre esta discussão ver MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993. Ou WOLF, Mauro. *La investigación de la comunicación de masas: crítica y perspectivas*. Barcelona: Paidós, 1996.

¹⁰ O *lead* é a cabeça ou a abertura de uma matéria. Ele consiste em um parágrafo – o primeiro – onde as seis perguntas são respondidas. O *sub-lead* engloba as demais informações sobre a notícia que seguem nos parágrafos seguintes. Também pode haver um complemento com questões que indiretamente se relacionam com a notícia. Esta fórmula - de *lead*, *sub-lead* e complemento - é chamada no meio jornalístico de pirâmide invertida. Alguns autores definem o *lead* como um resumo da matéria, outros o identificam como uma síntese. Sobre este assunto ver, entre outros, GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz, 1989. LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia* Petrópolis: Vozes, 1979. FONTCUBERTA, Mar de. *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós, 1996.

gênero trabalha, portanto, como uma estratégia para diminuir o estranhamento do indivíduo frente a acontecimentos que ocorreram fora da sua experiência direta e que possui muitas vezes significado desconhecido.

Se através do jornalismo, os fatos relatados na notícia apresentam-se como desencaixados de uma relação face a face, o gênero é um dos fatores que procuram reencaixá-los dentro de uma nova perspectiva espaço-temporal. A confiança perde sua característica de fé em um agente específico para assumir características de crença em princípios abstratos – regras e normas – que estruturam o discurso. Ainda que não domine a gramática do gênero jornalístico, o indivíduo leigo é capaz de decodificá-lo sem estranhamentos, por se tratar de uma linguagem que lhe foi apresentada e que se encontra legitimada culturalmente. O gênero se alimenta, portanto, da atitude natural com que o indivíduo encara o mundo. Entretanto, esta atitude natural só tem validade para o indivíduo enquanto não se apresenta para ele uma nova situação problemática. Aliás, mais do que se alimentar da atitude natural, o gênero a reconhece e se apresenta como uma estratégia para diminuir a possibilidade do surgimento de um problema. O gênero, enquanto formato discursivo reconhecido, diminui a natureza problemática de um conteúdo sem sentido imediato para o indivíduo. Entretanto, quando este conteúdo se choca diretamente com uma crença ou com um conhecimento prático do cotidiano – contrariando-os – o gênero se torna incapaz de evitar que o indivíduo coloque em dúvida as informações que lhe são transmitidas.

Giddens trabalha esta dúvida, que surge quando um problema se apresenta, como um eterno ceticismo dos agentes leigos frente aos sistemas peritos. Não dominando por completo os conhecimentos que envolvem um sistema perito, o leigo tende a duvidar de sua eficácia. Entretanto, esta dúvida é deixada de lado enquanto suas expectativas estão sendo atingidas. Para explicar este fenômeno Giddens segue os trabalhos de Goffman, em especial o conceito de desatenção civil. Todavia, para não perder a idéia de abstração da ação, sugerida no início deste trabalho, será dada preferência para a nomenclatura forjada por Schutz de atitude natural. Enquanto um novo problema não se apresenta para o cotidiano de um agente específico, não há porque duvidar da eficácia das formas institucionalizadas que são apresentadas ao mesmo.

Giddens percebe que, tanto em sociedades pré-modernas como em sociedades modernas, as dúvidas e a atitude natural se apresentam. Entretanto, aponta que junto a um

sistema abstrato estas questões ganham novo *status*, pois apresentam rompimentos, os laços emocionais ou afetivos pessoais que auxiliavam na sustentação desta atitude natural. Nas palavras do autor, a confiança necessária para que a atitude natural se manifeste, em uma relação com um sistema abstrato, não é psicologicamente gratificante como a confiança em pessoas. Assim, o segundo fator de confiabilidade da notícia se apresenta: o compromisso com rosto.

Toda confiança para Giddens está vinculada a alguma forma de compromisso pessoal – com rosto. No exemplo da consulta médica, o leigo confia no sistema abstrato – medicina, racionalismo científico, faculdades – que atesta o conhecimento que o médico possui. Mas, esta confiança tem que ser ratificada pelo contato pessoal. Se o médico começa a fazer piadas quando não deve ou tem algum comportamento fora do que era previamente esperado pelo leigo, a confiança se desfaz. Um problema se apresenta para o agente leigo que é uma forma não legitimada do médico se comportar. Mais que isto, a dúvida causada pelo desconhecimento que o leigo possui jamais desaparece. O contato pessoal busca reconduzir o agente para uma situação de afetividade ou confiança afetiva, anterior à modernidade. À tensão causada pelo desconhecimento do leigo frente ao sistema perito, Giddens imputa a responsabilidade de gerar uma zona de turbulência que só pode ser acalmada com os compromissos com rosto.

O jornalismo como sistema perito não está imune a esta zona de turbulência. No entanto, o seu caráter massivo o impede de efetivar um compromisso com rosto. Não há encontro face a face do jornalista e o agente leigo – leitor, ouvinte ou telespectador. Para diminuir esta turbulência, o jornalismo – e toda forma de comunicação de massa para Martín-Barbero – desenvolve a estratégia da simulação do contato. Inserida em um sistema perito, a ação jornalística caracteriza-se por um conjunto de práticas impessoais. Encontrar o autor de uma notícia é um problema quase impossível de ser resolvido. Seria o repórter, o editor, o pauteiro, o chefe de redação? Com quem o leigo pode se identificar e estabelecer um laço afetivo que Giddens aponta como necessário para a confiança em um sistema perito? O problema é enfrentado através de um meio termo entre a prática impessoal – necessária para a produção em ritmo industrial da comunicação de massa – e a presença de jornalistas reconhecidos. Ao mesmo tempo em que a maioria dos textos que o indivíduo lê em um jornal ou recebe pela televisão ou rádio são redigidos por jornalistas desconhecidos, a presença do

artigo assinado – Janio de Freitas, Elio Gaspari, Joelmir Betting Dora Kramer – ou do apresentador – Heródoto Barbeiro, Cid Moreira, Boris Casoy – remete este indivíduo ao prazer do compromisso com rosto.

Este fenômeno pode ser verificado em dois exemplos. O primeiro é a folha de pagamento das empresas de comunicação. A diferença entre o salário pago aos jornalistas desconhecidos do público e àqueles que emprestam o seu nome ou rosto para simular este contato é enorme. Mas este fato poderia simplesmente refletir o pensamento de empresários e administradores – o que não ocorre no segundo exemplo. Ao se transferir do SBT para a Rede Record em 1997, o apresentador Boris Casoy levou com ele praticamente toda a audiência do telejornal da primeira emissora¹¹. Se a maior parte da ação jornalística se apresenta como ato sem ator identificável, o leigo tem ao menos um apresentador de telejornal, que o encontra todos os dias, ao qual ele pode transferir a responsabilidade sobre todas as informações que lhe são passadas. O mesmo não ocorre na imprensa sindical. O jornalista sindical não é um notável e a identificação do leitor só pode ser realizada com o dirigente do sindicato, fato que altera consideravelmente os mecanismos de confiança da notícia da imprensa sindical.

Martín-Barbero também afirma que os meios de comunicação de massa utilizam uma outra estratégia associada à simulação do contato, a qual ele denomina retórica do direto. Ela é entendida como a valorização do imediatismo. Na ausência do face a face, os meios de comunicação valorizam o agora. O autor compreende que, enquanto no cinema predomina o distanciamento e a função poética, na televisão se encontra a proximidade, o não expressivo e o funcional. A retórica do direto, no jornalismo, também busca suprir esta ausência do compromisso com rosto. A simulação do contato é reforçada com a sensação do presente em tempo real. Com o avanço das novas tecnologias este presente se torna cada vez mais instantâneo e fugaz.

No jornalismo impresso – incapaz de informar em tempo real – a estratégia da retórica do direto se transforma em um título e um *lead* que se apresentam sempre com o verbo conjugado no tempo presente. Não importa se a notícia ocorreu ontem ou acontecerá amanhã, ela é apresentada no presente do indicativo. É a abstração da ação. Ela não mais se desenvolve e transcorre dentro de um determinado período de tempo. Ela não se executa. Ela é ato. E ato

¹¹ Sobre este assunto ver REVISTA IMPRENSA, ano X, n.º 119, ago. 1997.

contínuo. Um eterno presente onde nada se realiza, mas já se apresenta realizado. O presente, o tempo de realização, apresenta-se como passado, como realizado. Não há mais ação, apenas ato. É a aproximação da história aos indivíduos, sem historicidade (RODRIGO ALSINA, 1989). Este é o paradoxo. A ação – elemento instituinte – é institucionalizada como ato.

Mesmo sendo fatores de confiabilidade da notícia, o gênero e o compromisso com rosto não possuem força para legitimar a ação jornalística. Ao discutir o surgimento do problema comunicacional na modernidade, Rodrigues (1990) traça um quadro que se aproxima ao descrito por Giddens. A comunicação como ação de um agente autônomo capaz de escolher entre vários projetos que lhe são oferecidos, torna-se possível somente com a conjunção da secularização dos ritos coletivos, a constituição do espaço público, o desenraizamento da experiência coletiva e a racionalização dos valores. Dentre estes quatro, é à racionalização dos valores que Rodrigues confere força legitimadora.

O que caracteriza, no entanto, a viragem da modernidade é a subordinação da maioria das dimensões da vida individual e da vida colectiva à dimensão produtiva, votando-as assim a uma definição predominantemente econômica da razão. A própria validação da racionalidade fica assim submetida à eficácia utilitária do saber e da acção. (RODRIGUES, 1990, p.59).

A racionalidade instrumental – ou de eficácia utilitária para Rodrigues – está na raiz da modernidade e remete-nos ao tipo ideal weberiano do agir racional-com-respeito-a-fins. É a secularização e racionalização do mundo. Ou seja, a ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional. Suas raízes, segundo Habermas (1980), se encontram no projeto iluminista que pautou a ação política da burguesia nascente frente ao poder do Estado feudal e posteriormente absolutista. Ainda para o mesmo Habermas esta racionalização se liga a institucionalização do progresso científico e técnico.

Na medida em que a técnica e a ciência penetram os setores institucionais da sociedade, transformando por esse meio as próprias instituições, as antigas legitimações se desmontam. Secularização e "desenfeitamento" das imagens do mundo que orientam o agir, e de toda a tradição cultural, são a contrapartida de uma "racionalidade" crescente do agir social. (HABERMAS, 1980, p.313).

A força de penetração das fichas simbólicas e sistemas peritos – ainda que causem um certo desconforto psicológico – reside em suas conquistas empíricas no cotidiano, ou seja, na diminuição do tempo e do esforço para se atingir uma finalidade, através de um fazer técnico.

A consciência tecnocrática – ou a substituição de outras formas de ação¹² pelo agir racional-com-respeito-a-fins – adquire grande força legitimadora, porque se apresenta menos ideológica (HABERMAS, 1980). Enquanto as demais formas de ação se apresentam ou como motivadas por interesses pessoais ou como em consonância com a manutenção de uma ordem institucionalizada, o agir racional-com-respeito-a-fins se coloca como impessoal e comprometido unicamente com o futuro e a transformação material da sociedade. Ou seja, seu compromisso se manifesta como um compromisso com o progresso e não mais com grupos ou setores da sociedade. Para Habermas, a consciência tecnocrática não só vela as questões práticas e os interesses de dominação – como antigas ideologias –, como atinge o interesse emancipatório da humanidade como tal.

Como sistema perito e como um processo de abstração da ação na modernidade, o jornalismo não é capaz de fugir do manto da racionalidade instrumental e do padrão da ação racional-com-respeito-a-fins. É na racionalidade instrumental que ele busca seu princípio legitimador. O terceiro fator de confiabilidade da notícia está em sintonia com este princípio e se manifesta como a objetividade da notícia. Mais que isto, como princípio legitimador, a objetividade transformou-se no próprio paradigma da ação jornalística.

Para que a atitude natural do leigo não seja confrontada com um problema, três níveis de confiança precisam ser contemplados, pela notícia:

- 1) confiança quanto à veracidade das informações relatadas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de "fatos" disponíveis. (MIGUEL, 1999, p.199).

É como instrumento que satisfaça estes três níveis de exigência do leigo que a objetividade se estrutura. Uma primeira abordagem da objetividade a coloca como o grau de identidade entre um fato e sua descrição, conferindo qualidade ao produto jornalístico¹³. O

¹² Como outros tipos de ação considera-se os quatro tipos ideais weberianos: ação racional-com-respeito-a-fins, ação racional-com-respeito-a-valores, ação afetiva e ação tradicional. Para um maior debate sobre os tipos de ação ver WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais: Parte 2*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1992.

¹³ Esta posição é defendida por Koschwitz, citado por Kunczik in: KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*. São Paulo: Edusp, 1997.

Projeto Folha¹⁴, do jornal paulistano Folha de São Paulo, demonstra como este conceito instrumental de objetividade opera como padrão de qualidade perante os leitores. O jornal Folha de São Paulo, até meados da década de 80, era um jornal marcado por um forte posicionamento ideológico de seus jornalistas e tinha apenas a quarta colocação em vendas no país. Com o Projeto Folha, o jornal passou a uma política editorial pautada pelo apartidarismo, neutralidade, execução metódica das reportagens com o tradicional “ouvir os dois lados”, abertura de espaços para articulistas e colaboradores de diferentes orientações políticas e apresentação clara das matérias. Esta linha editorial, onde a objetividade é sinônima de aproximação descritiva do fato, não só possibilitou à Folha de São Paulo o título de jornal mais lido do país, como transformou-a em paradigma do bom jornalismo brasileiro.

Mas para ter força paradigmática, a objetividade não pode ser apenas um grau a conferir qualidade à ação jornalística. Um segundo caminho é o trilhado por Tuchman a partir de uma analogia com o papel da objetividade junto à comunidade científica. Assim como para os cientistas sociais, a objetividade funciona para o jornalista como um sustentáculo frente aos críticos. Entretanto, trabalhando com um produto perecível – a notícia é produzida para ser consumida rapidamente – e em um ritmo de produção industrial, o jornalista não possui tempo disponível para uma análise epistemológica, relacionando objetividade com procedimentos de rotina. O termo “objetividade” é utilizado defensivamente como ritual estratégico (TUCHMAN, 1993). Esta perspectiva confere força legitimadora para ação jornalística, ao menos aos olhos dos jornalistas, como apontam os trabalhos de Phillips (1977). Para poder sustentar que a objetividade é paradigma de uma ação social é preciso, no entanto, que seja capaz de legitimar esta ação não só ao grupo de peritos, como também aos leigos.

O que confere força paradigmática à objetividade, por mais paradoxal que pareça, é o fato desta não passar de falsa objetividade ou em outras palavras objetivismo. Segundo Gouldner, citado por Rodrigo Alsina (1989, p. 172), o objetivismo é uma patologia da cognição que supõe o silêncio sobre o enunciador, sobre seus interesses e seus desejos, e sobre como este se situa social e estruturalmente. Somente por retirar de cena os agentes falantes – seja o próprio jornalista, fontes bem informadas ou instituições – é que a

¹⁴ O Projeto Folha foi desenvolvido pelo jornal paulistano Folha de São Paulo e procurou não só alterar a linguagem e o perfil ideológico do jornal, como, modificar os métodos de produção; racionalizando e hierarquizando a estrutura de redação. Através de entrevistas com jornalistas que participaram do projeto,

objetividade jornalística se torna capaz de legitimar esta ação. E este fato a coloca no centro da modernidade. Somente, como expressão de uma racionalidade técnica e em um mundo secularizado e, portanto, que comporta diversas vozes, a objetividade jornalística é capaz de ser legitimadora, porque consolida a transformação da ação em ato. Ainda que a objetividade jornalística não passe de uma idealização, sua presença é facilmente reconhecida e é ela que dá sustentação para que a ação jornalística possa, em certa medida, construir a realidade em condições de modernidade.

2.5 A AÇÃO JORNALÍSTICA

A ação jornalística consiste em produzir dentro de um sistema perito uma ficha simbólica, a notícia. O jornalista, porém, não é um perito como os demais. Enquanto médicos ou advogados são peritos pela especialidade profissional que transformou suas relações com os leigos em uma relação de confiança em um sistema abstrato, os jornalistas não só adquiriram a posição de peritos, como o são em um outro sistema abstrato. A notícia – produto da ação jornalística – é o relato de um fato, ou seja, a transformação de ações em atos registrados em papel, fita magnética, película, dando publicidade a estes. Consiste, assim, em tornar público diversos atos. O jornalista é um Rei Midas da modernidade, capaz de transformar tudo o que toca, não em ouro, mas em público (DADER, 1992).

Esta transformação ocorre, para Genro Filho (1989), a partir do relacionamento entre a singularidade do fato relatado e a universalidade gerada pelo discurso jornalístico. Toda ação jornalística, concretizada na produção de notícias, se desenvolve não como simples coleta e transmissão de dados ou fenômenos. Ao contrário, é uma ação realizada dentro de uma significação subjetiva que o jornalista confere à realidade.

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma singular, ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística sugere os universais que a pressupõem e que

ela tende a projetar. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem. (GENRO FILHO, 1989, p.140).

A ficha simbólica notícia gerada pelo acontecimento jornalístico, portanto, é diferente de simples informação. O acontecimento jornalístico se diferencia do puro acontecimento – enquanto fenômeno extraordinário – pois se trata de um acontecimento construído. A ação jornalística que constrói este acontecimento jornalístico se faz, assim, nas palavras de Rodrigues (1990), como atos ilocutórios e perlocutórios de acordo com as suas próprias regras enunciativas. Ou seja, atos que, além de estarem sujeitos aos valores de verdade ou falsidade, estão sujeitos aos valores de credibilidade do locutor. Assim, além da própria enunciação, produzem alguma coisa mais pelo simples fato de enunciar. A credibilidade do locutor é extraída da sua legitimidade enquanto perito e o seu aspecto perlocutório deriva da transformação do próprio discurso em novo acontecimento. *O jornalismo é um discurso sobre o acontecimento, ao mesmo tempo em que é um acontecimento enquanto discurso* (GADINI, 1994, p.37).

Mas em que condições esta ação jornalística ocorre? A produção social da notícia ocorre em um universo que conjuga a organização burocrática das empresas jornalísticas, o valor-notícia e a construção da notícia enquanto um produto a ser apresentado de forma compreensiva ao público (HALL et al., 1993). O complexo conjunto desses fatores imprime características específicas a esta ação.

Por estar inserida em uma organização burocrática, a ação do jornalista – ainda que possa ser pensada individualmente – encontra-se sujeita a uma rotina de procedimentos, horários e hierarquias que é anterior à própria entrada do agente em cena. Tuchman deriva das necessidades burocráticas de organizar tempo e espaço, uma tipificação que jornalistas realizam para enquadrar acontecimentos em padrões estabelecidos que possibilitem a previsibilidade e o controle da ação, para o bom funcionamento da organização. *Los informadores usan tipificaciones para transformar los sucesos idiosincrásicos del mundo cotidiano en materias primas que puedan ser sometidas a un procesamiento de rutina y a su diseminación* (TUCHMAN, 1983, p.71). À ação tipificada precede uma generalização dos problemas a serem enfrentados na captação das informações. Tuchman afirma que o jornalista faz três generalizações: 1) a maioria das fontes tem interesses; 2) as pessoas que ocupam algum cargo em uma organização também têm interesses, mas como detêm mais fatos à sua

disposição, suas informações são mais precisas; 3) as instituições têm procedimentos para se protegerem, assim como proteger as pessoas em contato com ela (TUCHMAN, 1993). Estas três generalizações são necessárias para que os procedimentos tipificados de trabalho, pautados por um ideal de neutralidade, independência e imparcialidade – frutos do paradigma da objetividade – não entrem em colapso a cada matéria realizada. E como resultado produzem uma ação que almeja apresentar a realidade, mas constrói e apresenta uma realidade presumida.

Ironicamente, as próprias regras destinadas a preservar a imparcialidade dos *media*, e que se desenvolveram a partir do anseio de maior neutralidade profissional, servem para orientar poderosamente os *media* nas definições da realidade social que suas fontes acreditadas - os porta-vozes institucionais - fornecem. (HALL et al., 1993, p.229).

Esta mesma ação, que presume uma realidade e rege-se por rotinas e tipificações, tem como elemento organizador o valor-notícia, que se define como o que há de singular nos acontecimentos. Para compreender a convivência entre o valor-notícia e organização burocrática da produção jornalística é preciso diferenciar um valor-notícia primário e outros valores que se agregam durante o processo de confecção da notícia. O valor-notícia primário é da ordem do singular e do imprevisível – uma catástrofe natural, um incêndio, um acidente aéreo. Entretanto, o número de pessoas envolvidas, a presença de uma celebridade, complementos de outras notícias, aspectos dramáticos ou sentimentais são fatores que conferem maior ou menor potencial noticioso a um fato.

O jornalismo, assim, volta a se colocar em termos de previsibilidade. Ao valor-notícia primário – a imprevisibilidade – agregam-se valores que possibilitam a ação tipificada. Ao folhear um jornal é fácil constatar que poucas são as notícias imprevisíveis. Apesar disto, a definição de notícia ou acontecimento como um fato da ordem do imprevisível sobrevive não só nos manuais de redação de todos os jornais, rádios e televisões – como nas definições formuladas pelos próprios jornalistas¹⁵ e na compreensão que o público tem sobre o jornalismo.

Diante desta insistência do valor-notícia como imprevisibilidade, faz-se o seguinte questionamento: *La realidad extraordinaria pasa a ser acontecimiento o si lo que se da es un*

¹⁵ Sobre este assunto ver TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia* : estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

hecho presentado de forma extraordinaria como acontecimiento (RODRIGO ALSINA, 1989, p.101)? O imprevisível que está na raiz do valor-notícia transforma-se em imprevisibilidade discursiva através da espetacularização. O notável torna-se condição de singularidade. O fato que não pode ser transformado em discurso espetacular é repetição, é banal, é cotidiano. Logo, desprovido de singularidade aos olhos do jornalista. O espetáculo torna-se uma necessidade para recuperar de forma discursiva a singularidade que havia sido sacrificada pela necessidade burocrática de uma ação tipificada.

Esta singularidade feita discurso exige, concomitantemente ao seu lado espetacular e surpreendente, um formato reconhecível. Aqui se apresenta novamente o gênero como estratégia de comunicabilidade. Através de uma forma institucionalizada de apresentação, onde a singularidade se coloca como um número incalculável – déficit inédito de bilhões de dólares –, a notabilidade heróica – o atleta fenomenal –, ou a cena teatral – dois inimigos políticos apertando as mãos –, a força desestabilizadora de um fato sem relações locais ou cotidianas é neutralizada, sendo mediada culturalmente como ficcional (MARTÍN-BARBERO, 1993).

Esta necessidade da notícia ser apresentada de forma reconhecível também se relaciona com a maneira com que o jornalista percebe, a partir de suas tipificações, os fatos a serem relatados. O jornalista é um perito diferenciado porque, ao contrário de outros peritos, trabalha, com exceção de algumas qualidades instrumentais, com o ideal do julgamento e da interpretação do cidadão médio, interessado, portanto, atento, apenas aos dados elementares (DADER, 1992). Se Dader está correto o que pode se esperar da ação jornalística é a legitimação e a reafirmação da ordem institucionalizada. Entretanto a ação jornalística é mais uma entre as diversas ações que constroem a realidade social, como aponta Grossi.

La professionalità giornalistica può essere più precisamente definita come quell' attività specialistica di costruzione della realtà sociale che si presenta come una oggettivazione di 2° grado (delle routine cognitive, degli schemi interpretativi e dei significati), cioè come una ulteriore costruzione di realtà che si aggiunge ad altre costruzioni di realtà, integrandole e generalizzandole in ragione di una referenzialità pubblica e collettiva. (GROSSI, 1985, p.384).

Assim, qualquer julgamento apressado sobre a prática jornalística como reprodutora do *status quo*, torna-se um equívoco ao não considerar a base ideológica e social que lhe dá sustentação e que lhe auxilia em uma construção da realidade.

2.6 JORNALISMO E MODERNIDADE REFLEXIVA

A disseminação de sistemas abstratos – fichas simbólicas e sistemas peritos – impulsionou a produção do conhecimento em um ritmo muito superior ao que a sociedade havia experimentado em qualquer época antes da modernidade. A perícia técnica é responsável por esta contínua produção. Este conhecimento, no entanto, não fica confinado em zonas de excelência. Pontos de acesso entre peritos e agentes leigos possibilitam que este conhecimento seja constantemente reapropriado na vida cotidiana. A este fenômeno Giddens denomina reflexividade da modernidade. A produção sociológica, por exemplo, produz continuamente conhecimento sobre seu objeto e este conhecimento é sistematicamente reapropriado pelos diversos agentes sociais. Assim, o próprio objeto da sociologia aprende a pensar sociologicamente (GIDDENS, 1991).

Frente à ação tipificada dos jornalistas, os diversos agentes que atuam em contato constante com os meios de comunicação também foram capazes de moldar sua atuação de acordo com as necessidades destes. Diante da emergência da notícia como o relato do fato previsível descrito de forma notável e que confunde singularidade e universalidade, a modernidade viu nascer uma segunda categoria de acontecimentos – os meta-acontecimentos (RODRIGUES, 1990). Assim como a modernidade tornou-se profundamente sociológica para Giddens, frente à construção que o jornalismo faz da realidade, essa se tornou igualmente jornalística.

Habermas também já havia percebido tal fenômeno ainda que não o trate especificamente em uma nomenclatura – acontecimento, meta-acontecimento, dimensão discursiva – próxima aos autores específicos da comunicação. Ao demonstrar a apropriação que os diversos atores sociais são capazes de realizar, através das relações públicas, dos mecanismos de publicidade do mundo moderno – entre eles o jornalismo –, abordou a preocupação central que Rodrigues traz com o nascimento dos meta-acontecimentos: a administração do espaço público. A transformação de opiniões não-públicas ou quase-públicas em opiniões com uma visibilidade pública, ou seja, a transformação do interesse em conhecimento é resultante desta reflexividade com que as sociedades modernas absorvem o conhecimento gerado pelos sistemas peritos.

Este fenômeno traz implicações profundas para todas as ações sociais – sejam ações políticas, econômicas, culturais, religiosas. Durante a elaboração de um projeto de ação, o agente tem sempre em mente o ato, ou seja, o resultado da ação e não propriamente os passos de execução – a ação em si (SCHUTZ, 1974). É preciso que esteja ocorrendo uma transformação do ato para que se possa falar de uma nova ação. Quando ocorre um acidente natural de proporções e um político se desloca de um ponto distante do país para o local do acidente, está-se diante deste novo ato. A ação política não foi planejada considerando os melhores meios para resolver os problemas da população afetada. Ao contrário, a ação é colocada em prática considerando seus aspectos simbólicos e a imagem de solidariedade que o político passa ao se colocar junto à população afetada pelo acidente. Imagem que circulará não só junto a esta população, como em todo um país. Os meta-acontecimentos são, portanto, atos executados conforme as leis dos meios de comunicação de massa. São atos que não existiriam sem o jornalismo. Os meta-acontecimentos são regidos pelas regras do mundo simbólico e só existem enquanto acontecimentos discursivos. *É um discurso feito ação e uma ação feita discurso* (RODRIGUES, 1990, p.102).

Mas esta ação feita discurso não se encerra na veiculação da notícia. Não se pode ignorar o aspecto perlocutório da notícia. Toda ação concluída, ou seja, todo ato é ponto de partida para novas ações. Assim se todo acontecimento pode se tornar alimento das notícias, toda notícia é potencialmente alimento para novos acontecimentos. Ainda que um meta-acontecimento seja, em grande medida, um acontecimento administrativo do espaço público – ou seja, um ato instituído – ele nunca perde totalmente sua força instituinte. Porém, o meta-acontecimento institui-se como alimento transgênico, já que as regras que o constituem não são mais aquelas que constituíam o fato inicial. Entretanto, independente de sua natureza, meta-acontecimento ou simples acontecimento, todo fato após se transformar em notícia terá nova constituição. Pois a ação de transformar um fato em notícia – em ficha simbólica – redefine a própria natureza deste fato.

Entretanto, esta ação que transforma o fato em notícia, na grande imprensa, se processa dentro de um padrão informativo-monológico. Este padrão de ação não é único na realidade que o jornalista encontra em uma organização sindical. Em que medida, a dinâmica social do sindicalismo é capaz de forjar um novo padrão de ação jornalística? O próximo capítulo se pauta exatamente por este questionamento.

3. A AÇÃO JORNALÍSTICA NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A ação jornalística consiste em produzir, dentro de um sistema perito, uma ficha simbólica, a notícia. Produção essa, que se pauta, simultaneamente, pela manutenção da singularidade do acontecimento que deu origem à notícia e pela projeção de um significado universal. Ao realizar esta identificação promove um complexo de ações que processa a abstração da ação que lhe deu origem. Ou seja, separa os sujeitos no tempo e no espaço. Este processo de abstração, entretanto, não ocorre como se apenas um agente ou um pequeno grupo homogêneo de agentes – os jornalistas –, a realizassem. Atentos às condições de produção das notícias, alguns autores, como Tuchman (1983) e Hall et al. (1993), se preocupam com as relações estabelecidas entre jornalistas e as empresas jornalísticas, enquanto organizações. Os mesmos autores também focalizam os processos pelos quais estas relações e as ações que lhes possibilitaram nascer se cristalizam, se tipificam, enfim, se institucionalizam. Para pensar a imprensa sindical, também se faz necessário ressaltar estas relações entre os atores, suas ações e a organização em que se encontram.

O primeiro impulso quando se fala em organização é imaginar uma estrutura que paira acima dos indivíduos, dotada de uma racionalidade própria e capaz de impor esta racionalidade àqueles devido a uma força coercitiva que lhe seria própria e anterior aos indivíduos isoladamente. Este impulso, compreensivo fenômeno das organizações sociais, tanto em leigos quanto em cientistas sociais, é devido à atitude natural (SCHUTZ, 1974), mas insuficiente para focalizar o problema de uma perspectiva acionista. É preciso inverter a pergunta clássica que costuma guiar os trabalhos sociológicos sobre as organizações. Não basta perguntar como a estrutura organizacional consegue a conformidade dos agentes que estão sob sua influência, mas quais são as *razões válidas* para que os agentes se sujeitem a obedecer regras e não abusem das margens de liberdade que uma organização concede (FRIEDBERG, 1995).

Inverter a questão sobre as organizações consiste em perguntar quais são as estratégias desenvolvidas pelos atores interna e externamente à organização. Estratégias que podem sofrer alterações profundas com a alteração dos projetos que são vislumbrados por cada organização ou especificamente pelos seus atores. É necessário, portanto, perguntar: em que

conjunto de objetivos e referências – sejam políticas, econômicas ou sociais – as ações dos diversos atores se desenvolvem e em um certo momento se cristalizam em modelos tipificados? Concomitantemente, indagar: como se conservam as condições que possibilitaram tal tipificação para que ela se mantenha durante um determinado período e dentro de uma determinada cultura?

Questionando as razões – conscientes ou inconscientes – dos indivíduos que constroem – a partir do interior ou do exterior – uma organização, é possível, em termos weberianos, focalizá-la como um complexo sistema de ações, ou seja,

uma estrutura de poder em que todos os participantes dispõem de uma certa capacidade de negociação, mas em que também alguns, porque capazes de controlar incertezas mais cruciais para o conjunto, são capazes de estruturar as negociações a seu favor. (FRIEDBERG, 1995, p.390).

Com esta inversão de olhar promovida não só por Friedberg, mas também por outros autores¹, pode-se discutir a organização tanto em suas questões internas – relações de poder, tendência à permanência de estruturas internas, transformações – como em suas relações com o mundo exterior – contato com o mercado, Estado, organizações patronais. Também é possível afirmar a existência de formas diferentes de organizações. Diferentes não porque possuem uma natureza diversa ou uma função social diferenciada, mas porque a ação dos agentes envolvidos naquelas organizações – sejam ações individuais ou coletivas – são diferentes, porque foram motivadas por objetivos ou estratégias distintas. Os interesses dos agentes, a capacidade de negociação destes e a ação coletiva resultante que interagem com o mundo exterior à organização fazem de cada organização, única na complexidade da realidade social.

Offe (1984) demonstra que as organizações sindicais, ainda que conservem algumas características comuns às empresas capitalistas – estrutura mais ou menos burocrática de tomada de decisão, dependência de recursos materiais, esforços para alterar favoravelmente os ambientes circundantes – diferenciam-se destas. As posições distintas que estes dois tipos de organização ocupam na estrutura de classes não somente conduzem a diferenças no poder que

¹ Friedberg localiza alguns desses autores: BLAU, P. *Exchange and power in social life*. Nova York: Wiley, 1964. CROZIER, M. *Le phénomène bureaucratie*. Paris: Seuil, 1964. CROZIER, M. *La société bloquée*. Paris: Seuil, 1971. EMERSON, R. M. Power-dependence Relations, *American Sociological Review*, vol. 27. 1962.

são capazes de adquirir e exercer, mas também a diferenças nas lógicas de ação coletiva. Simplificando, enquanto a empresa capitalista pode pautar suas decisões pela disposição de pagar daqueles indivíduos com quem ela se relaciona, a organização sindical depende, sobretudo, de sua habilidade em gerar entre seus membros – trabalhadores sindicalizados ou não que se encontram em sua base de ação – a disposição de agir. Isso implica em diferentes lógicas e estratégias de ação – tanto internas como externas à estrutura da organização.

Dentro deste quadro diferencial, a ação jornalística, enquanto uma ação tipificada e desenvolvida em um jogo de poderes e interesses característicos de uma organização capitalista tende a se alterar quando incorporada por uma nova organização – a organização sindical. Não se altera devido a uma natureza intrínseca e imutável da organização sindical – que a diferencia da empresa capitalista de comunicação –, mas por novas ações e novas estratégias traçadas para atingi-las. Estratégias que se transformam por – e possibilitam a – alteração dos agentes sociais envolvidos, objetivos que esses constroem para a organização e a própria margem de negociação que se altera profundamente para o jornalista, em função de novas regras estabelecidas para o jogo.

Necessita-se assim, verificar em que consiste esta lógica própria das ações sindicais. Ainda segundo Offe, a ação sindical se desenvolve em um marco da ação coletiva e pautada pelas seguintes características: 1) Atuação no nível da integração social. A desintegração significa conflito, ausência de conflito e de aceitação. 2) Padrão dialógico de ações coletivas. Há necessidade de conciliar os padrões monológico e dialógico no interior da organização. 3) Potencial de poder criado pela própria organização. 4) Exercício do poder realizado através da atividade dos membros. 5) Uso ofensivo do poder. 6) Uso do poder manifesto e concentrado, pois as organizações sindicais comumente são associadas às chamadas “reivindicações salariais”. 7) Comunicação em termos de demandas e reivindicações normativas explícitas. 8) Legitimação da atividade organizada, em termos de reivindicação particular e defesa de interesses específicos dos beneficiários (OFFE, 1984, p. 81).

Dentre estas características, é no contraponto entre um padrão monológico de ação, que caracteriza as organizações capitalistas, e o dialógico, que se apresenta necessariamente nas organizações sindicais, que se encontra o centro da diferenciação entre as estratégias adotadas por cada uma. O primeiro padrão consiste simplesmente em agregar e transmitir interesses. Não há um debate sobre os objetivos da organização. Estes já estão estabelecidos e

a ação pode ser definida a partir de um referencial relativamente fixo. No segundo, por sua vez, as organizações são obrigadas a um contato contínuo com seus membros para colocar em discussão a definição e a transformação dos interesses. Esta ação dialógica faz-se necessária devido a um duplo nível do conflito de classes – um econômico e outro propriamente político.

No primeiro nível, o conflito se refere a questões distributivas (ou seja, questões do tipo "quem ganha o quê?") da política normal. Neste nível, a questão do que é valioso e, portanto, desejável de se obter, é tratada como questão que já foi respondida através das formas políticas existentes e das preferências que nelas se revelam. A questão da política é assim reduzida: quanto cada grupo obtém daquilo que ele já definiu ser desejável de obter? Paralelamente a esse conflito, há sempre o conflito de segundo nível, que focaliza a questão: em que medida podemos, de maneira segura, determinar o que é que queremos obter? E qual a noção de identidade coletiva que envolve a totalidade daqueles que querem obtê-lo? Este é o conflito referido à forma política. (OFFE, 1984, p.92).

À empresa jornalística, enquanto uma organização capitalista, este segundo nível não se coloca, pois as definições estabelecidas no primeiro nível se identificam com seus interesses. Esta mesma coincidência de interesses, o jornalista não encontrará na organização sindical. A ação sindical é norteadas, constantemente, por esse debate de quais são os interesses dos trabalhadores representados pela organização. Desenvolve-se, no sindicato, um jogo interno de poder que, diferentemente da empresa capitalista, não pode se pautar somente sobre o racionalismo individualista da lógica monológica da ação coletiva. Ao contrário, ela precisa conjugar a esta primeira, a lógica dialógica. Os diversos conflitos, não se resolvem, portanto, somente a partir de regras previamente estabelecidas. Para seguir os tipos ideais weberiano, encontram-se presente, dentro da organização sindical, uma forma carismática de dominação – dirigentes e militantes – e uma forma burocrática – característica tradicional do sindicalismo brasileiro². Convivem, portanto, formas carismáticas e democráticas modernas de se exercer o poder. E isso afeta a ação coletiva, na perspectiva de lógica dialógica, intrínseca à organização sindical e, por decorrência, se fará presente na ação sindical jornalística.

Nessa convivência de duas lógicas de ação coletiva e de duas diferentes formas de dominação, o jornalista se depara com a primeira diferenciação prático-profissional entre a realidade racional-burocrática que conhecia na organização capitalista e aquela que passa a

² Sobre a burocratização dos sindicatos no Brasil veja MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

experimentar na organização sindical. O referencial de avaliação das suas habilidades peritas não é mais apenas o do próprio sistema perito em que estas habilidades foram adquiridas. Não lhe basta competência profissional – ainda que ela seja cada vez mais necessária após a profissionalização dos Departamentos de Imprensa dos sindicatos –, faz-se também necessário um posicionamento político-ideológico para agir no meio sindical.

O profissional - salvo os que têm afinidades ideológicas irrestritas com a diretoria - padece. Além de não conseguir executar um trabalho com uma mínima coerência e linearidade, é obrigado, muitas vezes, a passar por cima da ética profissional em nome de uma militância, mesmo que não seja um militante. Tudo porque a tradição diz que o setor de comunicação deve ser tarefeiro e o pessoal a ele ligado tem que estar imbuído de espírito voluntarista. (VIEIRA, 1996, p.70).

Giannotti³, jornalista e dirigente sindical, em entrevista ao autor, também reconhece esta necessidade que se impõem ao jornalista de ter um visão global favorável à classe trabalhadora. Salienta, no entanto, que nos últimos dez anos, o jornalista sindical deixou de ser o militante da mesma tendência política do dirigente sindical, para ser um profissional especializado. Apesar da maior profissionalização da qual fala Giannotti, a necessidade deste posicionamento político ideológico é apenas o primeiro de vários novos problemas que se apresentam ao jornalista. Outros problemas advêm da nova ação jornalística que se concretiza neste encontro do jornalista com um novo ambiente organizacional, colocado pelo sindicalismo. É preciso considerar as características diferenciadas que esta forma *sui generis* de comunicação (ARAÚJO, 1991) desenvolve.

Araújo, considerando a inserção da imprensa sindical dentro do duplo padrão – monológico e dialógico – de ação coletiva, observa que a mesma: 1) Destitui o acontecimento do seu caráter imprevisível, substituindo-o pelo grau de envolvimento com o trabalhador. 2) Possui um estilo que combina a opinião trabalhada na figura de uma liderança com uma informação dosada pela organização. 3) Mistura os gêneros jornalísticos, criando um gênero informativo-propagandístico. 4) Liga a credibilidade do veículo a sua vinculação com a ação sindical. 5) Possibilita que os fatos façam as notícias e não que as notícias construam o fato. 6) Tem o caráter de contra-informação (ARAÚJO, 1991, p. 218).

³ Vito Giannotti é dirigente da CUT-São Paulo e um jornalista formado na prática do jornalismo sindical. Hoje, através de seus cursos ao lado da jornalista Cláudia Santiago e de seus livros, é um dos principais formadores de jornalistas sindicais junto aos sindicatos cutistas. Em 1997, concedeu entrevista ao autor que serviu para balizar muitas observações feitas junto ao Sinttel/PR e diversas reflexões que aparecem nesta dissertação.

Estas características, no entanto, são verificadas, pela autora, no produto final da ação jornalística. Isto deriva dos próprios objetivos e da metodologia traçados pela autora. Araújo se preocupa em demonstrar que a notícia dos jornais sindicais é um objeto distinto daquela observada na grande imprensa. Ou seja, há uma transformação na ficha simbólica construída pela ação do jornalista, dentro desta nova organização. Mas estas características da notícia não explicitam as transformações na própria ação jornalística, enquanto um processo de abstrair a ação de outros atores sociais. Para isto é preciso recuperar os conceitos de rotina e tipificação de Berger e Luckmann. E construir com base em dados empíricos esta nova ação jornalística sindical. Um caso exemplar, para retirar da realidade empírica a dinâmica dessas transformações no dia a dia da produção jornalística no meio sindical, foi observado no Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná.

3.1 O SINTTEL/PR

O Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado do Paraná – Sinttel/PR – é um sindicato de base estadual, fundado em 27 de janeiro de 1959⁴. Do seu nascimento até o golpe de 64, o sindicato experimentou suas primeiras ações, conduzindo duas greves da categoria, a primeira em 1961 e a segunda em 1963. Após 64, o sindicato cruzou todo o período ditatorial sem sofrer nenhuma intervenção e sua imprensa assim registra: *o fato do Sinttel ainda ser um sindicato nascente pode ter sido decisivo para que a entidade não sofresse intervenção, assim como a ação assistencialista que era exercida pela diretoria da época.* (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999). Mesmo após o nascimento do novo sindicalismo no Grande ABC, em finais da década de 70, e a fundação da CUT, em 1983, o Sinttel/PR persistiu em um padrão de ação assistencial. Entretanto, a partir de 84, começou a se articular uma oposição que, em 1987,

⁴ A base do Sindicato reunia, até o momento da privatização das empresas de telecomunicações, os trabalhadores da Embratel que trabalhavam no estado do Paraná, da Telepar, da Fundação Telepar, da Sercomtel – empresa de telefonia municipal da cidade de Londrina – e telefonistas de Foz do Iguaçu. Esta dissertação reconhece que as transformações políticas e econômicas resultantes da privatização destas empresas, ocorrida no dia 29 de julho de 98, atingiram de forma significativa a ação do sindicato. No entanto, este período, posterior à privatização não foi analisado. Inclusive, porque estas alterações poderiam obscurecer as implicações, propriamente, advindas da profissionalização da imprensa do sindicato – que constitui o objeto privilegiado desta dissertação.

chegou à direção do Sindicato. Este grupo, denominado Biqueira de Aço, rapidamente filiou o sindicato à CUT e implantou uma ação de mobilização e confronto aberto com a direção das empresas, comandando 10 greves, 3 congressos estaduais da categoria e diversas paralisações, manifestações e assembléias até 1999, quando deixou a direção da entidade.

É o período que se estende entre 1987, quando a Biqueira de Aço conquista a direção do Sinttel e 1999, quando se retira, que fornece os dados empíricos deste trabalho. A escolha de limitar a observação a este período da história do sindicato se deve a uma opção metodológica de privilegiar as transformações da ação sindical em decorrência da profissionalização da imprensa do sindicato. Neste período, a linha político-ideológica – importante componente na definição da ação sindical – se mantém relativamente a mesma. Simultaneamente, ainda que tenham existido fortes mudanças na economia nacional, o regime jurídico das empresas, às quais estão ligados os trabalhadores da base do Sinttel/PR, não sofre alterações a ponto de mudar significativamente a linha de ação sindical. Também é neste período, que o sindicato experimenta uma forma de ação inspirada pelo novo sindicalismo, apoiada amplamente em uma imprensa massiva e profissional⁵.

Desde o momento em que assumiu a direção do Sindicato, o grupo Biqueira de Aço vislumbrou no setor de comunicação um ponto importante da ação sindical. Compreendeu o investimento em comunicação como um investimento na ação política e construiu um departamento de comunicação que não apenas contava com profissionais especializados – jornalistas e agências de publicidade – como dispunha de boa estrutura de equipamentos. Ao final dos doze anos de gestão, o departamento de imprensa contava com três jornalistas – dois em Curitiba e um em Londrina – e um chargista terceirizado. Em relação as condições materiais, o sindicato possuía três computadores, exclusivos do departamento de imprensa, equipados para toda a produção gráfica necessária, estúdio de rádio digital, caminhão de som, gráfica capaz de rodar material em formato duplo ofício, *notebook* para cobertura de congressos, telefones celulares e máquina fotográfica. As campanhas salariais, momentos onde eram absorvidos os trabalhos de agência publicitária e profissionais autônomos,

⁵ Sobre a relação entre a ação sindical do novo sindicalismo e a imprensa sindical ver ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. *Imprensa Sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento (1977-1990)*. São Paulo: 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

constituíram-se em ponto de inflexão das mobilizações que iam sendo construídas durante todo o ano.

Estas campanhas se notabilizaram pelo protesto, pelas referências musicais e pelo bom humor. Após a primeira campanha “Junte-se a nós”, seguiram-se vários *slogans* que percorreram mais de uma década, muitas vezes apontando para os problemas da política e economia nacional, refletindo toda a conjuntura do período. “A gente não quer só comida”, “Que país é este?”, “Este governo não está exagerando?”, “Tudo ao mesmo tempo agora”, “Nossa parte a gente cumpre – Nosso direito a gente cobra”, “Fale agora ou cale-se para sempre”, “Conquistamos o espaço. Agora vamos conquistar o respeito”, “A Telebrás não se vende”, “Acreditando na luta”, Tá na mão da gente, fazer esta história diferente!!!” e “Quem coloca este país na linha tem proposta – diga sim a Brasil Telecom” são exemplos das palavras de ordem que vão além da reivindicação puramente econômica e corporativa, fugindo do tradicional índice de reajuste ou de uma outra reivindicação expressa como “PCCS já” ou “Vamos conquistar a participação nos lucros”, por exemplo.

Mas tal modelo não se construiu sem conflitos entre o profissional perito e os dirigentes sindicais. E foi no enfrentamento e resoluções destes conflitos que se constituiu uma rotina de produção dos produtos comunicativos. Rotina que, em um primeiro momento, é resultado de um conflito entre ações de diferentes atores, mas que com o tempo torna-se responsável por um padrão tipificado de ação. É no sentido de procurar as novas tipificações das ações jornalísticas nos sindicatos, que se faz necessário uma cuidadosa observação das rotinas estabelecidas no Sinttel/PR.

3.2 A ROTINA DO SINTTEL/PR

Tentar encontrar e descrever uma rotina de trabalho dos jornalistas sindicais é uma atitude que pode ser desmentida, pelo mundo empírico, a qualquer instante. Na imprensa sindical, como apontou Araújo, é o fato que faz a notícia. Logo, a ação e uma rotina desenvolvida para facilitar as decisões desta ação podem ser alteradas constantemente. Uma simples frase infeliz de um gerente da empresa pode ser motivadora de um boletim, assim

como a demissão de um único trabalhador ou uma notícia sobre a categoria ou o ramo produtivo na grande imprensa. Da mesma forma, períodos de greve ou congressos alteram toda esta a rotina estabelecida. Em junho de 1997, por exemplo, durante a data base das telefonistas de Foz do Iguaçu, um impasse nas negociações encaminhou a ação sindical para a construção de uma greve deste pequeno conjunto de trabalhadoras representadas pelo sindicato. No período, o Sinttel/PR contava com apenas um jornalista em Curitiba que foi mobilizado, durante 4 dias, para a cidade de Foz do Iguaçu. Com isso toda a rotina estabelecida foi rompida e, conseqüentemente, a produção dos jornais e boletins semanais, alterada.

Mesmo diante deste grau de imprevisibilidade, foi possível comprovar a construção de uma rotina na ação dos jornalistas. Ainda que esta rotina do Sinttel/PR seja uma das diversas rotinas estabelecidas nos sindicatos de trabalhadores brasileiros, ela se constitui em um ponto de partida sólido para se construir uma tipificação da ação jornalística dentro da organização sindical. Sempre que o caso do Sinttel/PR se apresentar como muito particular, são utilizados exemplos ocorridos em outros sindicatos, balizados pela entrevista com o jornalista Vito Giannotti.

A comunicação de um sindicato é desenvolvida através de diversos veículos ou instrumentos. Ela é um mosaico, onde cada instrumento é uma das pedras que formarão a imagem completa (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997). No Sinttel/PR, a comunicação, até 1999, era desenvolvida através de cinco veículos: os jornais **Biqueira de Aço** e **Biqueiraço**, o boletim **Biqueira-fax**, o boletim eletrônico **Biqueira-net** e o **Rádio-caminhão**⁶. O **Biqueira de Aço** era um jornal tablóide, com oito páginas, de periodicidade que variava entre 30 e 45 dias. O **Biqueiraço** também um jornal tablóide, porém com apenas duas páginas – esporadicamente quatro – e periodicidade semanal. O **Biqueira-fax** era um boletim de uma página em formato ofício, passado por fax para a categoria. Normalmente saíam um ou dois por semana, sendo confeccionado para tratar de assuntos não contemplados no **Biqueiraço**. O **Rádio-caminhão** se constituía em fitas cassetes gravadas e veiculadas pelo caminhão de som. O **Rádio-caminhão** era basicamente utilizado para a convocação de reuniões e assembléias. Por fim o **Biqueira-net** constituía-se de um boletim eletrônico – via e-mail – onde as matérias

⁶ Estes veículos deixaram de existir a partir de maio de 1999, quando o grupo político Biqueira de Aço perdeu as eleições da diretoria após doze anos dirigindo o Sinttel/PR.

dos demais veículos de comunicação eram repetidas. O sindicato também mantinha uma página na internet, onde não só ficava disponível, matérias veiculadas nos jornais e boletins do Sinttel/PR, como documentos de interesse dos trabalhadores, íntegras das entrevistas que saíam nos jornais do sindicato e história do sindicato.

O Rádio-caminhão e o Biqueira-net passaram a ser utilizados de forma regular a partir do final de 97 e início de 98, quando o Sinttel/PR montou o estúdio de rádio e contratou um segundo jornalista para Curitiba. Até meados de 97, toda a produção dos veículos de comunicação de circulação estadual era realizada por um único jornalista. Em Londrina, o Sindicato contava com outro jornalista, mas este trabalhava com as demandas geradas pelos trabalhadores da Sercomtel, produzindo apenas veículos locais.

O trabalho realizado para viabilizar estes cinco veículos começava com as reuniões de pauta que se realizavam todas as segundas-feiras pela manhã. Nessas reuniões se debatiam os problemas políticos e trabalhistas ocorridos na semana anterior e os que estavam por ocorrer durante a semana que se iniciava. A partir deste debate eram definidos dois ou três assuntos que se tornariam as matérias do Biqueiraço daquela semana.

A reunião de pauta é uma das características que os jornalistas trazem da grande imprensa e que é responsável por uma alteração significativa na imprensa sindical militante que existia antes da profissionalização. A partir das reuniões de pauta, os problemas futuros se tornam passíveis de serem transformados em matéria. Na imprensa sindical anterior à profissionalização, as matérias eram, em sua maioria, reativas a problemas já colocados ou então de cunho formativo e ideológico. Este aparecimento de matérias previsíveis está ligado à necessidade de se organizar o trabalho jornalístico que, com a profissionalização, passa a ter uma periodicidade cada vez mais definida. A lógica do fato definindo a notícia começa a ser alterada. O fato, assim como na grande imprensa, começa a ser domesticado de acordo com as necessidades da organização.

Entretanto, a possibilidade de controle deste fato, ainda é relativamente pequena se comparada com o que ocorre com os fatos geradores de acontecimento na grande imprensa. Na segunda, os diversos atores políticos, econômicos, culturais, que são fontes de acontecimentos, agem em consonância com as necessidades de controle burocrático da organização jornalística, através da criação de meta-acontecimentos. O relacionamento destes

atores é no sentido de cooperar com as necessidades da empresa jornalística, pois esta é capaz de lhe oferecer a visibilidade de que necessitam. Em contrapartida, na realidade da imprensa sindical as ações de gerentes e diretores de empresas – importantes fontes de acontecimentos para as notícias da imprensa sindical – são realizadas na maior parte das vezes ocultamente. Os fatos controláveis, da imprensa sindical, são sempre aqueles que têm por base a ação da própria organização sindical ou os fatos oficiais, como reuniões de negociações.

Durante a reunião de pauta também eram definidos os enfoques políticos que deveriam ser dados a cada uma das matérias, a necessidade ou não da gravação de uma fita para o rádio-caminhão e os possíveis assuntos a serem trabalhados no Biqueira-fax ou no Biqueira de Aço. A partir deste momento dirigentes e jornalistas se desligavam. Aqueles passavam a cuidar de suas obrigações políticas e burocráticas, enquanto estes se isolavam na sala de imprensa para elaborar as matérias, gravar fitas para o rádio-caminhão, diagramar os jornais e boletins. Estes dois agentes sociais só voltavam a se encontrar no momento de revisão dos veículos ou se um fato novo obrigasse a reformulação do material programado. Há, portanto, uma separação de tarefas que se legitima não mais na lógica política, mas no conhecimento perito. Ao jornalista é concedido um certo grau de autonomia em função do seu conhecimento especializado que é legitimado pela autonomização dos campos sociais em condições de modernidade.

O ponto central para os jornalistas organizarem o trabalho, nestas condições de relativa autonomia, encontrava-se no fechamento do jornal Biqueiraço. Este deveria entrar na gráfica às quartas-feiras à noite ou, o mais tardar, às quintas-feiras e toda a ação sindical junto à categoria vinculava-se a esse fato. Se a ação coletiva dos sindicatos realiza-se dentro do padrão dialógico como aponta Offe, é no contato face a face entre diretores sindicais e trabalhadores que se encontra o cerne da ação sindical, pois é nessa situação que se pode colocar em discussão quais são os reais interesses da categoria e construir uma identidade coletiva. Sem a confecção do jornal não haveria panfletagem, rompendo este encontro direto entre diretores e trabalhadores da base sindical, que se realizava semanalmente. Esta é uma característica específica do Sinttel/PR sob o comando do grupo político “Biqueira de Aço” e de alguns poucos sindicatos, já que a substituição do contato direto com a categoria por formas mediadas é uma característica observada na maior parte dos sindicatos. Offe poderia apontar nesta tendência de vários sindicatos, de substituir o contato direto pela comunicação

mediada, como uma incorporação de formas liberais de ação política por parte das organizações sindicais⁷.

Esta rotina, com maior autonomia do profissional em relação às decisões práticas da confecção da notícia e, simultaneamente, um menor controle sobre os fatos, diferencia-se daquela que pode ser verificada em uma redação de um jornal da grande imprensa⁸. Isto faz com que as tipificações realizadas pelo jornalista, anteriormente a sua entrada na organização sindical – seja aquelas que aprendeu na grande imprensa através da prática ou mesmo aquelas que teoricamente absorveu nos cursos de jornalismo –, precisem ser reelaboradas. Para não abandonar o referencial teórico do debate que foi realizado sobre a ação jornalística na grande imprensa⁹, conservando a coerência lógica do trabalho aqui desenvolvido, é preciso retomar os três parâmetros traçados por Hall para a produção social da notícia: o universo de uma organização burocrática da empresa capitalista, o valor-notícia e a construção da notícia como um produto a ser apresentado de forma compreensiva pelos leitores, ouvintes ou telespectadores (HALL et al., 1993). São as transformações ocorridas nestas três esferas da confecção da notícia que serviram de base para as novas tipificações que o jornalista realiza na imprensa sindical.

3.3 INSTRUMENTO DE AÇÃO

A primeira transformação, que já foi antecipada no início deste capítulo, é verificada pelas diferenças da realidade organizacional em que o jornalista está inserido. O ambiente construído pelas relações de poder dentro da organização sindical não é predominantemente burocrático como na empresa capitalista. Em função de uma diferente situação de dominação, é gerada uma rotina que possibilita uma maior autonomia individual ao jornalista e um menor controle sobre os fatos. Concomitantemente, na organização sindical convivem uma forma monológica de ação coletiva e uma dialógica, isto porque ela conjuga não só interesses

⁷ Sobre esta tendência em substituir a ação sindical direta por formas mediadas e as conseqüentes decorrências desta substituição, ver o quarto capítulo desta dissertação.

⁸ Sobre rotinas na redação de jornais ver TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

⁹ Sobre a ação jornalística na grande imprensa ver o segundo capítulo desta dissertação.

específicos da categoria, como, também, interesses que a confrontam com a sociedade capitalista, relações profissionais e constante tomada de posições com e a partir da base. Todo este complexo de ações apresenta-se na sua imprensa, porque permeia a ação jornalística que ali se desenvolve (Araújo, 1991).

Este complexo de ações manifesta-se inicialmente na relação entre jornalista e dirigentes sindicais. Como apontam Vieira (1996) e Giannotti em entrevista ao autor, apesar de contratado como um profissional, ainda se exige do jornalista sindical uma identificação ideológica. Mas este não é o maior problema. Enquanto na grande imprensa as relações que o jornalista estabelece para elaborar uma pauta e definir sua matéria tendem a ser somente com outros peritos em comunicação, na imprensa sindical ele é obrigado a se relacionar com agentes leigos. Não há, portanto, na grande imprensa, uma necessidade de debater constantemente questões sobre o padrão propriamente jornalístico de como escrever uma matéria ou de que fatos são dignos de ser relatados. Ao contrário, esta é uma experiência que o jornalista passa a experimentar todos os dias dentro da organização sindical, pois neste novo ambiente, ele se encontra dentro do que Giddens (1991) denomina uma zona de turbulência entre um sistema perito e ceticismo leigo. Tal conflito é reconhecido por Giannotti:

há um desequilíbrio, um desnível entre a preparação do jornalista que presume-se deva ser um técnico capaz e o diretor sindical que pode ser um ótimo dirigente sindical, um leão da luta de classe, mas não, necessariamente, uma pessoa preparada do ponto de vista da comunicação. (GIANNOTTI, entrevista ao autor, 1997).

O primeiro impulso do jornalista é tentar impor a lógica da informação. Ou seja, tentará transportar para o meio sindical as suas maneiras habituais de selecionar matérias, paginar um jornal, editar este jornal, construir títulos, redigir *leads* e escolher entre fotos. Como lógica da informação, entende-se a diferenciação entre informação – como simples transmissão de dados onde o receptor é tratado como um objeto– e comunicação, como um processo de interação e socialização entre sujeitos autônomos. Ao jornalismo comercial é possível tal lógica, pois se inscrevem dentro do padrão monológico de ação do qual fala Offe, onde é preciso, com suas notícias, apenas desenvolver a disposição de consumir dos seus receptores. O mesmo não se aplica ao meio sindical, em função da necessidade de levar os trabalhadores a uma disposição para agir.

Esta imposição da lógica monológica da informação é um fenômeno não só observável entre os jornalistas sindicais, mas também em autores acadêmicos, que tentam formular propostas para a comunicação sindical, delimitando o seu campo de ação ou procurando enquadrá-la na moderna organização dos sindicatos:

Imprensa Sindical é um termo que restringe, e o nome completo, "Departamento ou Secretaria de Divulgação e Imprensa", parece mais restritivo ainda, pois prioriza a idéia de divulgação ao invés de imprensa, entendida aqui como informação. Isso revela, entre outras coisas, que o ato de comunicar no movimento sindical está ligado ao conceito de propagandear, persuadir, influenciar. (VIEIRA, 1996, p.118).

Em seu livro, Vieira, jornalista de formação, formula um modelo que aproxima a imprensa sindical da lógica de um veículo que deve se pautar pela informação. Tal modelo, ainda que presente nos sonhos da maioria do jornalistas sindicais, é inviável. Propagandear, persuadir e influenciar são questões ontológicas da organização sindical. Como o exercício de seu poder só pode ser realizado através da atividade de seus membros (OFFE, 1984), a lógica monológica da informação, pautada pelo paradigma da objetividade instrumental, não pode se impor como nos veículos de grande imprensa, ainda que a ação dos jornalistas profissionais a fortaleça. Como apontou Offe, a luta travada pelos sindicatos contra o capital se desenvolve não só no nível econômico – melhorar a distribuição dos bens materiais – onde a lógica da informação pode ser forte aliada, mas, também, no nível propriamente político, onde é preciso definir quais são os reais interesses dos trabalhadores. Portanto, é no nível político que o padrão monológico da informação torna-se deficiente, requerendo um padrão dialógico, que implica em propagandear, persuadir e influenciar. A imprensa sindical se concretiza enquanto um ponto de convergência entre duas organizações: a sindical e a jornalística.

O fortalecimento deste padrão monológico que os jornalistas tentam impor é reforçado, também, através de um outro processo típico dos sistemas peritos: a separação entre palco e bastidores. Esta separação procura reduzir o impacto das habilidades imperfeitas e da falibilidade humana, que se ocultam pela abstração da ação promovida pelos sistemas peritos (GIDDENS, 1991). No Sinttel/PR, como já foi salientado ao descrever a rotina de produção dos jornais e boletins, foi possível observar como apenas nas reuniões de pauta ocorre um contato efetivo entre dirigentes sindicais e jornalistas. Esta separação cria um certo grau de mistério que envolve o conhecimento perito, reforçando mais uma vez a autonomia do jornalista. É fazendo uso desta autonomia e da legitimação social do seu conhecimento perito

– como armas que possui dentro do conflito das relações de poder da organização sindical – que o jornalista procura aproximar o jornal sindical de uma lógica da informação, que experimentou na sua prática nas redações dos jornais comerciais ou aprendeu com sua formação universitária.

Ainda que a redação, edição, diagramação e os demais passos da confecção de um jornal ou boletim sejam de competência exclusiva dos jornalistas, há um segundo momento de conflito e negociação, que se verifica na revisão final do veículo, e que impõe um limite à sua autonomia. Este momento é mais fértil para uma análise do que a própria reunião de pauta. Afinal, durante uma reunião de pauta, o debate ocorre em grande nível de abstração sobre o veículo a ser produzido. O debate se realiza sobre aquilo Schutz (1974) chama o projeto de uma ação. Como conhecedor de todas as etapas da realização desta ação, o jornalista, enquanto perito, coloca-se em condições que lhe são favoráveis sobre o dirigente leigo. Esta vantagem, porém, diminui quando se tem em mãos o produto resultante do projeto, ou seja, o produto – jornal, boletim ou panfleto – fruto do complexo sistema de ações já realizado.

É possível verificar três pontos de maior tensão entre jornalistas e sindicalistas. A definição do título das matérias, o encerramento das matérias e os textos escritos pelos próprios dirigentes sindicais. O título talvez seja o espaço de maior disputa e Giannotti e Santiago – principais responsáveis pela formação de jornalistas e dirigentes de comunicação dos sindicatos ligados à CUT –, percebendo isto, fazem questão de transformá-lo em ponto central de seus cursos e escritos, e sobre isso desenvolvem suas críticas:

O primeiro erro nos títulos da maioria dos jornais e boletins dos sindicatos é que estes são genéricos. São feitos de duas ou três palavras sem dizer absolutamente nada. Esses títulos não apresentam fatos, mas generalidades genéricas [sic] do tipo "Lobos e cordeiros" ou "Siglas novas para antigos vícios". (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997, p.144).

Apesar de todo esforço de Giannotti Santiago, assim como de outros jornalistas sindicais, neste embate tem prevalecido a posição do dirigente sindical. Rodrigues (1990) afirma que os títulos de imprensa são formas discursivas onde predominam as relações de designação. Mais que isto, as demais relações – manifestação e significação – submetem-se inteiramente à primeira. Fundamentalmente, os títulos são dispositivos de nomeação, por isso, predomina o substantivo próprio. As categorias discursivas suscetíveis de marcar a veracidade ou falsidade dos enunciados – ou seja, as categorias de significação – são constantemente

eliminadas. *A supressão dos artigos e dos pronomes converte os nomes em representantes por excelência, em espelho exemplar e exclusivo, do mundo designado, ofuscando pela sua transparência reificada qualquer outra realidade concorrente virtual* (RODRIGUES, 1990, p.109).

O título, assim, é regido por uma estratégia paradoxal de relações entre as singularidades e os sentidos pressupostos. As reflexões do autor português se aproximam daquelas realizadas por Genro Filho, onde é resguardada a singularidade do fato e sugerida uma universalidade pressuposta. Os títulos, com esta estratégia, ao mesmo tempo, mostram e escondem aquilo que fazem ver. É ao redor desta estratégia – que o jornalista traz com seu conhecimento prático e o dirigente desconhece a gramática – que se opera o conflito. Acostumado com o caminhão de som, com as conversas nos corredores – enfim, com uma comunicação pautada pelo face a face – e pela necessidade de, a todo momento, debater e tentar convencer os trabalhadores sobre os seus interesses, o dirigente sindical se aproxima – bem mais que o jornalista e um discurso massivo – de uma perspectiva dialógica de comunicação.

Dois exemplos, retirados dos veículos do Sinttel/PR, ilustram esta discussão: “Governo e meios de comunicação silenciam proposta da Brasil Telecom” (JORNAL BIQUEIRA DE AÇO, n.º 67, jul. 1998) e “Ameaça à democracia” (REVISTA LEIA, Edição extraordinária, out. 1993)¹⁰. O primeiro título – tipicamente jornalístico – apresenta-se como única interpretação possível do fato ocorrido. O tempo é dissolvido. Apesar do fato ter ocorrido no passado é enunciado no presente. Não há espaços para interpretações discordantes. A relação de designação sustenta o discurso. No segundo, mal se pode compreender do que o título fala. Entretanto, há um espaço mais amplo para a formulação do sentido. E privilegia-se a relação significação da palavra democracia, ao mesmo tempo em que traz uma dubiedade de qual democracia. Ou afinal, o que é democracia? A segunda, ainda que mais vaga, e em uma perspectiva jornalística imprecisa e pouco objetiva, remete o discurso para o nível político do embate de classes do qual fala Offe. Mais do que relatar que os trabalhadores foram silenciados, coloca em disputa a própria compreensão de democracia.

¹⁰ A revista Leia foi patrocinada e editada pela Fittel, Federação Intersindical dos Trabalhadores em Telecomunicações, em conjunto com os Sindicatos de Telefônicos de todo o país, entre eles o Sinttel/PR. Ela foi editada em 93, durante a luta em defesa do monopólio estatal das telecomunicações.

O título, portanto, é um primeiro ponto onde o novo ambiente organizacional subverte a lógica da informação trazida pelo jornalista. A necessidade que a organização sindical tem de debater e transformar os próprios interesses dos trabalhadores – necessidade da qual os dirigentes têm consciência – está no centro desta subversão do discurso jornalístico. Entretanto outros fatores reforçam esta tendência do jornalista recuar diante do dirigente sindical: 1) A relação patrão/empregado estabelece um tipo de dominação burocrática, onde um maior percentual de poder se deposita nas mãos do dirigente sindical. 2) O resquício de militância que ainda se encontra nos jornalistas sindicais proporciona um tipo de dominação carismática, onde o maior tempo de militância e a legitimidade conquistada pelo voto depositam um maior percentual de poder nas mãos do dirigente sindical. 3) O título se constitui em um ponto de menor possibilidade para o jornalista driblar o poder do dirigente sindical, devido a sua visibilidade.

Isso possibilita compreender porque o processo não se repete nos outros dois pontos de conflito. Ainda que a lógica dialógica de ação continue presente, os três últimos fatores diminuem em importância, seja pela menor visibilidade dos encerramentos das matérias, ou pelas próprias divergências internas da diretoria, que o jornalista muitas vezes aproveita para fazer valer a sua visão monológica informativa. Isto faz com que a margem de manobra do jornalista se amplie. No encerramento das matérias, a natureza da tensão verificada é a mesma dos títulos: a oscilação entre uma frase objetiva ou designativa encerrando o conjunto de informações e uma frase exclamativa ou uma palavra de ordem.

Na observação da rotina do Sinttel/PR foi possível observar formas adotadas pelos jornalistas para driblar esta questão. A forma mais comum dos jornalistas driblarem esta questão constitui-se em simplesmente ignorar as ponderações do dirigente sindical. Apoiando-se na pequena visibilidade do encerramento das matérias, os jornalistas apostam que, após a impressão do jornal, o diretor não voltará a fazer a leitura do mesmo. Pode parecer infantil, mas a estratégia funciona na maior parte das vezes. No Sinttel/PR, quando ocorria de um dirigente perceber, a desculpa de um esquecimento de processar a alteração da matéria, em função da correria para levá-la à gráfica, punha fim ao problema.

Para enfrentar o problema dos textos dos dirigentes sindicais, o jornalista tem um aliado, nas próprias divisões internas das diretorias sindicais. A tendência observada nestes casos variava entre reescrever o artigo ou simplesmente destiná-lo à gaveta com a devida

desculpa, respaldada por parte dos dirigentes, de que não havia mais espaço no jornal ou boletim. Também foi verificada que a estratégia de recorrer às divisões internas da diretoria é utilizada, muitas vezes, em relação à publicação de algumas charges, como em novembro de 97, quando o atual senador paranaense Álvaro Dias presidia a Telepar. Nos corredores da empresa, entre os trabalhadores, corria o boato de que Dias estava mais preocupado em preparar o terreno para uma candidatura nas eleições de 98, do que propriamente administrar a empresa. Falava-se, então, que ele reinava, mas não governava. Isto estava a cargo do vice-presidente. Foi, então, confeccionada uma charge onde Álvaro Dias se apresentava vestido de rainha da Inglaterra, com direito a uma torre da Telepar estilizada de Big bem, tiara de brilhante e a pomposa epígrafe de *God save the queen*. A charge¹¹ só ficou pronta no início da noite e foi apresentada para a diretoria no momento da revisão, poucas horas antes de ser encaminhada para a gráfica. Durante a revisão foi levantada a questão de que tal charge poderia ser interpretada como uma insinuação de homossexualidade. O debate esquentou e foi levantada, inclusive, a possibilidade de que o jornal não saísse naquele dia. Ainda, que utilizando argumentos técnicos, foi se apoiando nas divergências existentes entre os diretores que o jornalista conseguiu que o seu ponto de vista prevalecesse.

Estes conflitos resultam do que Offe (1984) e Araújo (1991) perceberam e que Vieira (1996) parece ignorar, de que o conteúdo e a forma da imprensa sindical estão associados à ação sindical e a todas as suas contradições. Ela é um veículo onde se confundem questões dos trabalhadores, conflitos de classe, relações com a sociedade e ação coletiva organizada. Todo este complexo de ações impede, ao jornalista, fazer as mesmas generalizações da ação de um jornalista da grande imprensa: 1) a maioria das fontes tem interesse; 2) as pessoas que ocupam algum cargo em uma organização também têm interesses, mas como detêm mais fatos à sua disposição, suas informações são mais precisas; 3) as instituições têm procedimentos para se protegerem, assim como proteger as pessoas em contato com ela (TUCHMAN, 1993). Estas generalizações só são possíveis quando não está em jogo a disputa no nível político, mas apenas no nível econômico.

Ao contrário, a ação do jornalista dentro da organização sindical conjuga outras generalizações. Generalizações que são frutos, ao mesmo tempo, de sua necessidade

¹¹ É necessário salientar que, ainda que muitas vezes os dirigentes façam sugestões de idéias para as charges, elas normalmente são criações individuais do chargista em cima dos textos elaborados pelo jornalista, chegando ao conhecimento do dirigente somente no momento da revisão final do jornal.

dialógica, da sua consciência de classe e de sua crença de ser instrumento de uma vanguarda dirigente. Na imprensa sindical, o jornalista, ainda que entreviste trabalhadores da base, personalidades e mesmo, em algumas ocasiões, representantes das empresas, tem como fonte privilegiada, a direção sindical. A imprensa sindical tem um estilo que combina opinião trabalhada na figura de uma liderança com uma informação dosada pela organização (ARAÚJO, 1991). A partir disto, são duas as generalizações que pautam a ação do jornalista sindical: 1) ainda que os dirigentes sindicais tenham interesses pessoais, agem em benefício dos sindicalizados, já que derivam seu poder destes; 2) ainda que um porta-voz de uma empresa tenha um grande número de informações, os interesses da empresa que ele representa se sobrepõem sobre os interesses dos trabalhadores. Essas generalizações constroem uma ação não mais pautada pela apresentação da realidade, mas pela implicação da realidade. Não mais pela transfiguração da singularidade em universalidade. Para ser universal é preciso abdicar do embate político, pois identificar-se com o universal significa submeter-se aos interesses hegemônicos como se fossem interesses de toda a sociedade. Isto significa que o valor-notícia, na imprensa sindical, também é alterado.

Na grande imprensa pode-se observar um valor-notícia inicial – ou primário – que é da ordem do imprevisível. A ele agregam-se outros valores, como o número de pessoas envolvidas, a presença de uma celebridade, complementos de outras notícias, aspectos dramáticos que possibilitam um controle e uma antecipação do acontecimento. Para alguns autores, inclusive, a construção da notícia tem por finalidade negar o próprio acontecimento, enquanto fenômeno imprevisível e desestabilizador (RODRIGO ALSINA, 1989). Assim como a grande imprensa, a imprensa sindical também nega o acontecimento, embora de forma diversa. Enquanto naquela, o imprevisível é substituído pelo notável através da espetacularização, nesta dá lugar às suas implicações. Para Araújo (1991), o acontecimento, na imprensa sindical, é focalizado pelas conseqüências que veicula sobre o equilíbrio de forças sociais para a categoria a que se destina. *Apesar de nossa derrota, a campanha contra a quebra do monopólio foi uma grande demonstração de força dos telefônicos.* (JORNAL BIQUEIRA DE AÇO, n.º 54, ago. 1995)

Este valor-notícia não pode ser mecanicamente assimilado pelo jornalista, pois anteriormente à sua entrada na organização sindical já havia interiorizado – seja nas redações ou nas universidades – o valor espetacular da notícia. *Greves que não tenham*

desdobramentos violentos ou manifestações de espetaculosidade circense não interessam como notícia. (CASTRO, 1998, p.42). Castro se refere ao tratamento que a grande imprensa reserva às ações dos trabalhadores. O mesmo vale para o tratamento que os jornalistas sindicais conferem aos atos do Governo ou da direção das empresas. O plano econômico e o plano de demissão voluntária não só têm implicações no cotidiano do trabalhador, como têm implicações catastróficas e imediatas. *Onde Fernando Henrique Cardoso pisa não nasce grama.* (JORNAL BIQUEIRA DE AÇO, n.º 67, nov. 1995) Da mesma forma, a ação sindical brasileira, durante esta década de 90 ganha contornos performativos para atingir a opinião pública, que derivam exatamente do caráter espetacular da notícia¹².

O valor-notícia resultante do encontro entre o perito jornalista e a organização sindical conjuga, portanto, implicação direta na vida dos trabalhadores com um apelo à espetacularização do acontecimento. Esta espetacularização não se deve somente aos conceitos interiorizados pelo jornalista, mas também à sua eficiência como estratégia comunicativa.

Mesmo sendo uma notícia *sui generis*, a notícia sindical necessita ser decodificada por um público receptor. A espetacularidade como recurso discursivo aproxima do formato da grande imprensa, facilitando o seu reconhecimento. A introdução do *lead* e do *sub-lead* remete o leitor a um gênero reconhecível. Ainda que na imprensa sindical, pela necessidade de desvendar a implicação do fato, a pergunta “por quê” mereça um tratamento diferenciado daquele que é realizado na grande imprensa. Esta aproximação da imprensa sindical com o formato da grande imprensa, observável mais claramente hoje, vem confirmar uma estratégia de resistência dos grupos explorados que Martín-Barbero já apontava como crescente na década de 80:

El modo de lucha de aquel que no puede retirarse a "su" lugar y se ve obligado a luchar en el terreno del adversario. La clave está entonces en tomar el original importado como energía, como potencial a desarrollar a partir de los requerimientos de la propia cultura. (MARTÍN-BARBERO, 1993, p.201).

Ao mesmo tempo, remete para a problemática de Offe que aponta uma tendência da classe trabalhadora absorver padrões liberais de ação. O monológico avança sobre o dialógico

¹² Sobre este assunto ver o quarto capítulo desta dissertação.

3.4 CONFIABILIDADE DA NOTÍCIA SINDICAL

Desde o anarco-sindicalismo de italianos e espanhóis no início do século XX, a comunicação se constituiu como uma vertente da ação sindical. Não há militância política ou sindical sem comunicação. Militância e ação comunicativa tendem a se confundir (MOMESSO, 1995), a ponto da imprensa sindical ser identificada como um instrumento de ação (ARAÚJO, 1991). Esta característica confere limites e, ao mesmo tempo, potencialidades à imprensa sindical que são estranhas à grande imprensa.

As notícias da grande imprensa são atos impressos em um veículo. Ou seja, são o retrato do resultado de uma ação concluída. São, portanto, um relato, fruto de um processo de abstração da ação, que se apresenta aos indivíduos sem historicidade, como ficha simbólica. É neste sentido, que se pode afirmar que os meios de comunicação fazem os indivíduos vivenciarem com familiaridade, fatos que lhe são distantes. Entretanto, o indivíduo – leitor, ouvinte, telespectador – não experimenta estes fatos. Os meios de comunicação promovem uma participação imediata dos indivíduos nos acontecimentos, mas uma participação alienada, alheia ao acontecimento em si (RODRIGO ALSINA, 1996).

Na medida em que esta participação é alheia ao próprio acontecimento – por não ser experimentada –, a possibilidade do agente se colocar algum problema que venha a perturbar a atitude natural é reduzida. Ao gênero e ao compromisso com rosto basta não provocar possíveis novos estranhamentos para garantir um alto grau de confiabilidade para a notícia da grande imprensa.

O mesmo não se aplica à imprensa sindical. Como parte integrante da ação sindical, ou seja, uma ação marcada pela persuasão, mobilização e conscientização política, as notícias de um jornal de sindicato não são, simplesmente, atos impressos. Elas não são ponto de chegada de um processo de abstração, ao contrário, são meio para desencadear um complexo sistema de ações. Ainda que exista um processo de abstração da ação, devido ao seu congelamento como um ato impresso, o seu caráter implicativo – ou seja, o novo *status* de seu valor-notícia – faz com que o leitor não vivencie, mas experimente e viva os acontecimentos ali relatados.

Os acontecimentos desencadeiam ação, atitude e posição político-ideológica diante dos fatos e da realidade cotidiana. Enquanto na grande imprensa, o distanciamento e a participação alheia atuam no sentido de não perturbar a atitude natural, na imprensa sindical, o caráter implicativo das notícias e a sua condição de ação contínua perturbam constantemente a atitude natural, porque colocam constantemente problemas concretos para os indivíduos.

O problema da confiabilidade de uma notícia na imprensa sindical adquire, assim, uma complexidade diferenciada, que não pode ser solucionada da mesma maneira que na grande imprensa. Em relação à segunda são três os fatores de confiabilidade: gênero, compromisso com rosto e objetividade. É na objetividade que se encontra a força legitimadora da ação jornalística, devido à sua identificação com a racionalidade instrumental que se encontra na raiz da modernidade (RODRIGUES, 1990). Estes três fatores sofrem alteração na imprensa sindical porque esta se insere em um marco específico da ação sindical – a militância. Sua confiabilidade está conectada, portanto, a uma identificação com liderança, com coerência política e ideológica, com resultados práticos em questões corporativas¹ e com a luta de classes.

O gênero, como uma estratégia de comunicabilidade (MARTÍN-BARBERO, 1993), perde a força original que possuía na grande imprensa. O jornalista profissional procura inserir um formato inspirado na grande imprensa e facilmente reconhecível, na expectativa de ampliar a credibilidade do jornal sindical. Entretanto, este novo formato de *lead* – resultado de um processo de negociações do seu conhecimento perito e das estratégias e necessidades da organização – enfraquece sua eficácia, quando associado à necessidade dialógica da ação sindical. Na grande imprensa, o gênero, assim como a padronização de diagramação e edição, conjuga-se a um conteúdo zero em termos de probabilidade de se criar problemas ao leitor. Na imprensa sindical, o gênero não encontra um par perfeito no conteúdo problemático que a notícia carrega, devido às suas implicações cotidianas para o trabalhador. Portanto, ainda que um texto facilmente reconhecível, uma boa diagramação, uma boa titulação possam ser bons atrativos para que o trabalhador leia o jornal sindical, não conseguem reforçar a credibilidade das notícias ali veiculadas, como ocorre na grande imprensa, pois nele estão em jogo decisões políticas que afetam diretamente a vida do trabalhador.

A adoção de um gênero próximo ao que é praticado na grande imprensa, além de não resolver satisfatoriamente a questão da credibilidade, introduz um segundo problema que é

um aprofundamento do grau de impessoalidade da notícia sindical. O linguajar do trabalhador, característica marcante dos primeiros jornais sindicais editados no país, desaparece atrás de uma linguagem de massa, misturada a um sindicalês¹³. Este tom impessoal característico do sistema perito jornalístico genérico traz consigo o problema da menor gratificação psicológica da confiança em sistemas abstratos (GIDDENS, 1991).

Agregada imperativamente à ação política, não é possível à imprensa sindical associar a simulação de um contato com um técnico ou perito como forma de reintroduzir o compromisso com rosto. Como instrumento de ação, a credibilidade de um jornal sindical está intrinsecamente conectada com o rosto ou a presença da liderança política identificável como responsável pela ação, seja o diretor ou o militante de base. O compromisso com rosto é para a imprensa sindical, um componente de credibilidade mais delicado que para a grande imprensa. Não basta, apenas, a matéria assinada pelo dirigente ou sua fotografia no jornal sindical, pois neste caso será uma simulação contribuindo mais para a mitificação deste ator do que para conferir credibilidade. Este compromisso tem que ser renovado dia a dia, no chão da fábrica, banco, empresa ou escola que compõem a base do sindicato.

A credibilidade passa por um trabalho jornalístico eficiente, mas depende diretamente da ação e da presença de dirigentes e militantes. É o tripé do sucesso: diretoria, jornalista e militantes de base (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997). Esta dependência de uma ação contínua e da presença vincula-se ao caráter problemático do conteúdo que é veiculado pela imprensa sindical. Trabalhando com a implicação do acontecimento e, na maior parte das vezes, incitando o leitor a uma ação, a imprensa sindical confronta a atitude natural, colocando problemas. Para que as soluções que traz sejam apreciadas, ela necessita de um grau de confiança mais elevado porque necessita de um compromisso pessoal.

Junte-se a este aspecto, a questão de a confiança ser *muito menos um "salto para o compromisso" do que uma aceitação tácita de circunstâncias nas quais outras alternativas estão amplamente descartadas* (GIDDENS, 1991, p.93). Nos temas e assuntos da grande imprensa – guerras, partidas de futebol, decisões do presidente – as alternativas de

¹³ O termo sindicalês é utilizado por GIANNOTTI e SANTIAGO para designar os termos próprios dos dirigentes sindicais que nem sempre são acessíveis aos trabalhadores. Sobre este assunto ver GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. *Comunicação Sindical* : Falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1997. Em anexo, os autores reproduzem um dicionário de sindicalês, com termos recolhidos por Cosette Castro.

envolvimento são mínimas e não há porque colocar sistematicamente em dúvida as informações, reforçando a atitude natural. Já, na imprensa sindical, não só o grau de implicação é maior e se exige um envolvimento, como outras versões e possibilidades são oferecidas pela conversa com os colegas, pela ação incisiva dos gerentes e pelos boletins das empresas.

Por fim, resta o paradigma da objetividade, como caráter legitimador da ação jornalística em condições de modernidade. A tradicional objetividade jornalística resiste ao contato com a organização sindical? A entrada do jornalista profissional no cenário sindical fortalece a lógica da informação dentro dos jornais sindicais e com este fortalecimento traz também as questões da objetividade e da neutralidade? De forma alguma essa é uma questão nova. No início do século esta era já uma questão colocada pelos revolucionários russos: *Caros colegas jornalistas, o leitor suplica-vos que evitem dar-lhes lições, fazer-lhes sermões, dirigir-lhes apóstrofes ou ser agressivos, mas antes lhes descrevam e expliquem clara e inteligentemente o que se passou, onde e como se passou* (TROTSKY, 1978, p.27).

Hoje, esta preocupação que confunde objetividade, neutralidade e credibilidade povoa as reflexões, não só dos jornalistas, mas também dos dirigentes sindicais. A questão é que constituindo-se em uma comunicação institucional – representante de um discurso classista – a neutralidade não é possível na imprensa sindical, nem mesmo como simulacro. Para Gilmar Carneiro, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em entrevista concedida a Vieira (1996, p.105), a imprensa sindical é muito restrita e não consegue se desfazer da imagem de veículo parcial, enquanto a imprensa burguesa é considerada neutra.

Esta falsa neutralidade da imprensa comercial advém do fato de que a mesma sempre trabalha na perspectiva de confirmar os interesses e a própria base ideológica hegemônica de uma dada sociedade onde ela se desenvolveu. Ao contrário, ao discurso sindical se faz necessário contrapor-se declaradamente a esta base ideológica. Assim, enquanto na primeira, os interesses particulares são associados com os interesses da sociedade, na segunda, os interesses particulares são decodificados como interesses corporativos.

É compreensivo que esse debate esteja presente tanto no início do século como hoje, pois, estando ligado à racionalidade instrumental é intrínseco à modernidade. A imprensa sindical enfrenta-o com parâmetros diferenciados da grande imprensa, principalmente em

função do seu posicionamento de classe diferenciado. A diferença entre uma e outra imprensa é que a primeira tenta esconder seus objetivos através do discurso da defesa dos interesses de todos – o quarto poder – enquanto a segunda não esconde o seu posicionamento a favor de uma parcela da sociedade (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997). Esses autores apontam que esta sinceridade não resolve o problema da credibilidade; e, fazendo eco a Trotsky, retomam a necessidade da qualidade da informação. É na qualidade da informação ou no tratamento da realidade como fatos que a imprensa sindical deve encontrar a sua credibilidade. É interpretando e demonstrando as implicações do fato, mas sem distorcê-lo. Em suma, não mentindo.

Outro caminho é formulado por Vieira. Este ainda mais próximo da falácia da grande imprensa, com o seu ideal de quarto poder. *Um assessor de uma empresa privada em última análise representa os interesses do capital e o assessor parlamentar, os interesses partidários. Já o profissional da comunicação sindical deve representar as aspirações da base* (VIEIRA, 1996, p.134). A formulação de Vieira transfere da política para a técnica a questão da representação sindical, sendo talvez a tentativa mais radical de transposição da falsa neutralidade do jornalismo comercial para o jornalismo sindical. Como nunca, a técnica torna-se ideologia.

As duas propostas pecam porque, cada uma à sua maneira, querem transportar o objetivismo que caracteriza a objetividade da grande imprensa para a imprensa sindical. Não é possível à imprensa sindical ignorar os interesses, os desejos por trás dos fatos. Não é possível esconder o sujeito coletivo que a todo instante se apresenta no seu discurso. Não é possível transformar a notícia sindical em ato sem sujeito, porque ela é parte integrante de uma ação em desenvolvimento.

Ainda que a não-mentira seja imprescindível para que não ocorra uma desqualificação contínua da imprensa sindical, o seu posicionamento expressamente classista, ou permeado de interesses bem definidos, introduz um grau de relatividade na informação que apresenta um problema ao leitor. Assim, a atitude natural do leitor, que não é incomodada na grande imprensa devido à abstração da ação, é constantemente colocada em xeque pela imprensa sindical. Resta, portanto, somente uma saída para a imprensa sindical: a identificação e a coerência do seu conteúdo e de sua forma com a ação sindical desenvolvida pela organização e por seus atores.

Com este forte laço que a prende em uma relação de implicação cotidiana, a ação jornalística resultante do encontro entre jornalismo profissional e organização sindical promove uma menor abstração da ação, quando comparada com a grande imprensa. Isto ocorre devido a diversos fatores onde se destacam: 1) o padrão dialógico que percorre o seu discurso, 2) a alteração do seu valor-notícia que passa a se pautar pela implicação do fato, 3) o crescimento da importância da significação sobre a designação em seu discurso, 4) a impossibilidade de identificar, de forma imediata, o singular e o universal, 5) a necessidade de coerência política e dos resultados da ação sindical como fator de confiabilidade de suas notícias.

A abstração da ação não está, portanto, totalmente ausente deste processo, quando se focaliza o distanciamento que se acentua entre trabalhadores e dirigentes sindicais. Se a ação jornalística sindical tem uma capacidade de abstração da ação menor que aquela verificada na ação jornalística genérica, não significa que ela não provoque alterações significativas na ação sindical, é isto que se discute no próximo capítulo.

4. A ABSTRAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL

Há uma tendência muito grande no sindicalismo hoje, no momento de refluxo da luta de classe, no momento de refluxo sobretudo da combatividade da Central - da CUT - de substituir a comunicação direta com a categoria, a comunicação onde você faz a disputa ideológica com a burguesia diariamente junto com o trabalhador, com boletim, com cartaz, com jornal, pela ilusão de ter saído como notícia na grande imprensa. (GIANNOTTI, entrevista ao autor, 1997).

Assim como a ação jornalística não ocorre como ação isolada de um único ator ou grupo de atores, inserindo-se em um complexo de ações sociais, a qual denominamos organização, este complexo de ações também não se constitui em uma estrutura isolada, sujeita apenas às atuações de seus agentes internos. É freqüente, portanto, nos estudos sobre uma organização, encontrar-se diante de um limite entre o interior e o exterior. Ou, encontrar-se diante da relação entre a organização e seu contexto (FRIEDBERG, 1995).

Dois equívocos ocorrem com freqüência em abordagens teóricas que privilegiam enfoques funcionalistas ou estruturalistas, quando procuram problematizar e explicar esta relação entre o interior e o exterior de uma organização. O primeiro, consiste em salientar a força coercitiva do contexto sobre a organização, ignorando por completo a capacidade que esta, enquanto um ator coletivo, possui para agir tática, estratégica ou reativamente. O segundo, é considerar esta capacidade de atuar, mas considerar esta ação como única, dotada de uma racionalidade própria que perpassa, em igual medida, todos os setores da organização e todos os seus atores.

Quando se pergunta pelas razões válidas para que os agentes se sujeitem a obedecer regras e não abusar das margens de liberdade concedidas pela organização, as duas perspectivas se demonstram insustentáveis. Em primeiro lugar, qualquer ação de uma organização frente ao contexto é o resultado das infinitas negociações entre os diversos agentes que a compõem, ainda que uns agentes tenham condições privilegiadas de participarem do jogo. Pode-se identificar racionalidade na ação da organização. Mas não se trata de uma ordem estática, que emana de algum ponto fixo de poder. Ao contrário, é o resultado de processos de negociação. Trata-se, aliás, de uma racionalidade com uma

limitação tríplice devido as limitações da racionalidade dos participante, da interdependência funcional dos participantes e da integração normativa dos participantes (FRIEDBERG, 1995).

A tentativa de conferir ao contexto um poder coercitivo sobre a organização, a ponto de dotá-lo de uma capacidade de sanção e seleção das organizações, também não é sustentável. O contexto, sem dúvida, apresenta-se aos olhos dos agentes sociais com uma aparente objetividade superior às estratégias da organização. Entretanto, isto se deve ao seu alto nível de institucionalização. A ação institucionalizada apresenta-se aos agentes individuais ou coletivos como a-histórica, apesar de terem sido construída historicamente, a partir de diversas ações que se conjugam (BERGER; LUCKMANN, 1987). Alimenta-se, portanto, da atitude natural.

Contudo, nem mesmo um alto grau de institucionalização, aliado à atitude natural dos agentes, consegue eliminar a necessidade de perceber e conferir sentido a realidade. Somente os agentes são capazes de conferir sentido aos acontecimentos (SCHUTZ, 1974). Por mais coercitivo que seja um contexto, é necessário uma compreensão por parte da organização. Esta compreensão, por sua vez, é o resultado de negociações intersubjetivas entre as diversas compreensões que os agentes de uma organização têm do contexto. O contexto, portanto, pode ser responsável pela colocação de problemas à organização. Entretanto, a forma como estes problemas serão interpretados e a maneira como serão enfrentados estão condicionadas às posições e às decisões tomadas pela organização, a partir do jogo de força entre seus agentes. *[O contexto] não pode ser pensado independentemente das condições de ação dos membros da organização* (FRIEDBERG, 1995, p.396).

Assim, a linha que divide o interior e o exterior de uma organização torna-se mais tênue e dificilmente identificável. Pode-se falar, inclusive, em uma reflexão sobre dinâmicas de redes interorganizacionais (FRIEDBERG, 1995). Os agentes internos ou externos à organização relacionam-se e influenciam-se mutuamente. É o que se pode verificar na ação dos Sindicatos, principalmente na década de 90, quando atores externos à organização entram em cena. A inserção do jornalista profissional, a criação das Centrais Sindicais, o constante diálogo com a opinião pública, a implantação de uma política econômica neoliberal, o crescimento do desemprego são problemas que o contexto ou a própria organização criaram que são enfrentados com uma nova ação, fruto desta complexa negociação entre atores internos ou externos à organização sindical.

Entretanto, no caso específico das organizações sindicais, todas estas negociações não se constituem fora das duas lógicas de ação coletiva: a monológica e a dialógica (OFFE, 1984). Isto ocorre, não porque estas lógicas se impõem aos atores da organização sindical como uma entidade metafísica, mas, ao contrário, são frutos da conjugação das diversas ações que permeiam uma organização que retira o seu poder e a sua legitimidade social da atuação dos membros que ela representa e que lhe dão sustentação. Assim, como não há forma do contexto se impor de forma unilateral aos atores sindicais, também, não é possível a diretores e jornalistas sindicais – atores com posições privilegiadas dentro do jogo de poder da organização sindical – definirem estratégias ou ações para responderem ao contexto, sem considerar os interesses e a disposição para agir dos trabalhadores que compõem a base do sindicato.

4.1 UMA NOVA AÇÃO – DO CONFRONTO A NEGOCIAÇÃO

Dia 12 de maio [1978], os operários da Scania-Vabis pararam totalmente o trabalho, deflagrando uma onda grevista que se alastraria por todo o estado de São Paulo (SADER, 1988, p.299). Esta ação sindical – a greve – e outras como passeatas, paralisações parciais, que deram origem e constituíram a imagem pública de confronto da Central Única dos Trabalhadores – a CUT –, diminuíram consideravelmente durante a década de 90. No Sinttel/PR, a situação não foi muito diferente. Foram 7 greves entre 1987 e 1993, contra apenas 3 de 1993 a 1999, sendo que dentre estas três, somente uma ocorreu após 1995 – a greve das telefonistas de Foz do Iguaçu, em 1997, que não passou de dois dias de paralisação parcial.

Os motivos externos à organização para que esta forma de ação fosse relegada a um segundo plano são diversos: a mudança da atitude de negociação do Estado, onde a repressão legal à greve dos petroleiros em 1995 é exemplar, o aumento do desemprego, o grande número de privatizações, a política econômica recessiva, a crise ideológica, a despolarização da sociedade. Contudo, o contexto coloca problemas, mas as decisões e estratégias para enfrentá-los encontra-se na organização e na ação dos seus atores, afinal são esses que

conferem sentido aos acontecimentos do mundo e interagem com o mesmo. É preciso, para avançar na compreensão da atual situação do sindicalismo, refletir sobre o processo pelo qual as ações de como enfrentar este contexto são tomadas – e, nesta dissertação, dando especial atenção a mediação destas ações feita pelos veículos de comunicação. Processo que passa por jornalistas e dirigentes sindicais, mas que definem suas ações considerando tanto o contexto político e econômico nacional – porque não dizer considerando a esfera pública – mas, também, os interesses dos trabalhadores.

Rodrigues falando especificamente dos sindicatos cutistas¹, localiza no IV Congresso Nacional da Central – o IV CONCUR –, ocorrido em 1991, as principais decisões que alteraram a linha de ação da Central. O contexto em que se realizou o IV CONCUR foi dos mais difíceis enfrentados pela CUT. A vitória de Collor sobre o PT na eleição presidencial, em dezembro de 89, significou o início da implantação de um projeto econômico de inspiração neoliberal, empurrando o sindicalismo para uma situação defensiva. Junto com isto, as transformações provocadas pela reestruturação produtiva no âmbito das empresas, seguida de um crescimento cada vez maior do desemprego, a crise internacional dos sindicatos e a falência do chamado socialismo real provocaram uma certa paralisia no movimento sindical brasileiro. Paralisia que foi diagnosticada à época, inclusive, pelos próprios dirigentes sindicais (RODRIGUES, 1997).

O IV CONCUR constituiu-se como o palco para onde convergiram as ações de diversos atores sociais, internos ou mesmo externos à organização sindical, definindo uma nova estratégia de ação coletiva dos trabalhadores². Foi neste palco que começou a se delimitar dois modelos concorrentes de ação:

A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociações, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central do enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia. (RODRIGUES, 1997, p.183).

¹ Tendo levantado os dados empíricos em um sindicato filiado à Central Única dos Trabalhadores – o Sinttel/PR – este trabalho privilegia o diálogo com autores que debatem este segmento do sindicalismo brasileiro, evitando generalizações sem consistência.

² Para maiores detalhes sobre o IV CONCUR ver RODRIGUES, Iran Jácome. *Sindicalismo e política : a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997. O autor traz dados, como envelhecimento dos delegados, menor participação de delegados de base e diminuição no número de participantes, que sugerem uma institucionalização da ação da Central.

Pode-se visualizar estes dois modelos como uma polaridade entre realizar a disputa com segmentos da classe dominante dentro do nível puramente econômico – melhorar a distribuição dos bens materiais e culturais – ou persistir em um confronto que aliasse a disputa do nível econômico, com uma disputa no campo realmente político (OFFE, 1984). O problema consiste em como fazer esta disputa no nível político sem contar mais com um modelo ideológico, após o desmascaramento do socialismo real.

O primeiro projeto – concentrar-se no nível econômico – era representado pela tendência majoritária da Central – a Articulação – e outras tendências aliadas - Nova Esquerda, Vertente Socialista e Unidade Sindical. O segundo – realizar a disputa tanto no nível econômico como no nível político – unia as tendências CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outras pequenas tendências. O embate foi grande e a vitória do primeiro projeto foi por uma margem pequena de votos – 52,16% a 47,84% - e marcada por manobras regimentais (RODRIGUES, 1997). Na ocasião alguns analistas apostaram em um racha da Central, que não ocorreu.¹ Entretanto, hoje, passados quase dez anos, é evidente que a Central não tem a mesma coesão na sua forma de ação, profundamente alterada, migrando do enfrentamento que marcou o final dos anos 70 e 80, para a busca de uma negociação, que privilegia o entendimento e a imagem da organização frente à opinião pública.

O grupo Biqueira de Aço, no comando do Sinttel/PR no período do IV CONCURT, compunha uma das tendências derrotadas no Congresso: a CUT pela Base. Em um raciocínio apressado, pode-se concluir, portanto, que o rumo trilhado pelo Sinttel/PR seja radicalmente oposto por aquele seguido pelo grupo majoritário da Central. O simples dado da diminuição do número de greves comandadas pelo Sinttel/PR após 93 invalida tal raciocínio. Contudo, concluir o oposto – a opção do Sinttel/PR pela conciliação – também poderia ser um equívoco. Se as greves diminuíram, outras formas de ação surgiram. Somente uma reflexão coerente sobre essas novas formas de ação, apoiada em uma investigação empírica, poderá formular alguma resposta sustentável, ainda que não definitiva. Reconhece-se que não é definitiva porque toda ciência é uma construção de modelos explicativos, que padece da impossibilidade de apreender todas as gradações do real, como também de suas opções metodológicas sempre limitadas.

4.2 A IMPRENSA SINDICAL E ESTA NOVA AÇÃO

Tanto uma ação de enfrentamento como uma ação de negociação podem ser igualmente veiculadas por uma imprensa sindical. Mas quando se pensa em uma imprensa que é parte integrante da ação, ela não será, de forma alguma, neutra nestas transformações que envolveram a organização sindical cutista – e, quiçá, outros setores do sindicalismo brasileiro – durante a década de 90.

Como visto anteriormente a notícia, como ficha simbólica, traz intrinsecamente a capacidade de transformar o tempo, pela separação que promove entre este e o espaço. Abstrai a ação por que separa a ação do ator que desencadeou a notícia e a ação do ator que decodifica esta mesma notícia. Ela transforma a primeira ação em ato impresso, congelado. Mesmo sendo instrumento de ação, no sindicalismo, devido ao caráter implicativo de seus acontecimentos, a notícia sindical contribui para introduzir na organização sindical a história sem historicidade e a participação alheia, características dos meios de comunicação de massa (RODRIGO ALSINA, 1996).

Logo, é legítimo considerar que o tempo da ação sindical é transformado com a profissionalização de sua imprensa. Aliás, ele é duplamente alterado. Em primeiro lugar as diversas ações que colocam em contato dirigentes sindicais e trabalhadores são repensadas temporalmente. Entretanto, há mais uma ação que é repensada. A ação que coloca em contato a organização e o seu contexto político, econômico e social. Se o número de greves sofre uma diminuição, na década de 90, as ações que proporcionam um espaço nos jornais comerciais – eventos, coletivas – aumentam. Para isso, as ações da organização sindical direcionadas aos atores externos – Estado, patrões, opinião pública – precisam considerar o tempo de produção das notícias destes jornais.

A primeira transformação decorre do condicionamento da ação ao tempo de produção do jornal sindical. Na rotina negociada entre jornalistas e dirigentes sindicais do Sinttel/PR, a presença destes junto à categoria, pouco a pouco, passou a ser realizada às quintas ou sextas-feiras, após terem em mãos o jornal. Mais que estabelecer um padrão quase burocrático de contato com os trabalhadores da base, a ação sindical de debater, conversar, ouvir e convencer

os trabalhadores transforma-se em distribuição do veículo de comunicação, que passa a ser o responsável por todo este trabalho³. Assim, a ação face a face, a ação dialógica privilegiada, transforma-se em ação intermediada, pelo veículo que o dirigente sindical distribui e que lhe rouba a fala.

De ator capaz de incentivar o debate e proporcionar condições para a formação de uma opinião pública crítica – no sentido das opiniões públicas que se formavam nos cafés do início da modernidade (HABERMAS, 1984) – o dirigente se vê refém de uma situação que o coloca como simples propagandista da manchete do jornal, ou mesmo das opiniões quase-públicas geradas na direção sindical. Em certa medida, o tempo da formação de uma opinião pública, que era o tempo do diálogo e do debate entre dirigentes sindicais e trabalhadores transforma-se em tempo do consumo das notícias sindicais.

Mesmo como tempo de consumo, na distribuição dos jornais, é possível a interpelação do trabalhador, que restabelece o aqui e o agora do tempo da relação face a face. O mesmo não pode se afirmar quando se olha para a transformação que o tempo sofre em função da multiplicação do espaço que passa a ser atingido pela ação sindical. Com a reprodução massiva de jornais e boletins, a utilização de boletins por fax, internet e o contato com a grande imprensa que passa a ser mais sistemático, a ação sindical se desprende da presença física de dirigentes e militantes. É o que constata Castro em seu trabalho junto à comunicação do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Sul: *a Bancnet abre ainda a possibilidade de que a comunicação dos bancários deixe de ser realizada apenas para o público gaúcho, tornando-se o primeiro polo irradiador de informações sindicais bancárias para o Mercosul e para o mundo* (CASTRO, 1998, p.48).

A partir da profissionalização de sua imprensa, o sindicalismo começa a viver o tempo do eterno presente da notícia. A ação não pode ser mais pensada somente em função do seu tempo de execução. Ao contrário, passa a ser pensada em termos de tempo abstrato, em função da potencialidade de ser transformada em ato impresso. A ação não mais se limita à mobilização da base sindical. Ela se lança sem fronteiras de espaço e apresenta-se,

³ É preciso registrar que a distribuição do jornal realizada pelos dirigentes sindicais era uma particularidade do Sinttel/PR, quando dirigido pelo grupo Biqueira de Aço e de alguns poucos sindicatos. A grande maioria dos sindicatos brasileiros hoje distribuem os jornais e demais veículos de comunicação, através de funcionários ou pelo Correio.

simultaneamente, por todo o país ou mesmo pelo mundo, como demonstra a matéria publicada em um veículo do Sinttel/PR:

A luta pela criação de uma empresa única contava com o apoio financeiro da categoria, que aprovou o desconto de 1% do salário. Com esta verba, o Sinttel/PR produziu duas edições do jornal "Brasil Telecom", 4 mil folders, um encarte na Gazeta do Povo com 140 mil exemplares e fez 600 inserções de rádio. (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).

Esta ação pautada pelo tempo da visibilidade contínua e a ampliação do público para que esta ação está voltada, auxiliam na compreensão de um paradoxo do sindicalismo brasileiro hoje. Como, apesar do baixo grau de mobilização dos trabalhadores quando comparado com as décadas de 70 e 80, as organizações sindicais continuam, na década de 90, sendo um ator coletivo do quadro político nacional? Fenômeno que se observa não só junto à CUT, como também com a Força Sindical. Ainda hoje, os deputados federais e estaduais mais votados, oriundos das tendências mais a esquerda no espectro político, são atores que iniciaram a sua atuação política junto aos sindicatos. O que ocorre é que com a ampliação deste espaço, a fronteira entre a organização e seu contexto diluiu-se. Um novo ator, externo à organização sindical, passou a influenciá-la, a opinião pública. Cumpre-se, também no sindicalismo, o toque de Midas do jornalista, transformar em público tudo aquilo em que ele toca (DADER, 1992). Entretanto, este novo ator provoca transformações em toda organização.

4.3 – A TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS INTERNAS

Após a ação sindical ser transformada em uma ação com visibilidade pública, a partir do encontro da organização sindical com os profissionais de imprensa, as regras do jogo interno de poder entre os atores sindicais se alteram. Um ator específico – o dirigente sindical – é atingido diretamente por esta mudança. Ao seu repertório de armas, táticas e estratégias, ele se vê obrigado a incorporar a construção de sua imagem pública. Jair Meneguelli, eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores, por uma pequena margem de votos – 52,16% a 47,84% (RODRIGUES, 1997) – no IV CONCURTO, é um exemplo de ator que soube lidar com esta necessidade de uma imagem pública. Representando pouco mais de 50% dos

delegados, mas como presidente da CUT, Meneguelli soube fazer uso da oportunidade que o seu local na organização lhe proporcionava. Falou, atuou e representou todos os trabalhadores brasileiros, junto ao Estado, a grande imprensa, os representantes patronais e toda a sociedade brasileira, ou seja, junto a atores externos ao meio sindical. Assim como, a partir deste reconhecimento externo, conseguiu reordenar internamente a correlação de forças entre as diversas correntes, consolidando a força do seu grupo político. A eleição de Vicentinho – companheiro de Meneguelli na articulação – para presidente da CUT, no Congresso seguinte, seria muito mais tranqüila.

Não há, porém, exercício de poder sem uma legitimação social do mesmo. Cabe perguntar que alterações ocorrem no processo de legitimação da ação dos dirigentes sindicais, com esta publicização da ação. Ao investigar as relações entre comunicação e legitimidade, Rodrigues aponta que, inicialmente, em sociedades tradicionais a legitimidade de dizer e também de fazer, advinha de instâncias transcendentais – fosse esta instância Deus ou a tradição. O mesmo não se verifica em condições de modernidade, com a autonomização dos campos sociais⁴. Esta autonomização deriva do fato de que *à vontade de poder em que a tradição assenta a sua ordem, a modernidade substitui a vontade de saber e utiliza-a como estratégia de legitimação autônoma* (RODRIGUES, 1994, p.175). Ora, nada mais é senão a razão instrumental ou o agir racional-com-respeito-a-fins como princípio legitimador da modernidade.

Assim, a autonomia e a legitimidade de um campo social advêm da obtenção de *um nível suficiente de especialização do saber instrumental para ditar com autoridade publicamente reconhecida as regras da conformidade expressiva e da conformidade pragmática* (RODRIGUES, 1994, p.175). Poder-se-ia concluir o mesmo do campo sindical, não fosse o seu caráter corporativo, enquanto estrutura organizacional (OFFE,1984). Os interesses dos campos religioso, econômico, científico, jurídico são facilmente assimilados pelo público leigo como coincidentes com os interesses da sociedade. Por sua vez,

⁴ O conceito de campo social é retirado do trabalho de Rodrigues. Um campo social, para o autor, constitui uma instituição social, uma esfera de legitimidade, que impõem com autoridade indiscutível atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência (RODRIGUES, 1990, p. 144). Não confundir com a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Sobre este debate do autor francês, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Ou BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. Para detalhes sobre a relação dos campos com o campo midiático, na perspectiva de Bourdieu, ver BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

contrapondo-se à propriedade privada dos meios de produção, o campo sindical é invariavelmente associado a interesses particulares e corporativos.

Assim, a legitimidade da ação sindical conduzida por uma diretoria – ainda que necessite do reconhecimento da sociedade como um todo – fundamenta-se na sanção expressa da base de trabalhadores que ela representa. Como aponta Offe, enquanto a legitimação da atividade organizada do capital – e aqui se pode estender para ações organizadas do campo religioso, jurídico e científico – consolida-se em termos de “interesses do todo”, nas organizações dos trabalhadores são legitimadas enquanto interesses específicos dos beneficiários representados. Ao voltar-se para a esfera pública, enquanto detentora de um reconhecimento, para que esta legitime uma nova ação, os dirigentes sindicais instalam um paradoxo para sua ação. Enquanto campo autônomo, o sindicalismo deriva sua legitimidade da sua própria ordem axiológica, no entanto, busca reconhecimento em outros campos que – mesmo sendo capazes de fornecer este reconhecimento – impõe-lhe uma nova ordem axiológica, pois somente o compreende como um campo corporativo.

Os problemas decorrentes da imposição de uma ordem axiológica externa serão vistos nos tópicos seguintes; por enquanto, é necessário investigar a transformação das correlações das forças internas. Rodrigues, a partir do pressuposto de que é da hierarquia axiológica interna ao campo que os atores legitimam suas posições no mesmo, avalia que *está-se tanto mais perto do vértice da pirâmide de um campo quanto maior for a competência que se possui para criar, gerir, inculcar e sancionar a respectiva ordem axiológica* (RODRIGUES, 1990, p.145). Paralelamente, argumenta que o conjunto dos detentores da legitimidade de um campo constitui o seu corpo, onde a principal característica é sua visibilidade. Por fim, as insígnias (máscaras, tatuagens, fardas) e as modalizações dos discursos, gestos e comportamentos formam as estratégias de visibilidade de um corpo social. O que ocorre, portanto, no sindicalismo, após o seu encontro com os profissionais da comunicação, é este fazer uso de modalizações de discursos e gestos como uma estratégia de visibilidade, em colaboração com os meios de comunicação de massa. Para não abandonar as reflexões de Rodrigues: *É pela comparação das modalizações dos discursos e dos comportamentos dos atores e dos agentes sociais que podemos determinar a sua pertença a um determinado corpo social e o lugar relativo que ocupam na sua ordem hierárquica* (RODRIGUES, 1990, p.146).

Torna-se, assim, impossível determinar os limites entre a organização e o contexto. Atores como o Estado ou empresários passam a ser capazes de conferir legitimidade a alguns atores sindicais e não a outros, desestabilizando o jogo que se pautava pela representatividade interna junto aos trabalhadores que integram a base da organização. Forma-se um círculo vicioso onde a grande imprensa procura determinados atores sindicais, por serem detentores da representação legal e auxiliam, com isso, o processo de legitimação de uma representação simbólica e abstrata. Ao dirigente torna-se menos necessário o contato real com a categoria – podendo fazê-lo virtualmente – e o seu poder é ampliado, possibilitando, em algumas situações, ignorar as tendências minoritárias ou mesmo o padrão dialógico de ação, em função da mudança na mediação dessas relações e da nova carga simbólica que lhe é investida pela sua visibilidade.

Uma comparação entre a realidade do Sinttel/PR e o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Estado do Paraná⁵ pode auxiliar neste debate. No Sinttel/PR, ainda que se utilize a estratégia de acionar a grande imprensa, esta é uma estratégia de comunicação secundária. A política de comunicação pauta-se por diversos veículos próprios do sindicato com distribuição semanal realizada pelos próprios diretores. Soma-se a esta perspectiva de comunicação uma outra decisão política de não propagandear o nome dos diretores do sindicato nas notícias do jornal Biqueira de Aço e nos demais veículos do sindicato. Para o jornal Biqueira de Aço, toda decisão era tomada e toda ação era desencadeada pelo Sinttel/PR, enquanto instituição: *O Sinttel/PR está se transformando em referência de um novo sindicalismo para todo o estado do Paraná. Um sindicalismo sem corporativismo* (JORNAL BIQUEIRA DE AÇO, n.º 03, jul. 1987). Esta forma de agir, em grande medida, impediu a mitificação dos dirigentes sindicais. Como consequência possibilitou que, mesmo estando durante doze anos à frente do sindicato, o grupo Biqueira de Aço convivesse constantemente com uma oposição. Oposição que se manifestava – e isto foi observado empiricamente – constantemente nas assembleias da categoria. A disputa pelo espaço na hierarquia sindical era realizada dentro das regras representativas do próprio campo.

⁵ A realidade do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná não se constitui como objeto empírico desta dissertação. Assim, não é pretensão do autor esgotar aqui o debate de tal realidade, até porque faltaria dados da mesma. Entretanto, em função do autor ter trabalhado como jornalista durante dois anos em tal sindicato e considerando que este utiliza sua imprensa de maneira diferenciada em relação ao Sinttel/PR, optou-se por tal comparação.

Por outro lado, o Sindicato dos Trabalhadores nos Correios optou por uma política de comunicação que privilegia a criação de meta-acontecimentos para a grande imprensa. O jornal do Sindicato – Boca Maldita – tem uma periodicidade mensal, sendo muitas vezes deixado nos locais de trabalho sem que ocorra um encontro entre dirigentes sindicais e trabalhadores. Não cabe aqui um debate sobre as estratégias políticas das duas diretorias, já que a própria estrutura do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios – menor número de dirigentes sindicais, um único carro à disposição – limita em grande parte as estratégias possíveis de comunicação. No entanto, são visíveis as diferenças no jogo interno de disputa pela direção do Sindicato. As assembleias são, via de regra, a confirmação das decisões da diretoria. E mais que isto, a imensa visibilidade adquirida pelo presidente do sindicato, praticamente inviabiliza a atuação de uma oposição. Oposição que, ainda que se esforce para se fazer visível nos períodos que antecedem as eleições sindicais, não consegue articular uma chapa para entrar na disputa.

Não é somente a distribuição interna do poder na organização que se reconfigura. Nesta ação, via comunicação de massa, de se abrir para a esfera pública e nela buscar uma legitimidade calcada na visibilidade, o sindicalismo passa a importar legitimações advindas da ordem axiológica de outros campos sociais. Assim, tanto o conteúdo como a forma da ação se transformam. Com a necessidade de conjugar a opinião pública, a organização se vê diante do problema de emitir um discurso médio, o discurso de massa, característico da grande imprensa. É preciso fazer coincidir os interesses particulares do grupo de trabalhadores que ela representa com aqueles interesses identificados como os interesses de toda a sociedade. Não é de estranhar, portanto, o desaparecimento de palavras como socialismo, classe operária e comunismo e a valorização de expressões com um menor teor corporativo como parceria e a construção de uma CUT-cidadã⁶, por exemplo, assim como o isolamento de ações mais radicais.

Offe vislumbraria aqui uma imposição de formas liberais de ação política sobre as organizações sindicais. Não é mais preciso identificar os reais interesses dos trabalhadores, pois estes interesses já são dados pela ideologia hegemônica da sociedade capitalista. Assim, as ações sindicais vão se desligando da greve, da operação tartaruga, da ocupação de uma fábrica ou empresa e começam a se apresentar como um evento, como ação para a imprensa e

⁶ Veja por exemplo *Cadernos de Teses do 7º Congresso Estadual da CUT – 7º CECUT*. Curitiba, 1997.

a opinião pública. Como manifestação midiática (CHAMPAGNE, 1996). A ação sindical – que nasce como opositora da sociedade capitalista – é mais uma vez domesticada e passa, pouco a pouco, a contentar-se com o embate no campo puramente econômico, deixando ao relento o campo político.

4.4 A AÇÃO PARA A OPINIÃO PÚBLICA

Apesar da derrota contra a quebra do monopólio foi uma grande demonstração de força dos telefônicos. No início de 95, a categoria aprovou, em assembléia, o desconto parcelado de 12% do salário para financiar a campanha. Foram necessários apenas 8%. Com este dinheiro, o Sinttel e a Fittel produziram uma campanha publicitária com o slogan "A Telebrás não se vende", com cartazes e outros materiais impressos, como a revista Leia, enviada a formadores de opinião e a todos os prefeitos, vereadores e deputados do Paraná. Na TV, foi veiculada uma campanha incisiva, chamando de idiotice o fim do monopólio. (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).

Este é um exemplo de ação sindical voltada para a opinião pública. Ou seja, uma ação sindical que potencialmente se oferece *a la vista o contemplación de toda la sociedad en su conjunto, com posibilidad de que lo representado sea motivo de atención general y global y de que ello pueda generar actuaciones y comentarios múltiples de cualquier sujeto individual o colectivo de esa sociedad* (DADER, 1992, p.143). Deixa-se, assim, de lado a ação tradicional de mobilizar milhares de trabalhadores para expressar e lutar pelos seus interesses.

Ao contrário, aposta-se em “trabalhar a opinião pública”, no sentido de torná-la conhecedora de alguns acontecimentos, procurando incentivá-la a um posicionamento que, se bem trabalhado, faria coincidir uma opinião geral da sociedade com os interesses dos trabalhadores. Assim; ao jornalista sindical, cabe incorporar o papel de relações pública e promover uma ação que *mediante uma representação dramática dos fatos e de estereótipos calculados, pretende uma reorientação da opinião pública mediante a formação de novas autoridades ou símbolos que terão aceitação* (HABERMAS, 1984, p.227).

Tal ação pode ser desencadeada de duas maneiras. A primeira, na qual incide o exemplo acima, consiste em produzir veículos comunicativos voltados para um público específico – a revista Leia, voltada para formadores de opinião, deputados, prefeitos – ou

deliberadamente comprar espaços comerciais ou mesmo noticiosos nos veículos de grande imprensa – campanha chamando de idiotice o fim do monopólio. A segunda, resume-se a aproveitar pretextos da esfera pública para desencadear eventos que despertem a atenção dos meios de comunicação. Ou seja, a produção de meta-acontecimentos (RODRIGUES, 1990). Em 1992 e 1993, quando o Sinttel/PR lutou para a destituição do então presidente da Telepar, Paulo Cordeiro, foi através de meta-acontecimentos, como entrevistas coletivas para realizar denúncias e distribuição de dossiê sobre Cordeiro para a grande imprensa, que o sindicato pressionou o Poder Público a intervir.

O Sinttel/PR voltou a repetir a estratégia da campanha contra a quebra do monopólio no primeiro semestre de 1998, por ocasião da privatização do Sistema Telebrás. Se, em 95, mesmo com a derrota, a ação do sindicato foi avaliada positivamente, em 98 os diretores começaram a perceber um dos efeitos colaterais deste tipo de ação: a menor participação efetiva da base de trabalhadores. *Foi um episódio atípico. Tivemos a menor taxa de recusas ao desconto da história, mas não conseguimos mobilizar a categoria. Parecia que os trabalhadores reconheciam a importância da proposta, mas não queriam se expor* (REVISTA BIQUEIRA DE AÇO, Edição especial de aniversário, mar. 1999).

Tal fenômeno é possível porque, como aponta Dader (1992), uma ação para o público, ou voltada para a esfera pública, não é determinada pelo número de pessoas implicadas ou pela implicação direta na vida dessas pessoas, ao contrário, ela se define pela possibilidade de um conjunto anônimo de pessoas de uma coletividade ter conhecimento da mesma. Assim, a força deste modelo de ação não decorre das conseqüências imediatas que ele pode desencadear no campo social em que está inserido, mas por um conjunto de composições com outros campos sociais. Assim, ao construir uma opinião pública favorável às reivindicações dos trabalhadores, a organização sindical está agindo não só no seu próprio campo, mas também compondo com as ações decorrentes do campo político, econômico e midiático.

Como ação que não se pauta mais pela implicação e sim pela sua potencialidade de visibilidade, ocorre uma diminuição considerável da margem de influência e de decisão concreta de cada trabalhador individualmente. Portanto, esta menor participação, ainda que reconhecendo a importância do interesse a ser defendido, é uma conseqüência intrínseca do próprio modelo de ação voltada para a opinião pública. O trabalhador deixa de experimentar sua própria história, para vivenciá-la, de forma mediada, alheia e distante. Essa, entretanto, é a

conseqüência mais visível e, nem por isso, a mais importante, nesse processo de composição com os outros campos.

Rodrigues (1990) defende duas formas primordiais de composição entre campos sociais: a cooperação e o conflito. Ao buscar uma composição através da conquista de uma opinião pública não é no conflito que aposta a organização sindical. Afinal, esta modalidade de composição consiste em uma imposição da ordem axiológica do próprio campo sobre os demais. Por apostar em um processo de legitimação externa ao seu campo – como se viu anteriormente – a organização sindical não pode partir para uma composição pelo conflito e está, conseqüentemente, entregue a uma composição por cooperação. Este tipo de composição

pressupõe, para se manter, a anulação da especificidade da ordem axiológica própria a cada um dos campos cooperantes, reduzindo-se a estratégia a uma pura forma esvaziada de funções específicas que tende a institucionalizar-se, por si própria, num campo mediador com uma ordem axiológica que faz da neutralidade o valor fundamental da sua estrutura e do seu funcionamento (RODRIGUES, 1990, p.150).

Assim, ao abrir sua ação para a sanção da opinião pública, a organização sindical se coloca em um processo de composição por cooperação com outros campos, os quais, na maior parte das vezes, se encontram em posição de impor suas respectivas ordens axiológicas, já que ao campo sindical – como subproduto do capitalismo – será sempre impossível impor seus interesses como identificados com os interesses gerais da sociedade. Ao contrário, ao delegar o processo de legitimação de suas ações para a esfera pública torna-se refém de uma esfera que para Rodrigues cria e mantém a regularidade da linguagem e das ações, assim, como define os estatutos e os papéis, tanto de atores individuais como coletivos. Presencia, por isso, o crescimento de um padrão monológico de ação coletiva, onde os interesses já estão definidos pela própria esfera pública, em detrimento do padrão dialógico de ação do qual depende fundamentalmente o seu poder.

Offe chama a esta inversão, onde o padrão monológico se impõe, de um crescimento de formas políticas liberais nas organizações sindicais. O autor alemão compreende que os sindicatos são organizações amplamente aceitas nos Estados capitalistas avançados. Isto se deve ao fato de que tal instituições representam um fator de ordem e de previsibilidade. Sem as organizações sindicais, os conflitos trabalhistas tenderiam a ser mais difíceis de controlar. Há, portanto, uma tentativa, tanto do Estado como de outras organizações sociais, de exercer

um controle sobre a ação sindical. Nesta compreensão Offe estabelece um diálogo com a segunda teoria crítica, aquela que, para Horkheimer, aparece nos anos 70 e que não se preocupa mais com uma proposta marxista revolucionária, mas sim com a crítica do mundo administrado. E é aqui que as reflexões de Offe encontram esta ação sindical voltada para a opinião pública, que tem sido caracterizada através de Rodrigues. Afinal, o principal interlocutor desse autor é justamente Habermas, um dos principais representantes da segunda teoria crítica.

Ao realizar uma análise das propostas de transformações dos padrões legais da ação sindical debatidas nos países europeus no final da década de 70, Offe delimita três estratégias para impor formas políticas liberais: 1) limitações das áreas substantivas do interesse de representação pelos sindicatos; 2) institucionalização de modos alternativos, não associacionistas, da representação de interesses da classe operária; 3) aumentos estatutários da diversidade e do conflito dentro dos sindicatos (OFFE, 1984, p. 99-102).

A primeira é o modelo clássico de controle sobre a ação sindical. Consiste em definir restritivamente o rol de interesses ou de trabalhadores que podem ser representados pelo sindicato. No caso do sindicalismo brasileiro remete à elaboração da legislação trabalhista do Estado Novo, que procurou estabelecer parâmetros para definir quais reivindicações trabalhistas eram legais, assim como que categoria ou grupo de trabalhadores um sindicato legalmente representava.

A organização racional do trabalho era imposição da própria necessidade de desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Para que isso se desse tornava-se necessário eliminar focos de perturbações. Por isso, preparar canais legais para a ação sindical e a resolução de greves constituiu um dos objetos da ação governamental, após 1930. (MARTINS, 1979, p.27).

A segunda estratégia consiste em dissociar representação e luta. Offe fala em um processo de “juridificação” das relações trabalhistas. Trata-se de transformar um conflito baseado na organização e na representação dos interesses dos trabalhadores em um modelo baseado no direito legalmente adquirido. Na realidade sindical brasileira, são exemplos deste tipo de estratégia o vale-transporte, os tíquetes refeição e alimentação, o salário família, entre outros benefícios. É inegável que muitas vezes estes mecanismos trazem vantagens para os trabalhadores, pois significam ganhos materiais concretos. No entanto, também é

incontestável a diminuição que provoca nos interesses que podem ser defendidos legitimamente por formas coletivas de ação.

Por fim, a terceira forma de intervenção resume-se em incentivar a participação de uma “maioria silenciosa” a intervir nas decisões da organização sindical. Offe cita o exemplo da tentativa de impor aos sindicatos alemães o voto postal obrigatório para todas as eleições das organizações sindicais. No caso brasileiro, pode-se visualizar tal tendência no atual debate sobre a eleição para a diretoria nacional da CUT deixar de ser feita por delegados presentes aos Congressos da Central, apostando-se em eleições diretas com a participação de todos os trabalhadores da base. Offe argumenta que apesar de aparentemente democráticas, tais propostas se desfazem à luz do debate sobre a distorção que os reais interesses dos trabalhadores sofrem em uma sociedade dividida em classes. Ao contrário, esta estratégia se presta a preencher a função de

comprometer os membros de sindicatos mais intimamente com aquilo que é interpretado pelos meios de comunicação como sendo seu interesse e é encontrado em outras expressões da vida econômica e política liberal dominante, tornando proporcionalmente mais difícil, para os sindicatos, superar as orientações individualistas dos membros mediante processo dialógico de articulação de interesses coletivos (OFFE, 1984, p.102).

Ora, ainda que a estratégia da ação voltada para a opinião pública seja fruto dos próprios atores internos ao sindicalismo – em especial dirigentes e jornalistas – e não uma imposição do Estado ou de outros atores sociais, ela não deixa de ser uma guinada para uma forma liberal de ação. Trata-se, afinal, exatamente, de ampliar esta “maioria silenciosa”. Se essa ação é capaz de trazer ganhos concretos aos trabalhadores, também é inegável a diminuição da dimensão política da mesma e o fortalecimento de conflitos realizados puramente no campo econômico. Não por coincidência, os embates liderados pelos sindicatos, na década de 90, têm sido marcados pela luta para a manutenção de conquistas econômicas – tíquetes, participações nos lucros, produtividade – sem realizar uma ampla contestação da sociedade capitalista. Na ação voltada para a opinião pública, o trabalhador é, pouco a pouco, separado da ação sindical criando as condições para um processo de abstração da ação sindical.

4.5 A ABSTRAÇÃO DA AÇÃO SINDICAL

A abstração da ação, como se viu, consiste em um processo social pelo qual a ação se desencaixa do seu aqui e agora. Ou seja, a ação se liberta do seu tempo e do seu espaço de realização. Evidentemente, não é a ação em si que se desencaixa. O que ocorre é que o ato (SCHUTZ, 1974) – enquanto resultado desta ação – adquire a possibilidade de circular na esfera pública. Para Giddens, esta é uma característica da modernidade, pois somente em condições de modernidade foi possível a proliferação das fichas simbólicas e dos sistemas peritos, elementos responsáveis por esta circulação do ato. Em resumo, o ato se distancia do ator ou dos atores que lhe deram origem.

A notícia, como uma construção discursiva que faz coincidir singularidade e universalidade (GENRO FILHO, 1988), constitui-se, por sua vez, em um modelo privilegiado de ficha simbólica da contemporaneidade. Todo o processo de ações que permeia a construção de uma notícia – criação deliberada do fato como meta-acontecimentos por atores sociais, a edição jornalística, a interpretação do jornalista – é ignorado no seu consumo. Ao contrário, o ator que recebe e interpreta a notícia vivencia-na como ação instantânea que se desenvolve naquele momento diante dos seus olhos. A notícia produz, assim, não um consumo da ação, mas do ato como ação. E é neste sentido que a notícia produz uma abstração da ação.

Este raciocínio permite a seguinte indagação: esse processo ocorre em relação à ação sindical brasileira da década de 90? E se ocorre, em que medida e com quais conseqüências ele se concretiza? Até o presente momento, foi possível verificar que a entrada do profissional de comunicação nos sindicatos e a massificação dos veículos de comunicação destas organizações transformaram o tempo e o espaço da ação sindical, modificando as relações de poder dentro da organização e produzindo uma nova ação voltada para a opinião pública. Mas há uma separação da ação e dos atores que a produziram? Ocorre uma cristalização da ação sindical como ato?

Na revista *Leia*, editada pelo Sinttel/PR em conjunto com a Federação dos Telefônicos durante o processo de quebra do monopólio das telecomunicações, há uma matéria que

fornece pistas para pensar tais questionamentos. A matéria “*A ágora da Embratel – Em plena ditadura, estatal fez uma experiência pioneira em democracia direta informatizada*” (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993) ilustra e fornece elementos pertinentes ao debate. A matéria é construída em terceira pessoa do singular, o que já foge dos padrões da imprensa sindical. Mais que isto, apresenta-se em um tom quase neutro, onde o enunciador passa quase despercebido, podendo perfeitamente ser veiculada em qualquer jornal ou revista da grande imprensa. Apenas pequenos comentários irônicos denunciam um autor do discurso, como neste trecho da matéria: *Contava com técnicos suficientemente capazes de realizar o mesmo trabalho, apenas em troca dos salários que merecidamente ganham (e tem gente que acha muito)* [sem grifo no original] (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993).

Ora, a mudança da primeira pessoa do plural – característica marcante dos jornais sindicais – para a terceira pessoa do singular não significa, necessariamente, um recuo em relação à luta de classes ou uma política de colaboração. Ao contrário, denuncia uma mudança de estratégia comunicativa. Ao voltar a ação para a opinião pública, as organizações sindicais apropriam-se dos formatos discursivos da grande imprensa, os quais se apoiam na falsa objetividade e neutralidade como recursos legitimadores das enunciações. Neste sentido, pode-se observar claramente uma separação entre os atores sindicais e sua ação. Na ação voltada para a opinião pública há um ocultamento do ator sindical. A ação passa, necessariamente, por um filtro neutralizante que pode ser a grande imprensa – quando a ação é desencadeada como meta-acontecimento – ou o formato discursivo em terceira pessoa, quando em veículo do próprio sindicato.

Mas, por outro lado, ainda que oculto, o ator sindical está presente e se mostra. *Compreende-se porque as estatais incomodam tanto...* (REVISTA LEIA, edição única, out. 1993). Mesmo querendo passar despercebido, ele se denuncia porque não pode se pautar totalmente pelo discurso informativo do jornalismo genérico. A sua ação iminentemente dialógica – ainda que cada vez mais contaminada por um teor monológico como se viu – exige-lhe uma tomada de posição, pois se insere em um universo de fatos e discursos implicativos. Assim, não é possível à ação sindical cristalizar-se totalmente em ato. Ainda que, em determinados momentos, o contato da organização com o trabalhador seja puramente mediado por um veículo informativo, cada interpelação recebida pelo dirigente no momento da panfletagem restabelece a ação face a face e sua carga dialógica.

A entrada do profissional de comunicação no sindicato contribui para a aceleração de um processo que, em grande medida, separa os atores. Entretanto, não é possível a todo momento congelar a ação em ato, porque esta possui um forte caráter implicativo que lhe impede de ser ponto de chegada para simples consumo de atores distantes ou alheios. A ação sindical, mesmo que impressa e solidificada em uma página de jornal, boletim ou fax é sempre ponto de partida para novas ações. Ela não é objeto de consumo, mas objeto persuasivo. Como objeto comunicativo, traz em si o paradoxo de se constituir enquanto estrutura instituinte e instituída. Assim, a ação sindical veiculada pela sua imprensa, ou mesmo pela grande imprensa, tanto reforça visões de mundo – muitas vezes contrárias ao que defende a organização – como possibilita transformações desejadas.

A ação do jornalista dentro da organização sindical traz para o sindicalismo o problema da abstração da ação – processo característico da modernidade. Entretanto, este processo não se completa da mesma forma que em outros setores da sociedade. Se os atores são separados da ação por um processo de desencaixe – e isto ocorre¹ – o processo de reencaixe que se segue, realiza-se de maneira implicativa. Conseqüentemente, não é possível um reencaixe como puro ato congelado. Apesar de todo o caráter monológico das fichas simbólicas, a natureza dialógica da ação coletiva sindical não se deixa vencer e reaparece em cada telefonema de trabalhador, em cada ação de protesto em um local de trabalho, em cada discurso inflamado sobre um caminhão. Enfim, enquanto a organização sindical representar uma parte explorada da sociedade, jamais poderá absorver todos os mecanismos pelos quais a história sem historicidade se impõe para um público consumidor. Estará sempre falando e agindo, afinal, em nome de um grupo social que, mesmo não tendo claro quais são os seus interesses, desconfia que eles não coincidem com os interesses dominantes.

5. CONCLUSÕES

O problema é que operários nem se submetem totalmente à lógica do mercado (primeiro, porque o que eles "vendem" no mercado não é uma mercadoria "genuína"), nem conseguem escapar do mercado (porque são forçados a dele participar, para assegurarem sua subsistência). Apanhados nessa armadilha, os operários e as suas organizações estão constantemente envolvidos no processo imensamente complicado de descobrir quais são os seus interesses e como podem ser alcançados de tal modo que este processo não se revele auto-contraditório e auto-destruidor. (OFFE, 1984, p.104).

Concluir um conjunto de idéias de uma prática vivida e observada é sempre uma ação contraditória. Como colocar um ponto final em um processo que é sempre recomeço e plataforma de partida para novas questões? Ao mesmo tempo, não fazê-lo significa deixar disperso e sem sistematização um conhecimento que se acredita importante para as idas e vindas do pensamento científico. É preciso, assim, sempre reconhecer suas limitações, mas, nem por isso, abandonar suas contribuições e suas qualidades intrínsecas.

O presente trabalho procurou explorar um objeto – a imprensa sindical – que, apesar de já estar constituído como uma área da ciência brasileira há mais de uma década, ainda se pauta por produções que se contentam em elaborar receitas de como fazer imprensa nos sindicatos e se esquecem de refletir criticamente as conseqüências propriamente sociais desta prática. Assim, procurando abandonar esta tendência, viveu-se um duplo risco. Em primeiro lugar, o risco de se buscar as respostas em autores que pouco ou nada falaram da imprensa sindical. Portanto, o risco de reunir autores diversos – no sentido da época em que produziram e também na perspectiva de suas teorias.

O segundo risco é o que se encontra neste momento. Sem uma receita teórica previamente armada que solicitasse apenas a aplicação em um objeto, encontra-se ao fim do trabalho com uma outra impossibilidade: a de estabelecer regras ou leis universais. O que não significa necessariamente um problema, já que é uma impossibilidade reconhecida pela ciência compreensiva. Assim, resta somente a opção de sistematizar as reflexões desenvolvidas durante este trabalho de dissertação e estabelecer um ponto de partida, de onde se possa começar novos vãos.

A hipótese inicial estabeleceu um marco para o olhar sobre o objeto e, acredita-se, esteve no centro de toda a discussão. A ação jornalística resultante do encontro da ação jornalística tradicional e da organização sindical é uma modalidade diferente da ação jornalística que lhe deu origem, assim como uma nova ação sindical resulta deste encontro: uma ação que passa por um processo de abstração. Todo o debate construído perseguia a verificação das possibilidades explicativas levantadas por aquela hipótese: a caracterização da notícia como um instrumento da modernidade capaz de desencadear um processo de cristalização da ação em ato; a sua absorção em uma organização que oscila entre dois padrões coletivos de ação – o monológico e o dialógico; as transformações que ocorrem com esta notícia ao adquirir um caráter implicativo e, por fim, a produção de uma ação sindical voltada para a opinião pública que separa o ator sindical e sua ação.

Ao discutir as duas lógicas da ação coletiva, Offe (1984) aponta que o oportunismo, compreendido no sentido analítico de se aproveitar das oportunidades táticas sem considerar princípios, consiste em uma solução racional e realista para as contradições resultantes da tensão da dupla lógica. O autor estabelece, ainda, um ciclo de cinco estágios nos quais as organizações sindicais oscilariam entre um modo dialógico ou um modo monológico. Ou seja, o fortalecimento do poder da organização ancorado na união e mobilização de seus membros ou o poder da organização no reconhecimento de atores externos.

No entanto, nesse modelo, o reconhecimento externo está sempre representado por atores sociais amplamente institucionalizados: o Estado, partidos políticos de esquerda ou mesmo organizações empresariais. Offe não considera – até porque o momento histórico não lhe permitia – um reconhecimento advindo da opinião pública, enquanto um conjunto de indivíduos anônimos, não necessariamente implicados nas reivindicações e interesses dos trabalhadores. Ora, se Offe já se preocupava com a questão do risco de distorções dos reais interesses dos trabalhadores em uma sociedade de classe, há que se considerar que as possibilidades destas distorções ganham novas dimensões quando o julgamento é remetido a um público alheio, disperso e com uma visão de mundo muito mais fortemente identificada com a do próprio capitalismo.

Este é um campo pouco explorado pelas pesquisas sociais. Muito se fala e se investiga sobre a influência da ideologia – ou dos interesses – capitalista, da qual os trabalhadores são vítimas, em função dos meios de comunicação de massa. No entanto, parte-se sempre do

pressuposto que tal influência é fruto da propriedade dos meios de comunicação. A crítica à técnica em si fica sempre relegada a um segundo plano sob o argumento de sua neutralidade e o aforismo de que uma técnica é boa ou ruim, dependendo do uso que o ser humano faz da mesma. Ora, então tudo se reduz ao maravilhoso projeto liberal de uma deontologia individual.

Picado, em trabalho sobre a natureza técnica da sensibilidade, retoma Heidegger e afirma que pensar a tecnicidade instituinte do mundo moderno implica em compreendê-la como uma maneira de experienciar o histórico e o social, numa dimensão não mais meramente instrumental, mas perguntando-se pela sua dimensão constitutiva:

a essência da técnica não se apresenta àquele que a toma como sendo o modo de seu emprego numa atualidade; em essência, a tecnicidade se apresentará sempre aquém do domínio de um sujeito sobre um instrumento, sempre mais abaixo de uma definição meramente antropológica ou instrumental. (PICADO, 1993, p.94).

Na seqüência postula ser esta compreensão da técnica um porto seguro para se pensar os problemas comunicacionais na contemporaneidade. Por caminhos diferentes, o percurso realizado na dissertação aponta para uma perspectiva próxima àquela proposta por Picado. A introdução de um processo comunicacional constituído tecnicamente, realizado de forma profissional, nas organizações sindicais, altera a tensão entre os modos monológico e dialógico de ação coletiva, favoravelmente ao primeiro. Não há, portanto, uma neutralidade intrínseca à técnica.

Ao separar o ator sindical e sua ação, ou seja, ao promover um processo de abstração da ação sindical – ainda que em um patamar diferente da imprensa comercial – a imprensa sindical interfere em um dos pontos mais sensíveis das organizações dos trabalhadores: a capacidade de gerar poder a partir do interior da organização. Interfere, portanto, porque este processo independe das intenções dos atores. Ao contrário, está associado às novas condições de interação e legitimação que são gerados em um contexto de tecnicidade.

Mas não se trata, ao contrário, de abandonar todo recurso técnico. Como aponta Rodrigues (1990), a tecnofobia – como atitude de recusa a técnica como realidade estrangeira – ou a tecnolatria – como idolatria da máquina – são faces da mesma moeda. Nenhuma das duas atitudes leva em conta as condições culturais com que a técnica se insere no mundo e o transforma. Há, portanto, que se considerar todo o mundo sócio-histórico do homem para se

enfrentar com alguma possibilidade de sucesso esta questão. A incorporação acentuada da técnica – ocorrida na modernidade – tem implicações éticas, estéticas, lógicas e sociais que precisam ser melhor problematizadas.

Assim, o fenômeno da imprensa sindical profissional não pode ser encarado, de forma eufórica, em função da multiplicação quase infinita dos receptores da mensagem sindical e tampouco, de maneira saudosista, em relação a um mundo onde predominava relações pré-modernas que, majoritariamente, não existem mais. O processo de abstração da ação sindical – através da ficha simbólica notícia – significa uma viragem na eterna armadilha em que os trabalhadores e suas organizações se encontram em uma sociedade capitalista: o complexo processo de ações que busca identificar seus reais interesses e a melhor maneira de atingi-los sem promover a autodestruição (OFFE, 1984).

O diferencial deste novo padrão de ação que se instala no sindicalismo brasileiro encontra-se no mecanismo técnico pelo qual a ação se fez discurso, na forma de ato impresso. No sindicalismo – apesar da sua prática dialógica – a *logotécnica* também se instala (RODRIGUES, 1990). A *logotécnica* consiste na aproximação entre o *logos* – como domínio onde o consenso se legitima – e a *technê* – como domínio associado à manipulação interessada do mundo. Não se trata somente de uma tecnicização da linguagem – que passa a ser manipulada no sentido de estímulo e resposta –, mas também de uma ambientação da própria técnica. *O mundo técnico torna-se, por conseguinte, imperceptível à medida que vai assimilando o mundo natural, incorporando-se ao próprio ser biológico* (RODRIGUES, 1990, p. 92).

Ao construir um modelo explicativo que auxilia na compreensão sobre as transformações que sofre a ação sindical, a partir da produção técnica de sua imprensa, esta dissertação se insere nesta perspectiva que busca contribuir para um melhor entendimento do envolvimento entre técnica e modernidade. No entanto, por razões metodológicas – e só por isso foi possível que esta pesquisa se realizasse e não outra –, foram deixados de lado diversos fatores que influenciam a ação sindical. Deste modo, perguntas, que se relacionam igualmente com estas questões que envolvem sindicalismo, jornalismo, comunicação, modernidade e técnica, estão por ser respondidas.

O processo pelo qual interesses capitalistas, identificados como se fossem interesses dos trabalhadores, aparecem nos próprios veículos e discursos sindicais, neste novo ambiente; a possibilidade de, a partir de uma prática dialógica, gerar-se condições para produzir uma opinião pública crítica com o auxílio de atos impressos; as perspectivas de uma ação contestatória, por parte dos trabalhadores, em condições de abstração da ação, são perguntas que, mesmo apontando para outras pesquisas, podem ser pensadas em um diálogo com a reflexão desenvolvida neste trabalho.

Assim, ainda que não responda a todas as questões que envolvem a comunicação e as organizações dos trabalhadores, este percurso de trabalho científico pode ser concluído com a certeza de que as reflexões aqui contidas sobre a notícia como um processo de abstração da ação e a ação voltada para opinião pública como uma nova modalidade da ação sindical terão utilidade tanto para cientistas sociais que procuram compreender fenômenos a elas relacionadas, como para trabalhadores que insistem em resistir a um modelo liberal de organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Silvia Maria Pereira de. *Imprensa sindical : instrumento de ação e objeto de conhecimento (1977-1990)*. São Paulo: 1991. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- _____. Ação social e comunicação: ação comunicativa?. in: *Intercom*, São Paulo: v. XIV, n. 64, p. 20-32, jan./jun. 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas : volume 1 - magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- BOUGNOUX, Daniel. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: Edusc, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- CASTRO, Cosette. As transformações do mundo do trabalho e a comunicação sindical. in: *Revista da Intercom*, São Paulo: v. XXI, n.1, p. 39-51, jan./jun. 1998.
- _____. Tropeçando no Espelho: um estudo da comunicação sindical. in: *XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, GT Cultura e comunicação popular*, Recife: 1998.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.
- DADER, Jose Luis. *El periodista en el espacio publico*. Barcelona: Casa Editorial, 1992.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

- FONTCUBERTA, Mar de. *La noticia: Pistas para percibir el mundo*. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1996.
- FRIEDBERG, Erhard. Organização in: *Tratado de sociologia*. [Direção de Raymond Boudon]. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GADINI, Sérgio Luiz. Considerações acerca do horizonte de verdade no discurso na imprensa sindical. in: *Transformações do jornalismo brasileiro: ética e técnica*. [Organizado por José Marques de Melo]. São Paulo: Intercom, 1993.
- _____. *Jornalismo e acontecimento: a produção de sentido no discurso da informação*. Salvador: 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.
- GIANNOTTI, Vito. *O que é jornalismo operário*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Entrevista concedida a Marcos Alexandre dos Santos Ferraz*. Curitiba: 12 Nov. 1997.
- GIANNOTTI, Vito; SANTIAGO, Cláudia. *Imprensa sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- GROSSI, Giorgio. Professionalità giornalistica e costruzione sociale della realtà. in: *Problemi dell' informazione*, Milão: ano X, n. 3, p.375-388, jul./set. 1985.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência enquanto ideologia in: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o "mugging" nos *media*. in: *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. [Organizado por Nelson Traquina]. Lisboa: Vega, 1993.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LEIA. Brasília: FITTEL, 1993.

- LÓPEZ, Manuel. *Cómo se fabrican las noticias: fuentes, selección y planificación*. Barcelona: Paidós, 1995.
- LUCKMANN, Thomas. *Teoría de la acción social*. Barcelona: Paidós, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. 3. ed. Barcelona: G. Gili, 1993.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. in: *Tempo social: revista de sociologia da USP*. São Paulo: v. 11, n. 1, p. 197-208, maio. 1999.
- MOMESSO, Luiz. Profissionalização da comunicação sindical. in: *XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, GT Cultura e comunicação popular*, Piracicaba: 1994.
- _____. Implicações da profissionalização na comunicação sindical. in: *O impasse da comunicação sindical*. [Organizado por Maria Nazareth Ferreira]. São Paulo: Cebela, 1995. p. 75-88
- _____. *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: UFPE, 1997.
- MORAES, Dênis. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Dennis de. Imprensa sindical: a fala para o outro. in: *XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: INTERCOM, GT Cultura e comunicação popular*, Piracicaba: 1994.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes, 1988.
- _____. *Discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- PHILLIPS, E. B.. Approaches to objectivity: journalistic versus social science perspectives. in: *Strategies for communication research*. [Eds. P. M. Hirsch, P. Millet y G. F. Kline]. Beverly Hills: Sage, 1977.
- PICADO, José Benjamin. A natureza técnica da sensibilidade (I): os arcanos da instrumentalidade. in: *Textos de cultura e comunicação*, Salvador: v. II, n. 30, p. 81-95, jul./dez. 1993.

- _____. A natureza técnica da sensibilidade (II): o cinema como arte, extensão e automatismo. in: *Textos de cultura e comunicação*, Salvador: v. II, n. 31-32, p. 5-24, 1994.
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REVISTA BIQUEIRA DE AÇO. Curitiba: Sinttel/PR, 1999.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.
- _____. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. [org. por Helmut R. Wagner]. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- THIOLLENT, Michel J. M.. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: G. Gili, 1983.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. in: *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. [Organizado por Nelson Traquina]. Lisboa: Vega, 1993.
- VIEIRA, Toni André Scharlan. *Comunicação sindical: proposta de uma política para as entidades*. Canoas: ULBRA, 1996.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais: parte 1*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.
- _____. *Metodologia das ciências sociais: parte 2*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: UNB, 1994.

WOLF, Mauro. *La investigación de la comunicación de masas: crítica y perspectivas*. 3. ed. [Colección dirigida por Umberto Eco]. Barcelona: Paidós, 1996.